UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Nanci Lagioto Hespanhol Simões

A Influência do Ideário Pós-Moderno no Serviço Social

Juiz de Fora
2026

Nanci Lagioto Hespanhol Simões

A Influência do Ideário Pós-Moderno no Serviço Social

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Serviço Social. Área de concentração: Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social.

Orientador: Dr. Alexandre Aranha Arbia

Juiz de Fora
2026

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração
automática da Biblioteca Universitária da UFJF,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Simões, Nanci Lagioto Hespanhol .
A Influência do Ideário Pós-Moderno no Serviço Social / Nanci Lagioto Hespanhol Simões. -- 2026.
198 f.

Orientador: Alexandre Aranha Arbia
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2026.

1. Trabalho acadêmico. I. Arbia, Alexandre Aranha, orient. II. Título.

Nanci Lagioto Hespanhol Simões

A Influência do Ideário Pós-Moderno no Serviço Social

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Serviço Social. Área de concentração: Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social.

Aprovada em 28 de setembro de 2026

BANCA EXAMINADORA

Dr. Alexandre Aranha Arbia - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dra Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dra. Leila Baumgratz Delgado
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dra. Raquel Raichelis Degenszajn
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC SP

Dra. Juliana Fiuza Cislaghi
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Juiz de Fora, 01/09/2026.

Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Aranha Arbia**, **Professor(a)**, em 29/09/2026, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras**, **Professor(a)**, em 06/10/2026, às 13:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Raquel Raichelis Degenszajn**, **Usuário Externo**, em 06/10/2026, às 23:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Nanci Lagioto Hespanhol Simões**, **Professor(a)**, em 12/10/2026, às 08:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Juliana Fiuza Cislaghi**, **Usuário Externo**, em 14/10/2026, às 19:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Leila Baumgratz Delgado**, **Usuário Externo**, em 27/10/2026, às 12:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de

novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **3188721** e o código CRC **8037D72B**.

Dedico este trabalho à Professora Isaura Aquino,
com quem tive uma rica interlocução sobre o Serviço Social e as nuances do ideário pós-moderno, gerando a inspiração para explorar este tema. Sua presença ressoa em diversos trechos desta tese. Esta conquista é, sem dúvida, compartilhada entre nós!

AGRADECIMENTOS

À memória dos meus pais, Jandyra e Sebastião, por todo o amor, proteção, afeto e por terem priorizado os estudos das filhas, mesmo diante das adversidades. Onde quer que estejam, este título de doutora é para vocês!

À Isabela e ao Eduardo, pela profundidade do amor, cumplicidade e verdade que permeiam nossa convivência. Vocês são a essência mais bela e encantadora da minha vida. Me perdoem pelas ausências. Isabela, é um orgulho imenso ver você trilhar o mesmo caminho que o meu, como Assistente Social. Eduardo, sua inteligência e luz certamente o guiarão a destinos extraordinários.

À memória da minha irmã Sueli, com quem o amor, a cumplicidade e a sintonia são tão grandes que mesmo em outro plano, sei que sempre estaremos conectadas. Que privilégio ter tido você na minha vida!

À minha irmã Katia, agradeço pelo carinho, incentivo e pela sua presença constante. É reconfortante saber que posso contar com você!

Ao meu amor, Maurício, que me ajudou a fazer as melhores escolhas e me ofereceu proteção e conforto nos momentos difíceis. Com você, a vida se torna mais intensa e feliz.

Aos meus sobrinhos, André, Gabriela, Pedro e Raquel, que são fontes de amor, alegria e admiração.

Ao meu cunhado Ronaldo, pela generosidade e apoio, em qualquer circunstância.

À Regina, minha psicóloga, gratidão por me acompanhar, há 36 anos, nesta jornada da vida, de forma competente e afetuosa.

Ao meu orientador, Prof. Alexandre, cuja consistência teórica e respeito pela minha autonomia foram fundamentais. Sou grata pela maneira leve e responsável com que conduziu este processo. Suas orientações foram valiosas e me levaram por caminhos teóricos nunca antes percorridos.

À Professora Alexandra, que acompanhou a minha trajetória acadêmica e profissional e sempre me proporcionou oportunidades para a produção de conhecimentos.

À Professora Leila, minha orientadora da dissertação de mestrado, agradeço por todo o aprendizado, incentivo e carinho! É um privilégio contar com sua presença na minha banca.

Às professoras Raquel e Juliana, é uma honra tê-las novamente ao meu lado. A contribuição de vocês foi essencial para o direcionamento da minha tese.

Às professoras Carina e Inez, agradeço pela gentileza e disponibilidade em compor a banca examinadora.

Ao Professor Ronaldo Vielme, cuja admiração e respeito são profundos, agradeço pelas oportunidades e pelo conhecimento compartilhado.

Ao Pedro Cedrola, amigo leal e fiel em qualquer circunstância

Às amigas Luzia, Nicole e Rubiane , sempre presentes na minha vida.

Às Agentes Fiscais e amigas do CRESS 6ª Região, Maria Ângela e Érica, pelo apoio e incentivo. Nossas vivências e cumplicidade são inesquecíveis.

Ao CRESS 6ª Região, pela autorização para utilizar os dados do Serviço de Orientação e Fiscalização e pela oportunidade de exercer minha profissão ao longo de 27 anos.

À Miriam Machado, que além de realizar a correção da tese, com preciosidade, do outro lado da tela, me passou segurança e me fez acreditar que daria tudo certo!

Ao/as Assistentes Sociais que contribuíram com a realização do grupo focal: Isabela Lagioto, Marina Mancini e Pedro Cedrola.

Por fim, agradeço de forma muito especial, às Assistentes Sociais que participaram do grupo focal, com autenticidade, compromisso e ética profissional. Este trabalho não seria possível sem vocês!

NADA É IMPOSSÍVEL DE MUDAR

Desconfiai do mais trivial,
na aparência singelo.
E examinai, sobretudo,
o que parece habitual.
Suplicamos
expressamente: não
aceiteis o que é de hábito
como coisa natural,
pois em tempo de
desordem sangrenta,
de confusão organizada,
de arbitrariedade
consciente,
de humanidade
desumanizada,
nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar.
(Bertold Brecht, 1930)

RESUMO

A presente tese tem como objetivo geral compreender e identificar a influência do ideário pós-moderno no discurso e no exercício profissional das(os) assistentes sociais. Parte-se da hipótese de que a dominância teórica e ideológica do capitalismo contemporâneo, gestada a partir da crise estrutural do capital no final dos anos 1960 e da mundialização financeira, reconfigurou as condições de trabalho e as políticas sociais, favorecendo a emergência de um novo perfil profissional. Esse perfil distancia-se das análises de totalidade e dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da profissão, pautando-se, prioritariamente, pelas normatizações institucionais e evidenciando um empobrecimento da crítica ancorado no irracionalismo pós-moderno. Metodologicamente, a pesquisa articula a análise bibliográfica — fundamentada na tradição marxista e no diálogo com autores que debatem a decadência ideológica da burguesia, a modernidade e a pós-modernidade. Os dados empíricos foram coletados por meio da análise documental de 114 “Relatórios de Visita de Orientação e Fiscalização” do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS/6ª Região – Seccional de Juiz de Fora), produzidos entre 2018 e 2019, em 26 municípios da Zona da Mata Mineira, complementada pela realização de um grupo focal com sete assistentes sociais atuantes na política de Assistência Social. A investigação reconstitui as raízes históricas do pensamento pós-moderno, examina a trajetória sócio-histórica do Serviço Social em sua relação com as matrizes racionalistas e analisa as expressões do irracionalismo na atualidade. A apreensão por parte das/dos Assistentes Sociais da concepção teórico-metodológica e ético-política que fundamenta o projeto ético político, poderá contribuir para a superação da imediaticidade das relações sociais e romper com as amarras irracionalistas contemporâneas.

Palavras-chave: Serviço Social; Irracionalismo; Ideário Pós-Moderno

ABSTRACT

The general objective of this thesis is to understand and identify the influence of postmodern thought on the discourse and professional practice of social workers. It is based on the hypothesis that the theoretical and ideological dominance of contemporary capitalism, which emerged from the structural crisis of capital in the late 1960s and the globalization of finance, has reshaped working conditions and social policies, fostering the emergence of a new professional profile. This profile moves away from analyses grounded in totality and from the profession's theoretical-methodological and ethical-political foundations, relying primarily on institutional regulations and revealing an impoverishment of critical thought rooted in postmodern irrationalism. Methodologically, the research combines a literature review grounded in the Marxist tradition with a dialogue with authors who examine the ideological decadence of the bourgeoisie, modernity, and postmodernity. Empirical data were collected through a documentary analysis of 114 Guidance and Inspection Visit Reports issued by the Regional Council of Social Work (CRESS/6th Region – Juiz de Fora Sectional Office) between 2018 and 2019, covering 26 municipalities in the Zona da Mata region of Minas Gerais, Brazil. This analysis was complemented by a focus group involving seven social workers employed in social assistance policy. The study reconstructs the historical roots of postmodern thought, examines the socio-historical trajectory of Social Work in its relationship with rationalist intellectual traditions, and analyzes contemporary manifestations of irrationalism. Social workers' understanding and appropriation of the theoretical-methodological and ethical-political conception underpinning the profession's ethical-political project may contribute to overcoming the immediacy of social relations and breaking free from the constraints imposed by contemporary irrationalist thought.

Keywords: Social Work; Irrationalism; Postmodern Ideology.

RESUMEN

El objetivo general de esta tesis es comprender e identificar la influencia del ideario posmoderno en el discurso y en el ejercicio profesional de las y los trabajadores sociales. Se parte de la hipótesis de que la hegemonía teórica e ideológica del capitalismo contemporáneo, gestada a partir de la crisis estructural del capital a finales de la década de 1960 y de la mundialización financiera, ha reconfigurado las condiciones laborales y las políticas sociales, favoreciendo la emergencia de un nuevo perfil profesional. Este perfil se distancia de los análisis de totalidad y de los fundamentos teórico-metodológicos y ético-políticos de la profesión, guiándose prioritariamente por las normativas institucionales y poniendo de manifiesto un empobrecimiento de la crítica anclado en el irracionalismo posmoderno. Desde el punto de vista metodológico, la investigación articula el análisis bibliográfico, fundamentado en la tradición marxista, con el diálogo con autores que abordan la decadencia ideológica de la burguesía, la modernidad y la posmodernidad. Los datos empíricos se recopilaron mediante el análisis documental de 114 Informes de Visita de Orientación y Fiscalización del Consejo Regional de Trabajo Social (CRESS/6.ª Región – Sección de Juiz de Fora), elaborados entre 2018 y 2019 en 26 municipios de la región de la Zona da Mata, en el estado de Minas Gerais, Brasil. Este análisis se complementó con la realización de un grupo focal con siete trabajadores sociales que se desempeñan en la política de asistencia social. La investigación reconstruye las raíces históricas del pensamiento posmoderno, examina la trayectoria sociohistórica del Trabajo Social en su relación con las matrices racionalistas y analiza las expresiones contemporáneas del irracionalismo. La comprensión y apropiación, por parte de las y los trabajadores sociales, de la concepción teórico-metodológica y ético-política que fundamenta el proyecto ético-político de la profesión podrá contribuir a superar la inmediatez de las relaciones sociales y a romper con las ataduras del irracionalismo contemporáneo.

Palabras-clave: Trabajo Social; Irracionalismo; Ideario posmoderno

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Município em que Assistentes Sociais exercem a profissão.....103
Tabela 2 - Tempo de Graduado da/do Assistente Social.....105
Tabela 3 - Modalidade de graduação da/do Assistente Social 106
Tabela 4 - A instituição em que o AS trabalha favorece a capacitação continuada? 111
Tabela 5 - De que forma a instituição empregadora favorece a capacitação continuada?.....111
Tabela 6 - Campo de Atuação Profissional 112
Tabela 7 – Espaços Sócio-ocupacionais em que os Assistentes Sociais estão inseridos.....112
Tabela 8 – Vínculo empregatício das/dos Assistentes Sociais 113
Tabela 9 - Carga horária de trabalho das/dos Assistentes Sociais.....115
Tabela 10 - Duplo emprego 116
Tabela 11 – Atua em Setor específico do Serviço Social?.....117
Tabela 12 - Nomenclatura do Cargo que a/o Assistente Social ocupa.....117
Tabela 13 - Plano de Trabalho.....118
Tabela 14 - Condições Éticas e Técnicas para o exercício profissional da/do Assistente Sociai - Resolução CFESS 493/06. 120
Tabela 15 – Competências e atribuições da/do Assistente Social.....121
Tabela 16 – Espaços sócio-ocupacionais em que os estagiários estão inseridos...123
Tabela 17 – Modalidade de ensino dos estagiários 124
Tabela 18 – Principais desafios e dificuldades no exercício profissional.....125
Tabela 19 - Legislações que referenciam o Trabalho dos Assistentes Sociais 139
Tabela 20 - Autonomia Profissional.....158

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13
2 CONSTITUIÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA PROFISSÃO NA UNIDADE PASSADO E PRESENTE: ALGUMAS REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS 19
2.1 O PROJETO DA MODERNIDADE CAPITALISTA 19
2.1.1 A Decadência Ideológica da Burguesia 31
2.1.2 O Irracionalismo: das origens à pós-modernidade. 41
2.1.3 O Estruturalismo 55
3 CONSTITUIÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA PROFISSÃO NA UNIDADE PASSADO E PRESENTE: ALGUMAS REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS 63
3.1 MOVIMENTO de reconceituação e ruptura com o tradicionalismo 68
3.2 O significado do Serviço Social na perspectiva marxista 73
3.3 O Projeto de Formação Profissional 90
3.4 CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E SERVIÇO SOCIAL: A CONSTITUIÇÃO DO SOLO HISTÓRICO PARA A INFLUÊNCIA DO IDEÁRIO PÓS-MODERNO NO SERVIÇO SOCIAL 92
4 Pós Modernidade e Serviço Social 129
5 considerações finais 169
REFERÊNCIAS 173
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 181
APÊNDICE B – Questionário 184
APÊNDICE C – Roteiro de Questões para o grupo focal 186
ANEXO A – Relatório de Visita de Orientação e Fiscalização 187
ANEXO B – Autorização para utilizar os dados do CRESS 191
ANEXO C – Parecer Consubstanciado do CEP 192

1 INTRODUÇÃO

O interesse em discutir a Influência do Ideário Pós-Moderno no Serviço Social foi construído, ao longo de uma trajetória profissional como Assistente Social, em diversos espaços sócio-ocupacionais, instituições não governamentais, empresa privada e, por último, por quase três décadas, o trabalho como agente fiscal do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS/6ª Região – Seccional de Juiz de Fora, concomitante a inserções pontuais, como docente, na UFJF.

Essa última e mais longeva experiência no âmbito do CRESS/6ª Região possibilitou-me acompanhar, a partir de um lugar institucional singular, na condição de partícipe do conjunto CFESS/CRESS, as múltiplas dimensões do trabalho das(os) Assistentes Sociais, desde a década de 1990. Essa trajetória permitiu-me não apenas apreender os impactos e as inflexões dos processos sociais em curso sobre o exercício profissional, mas também testemunhar e participar, em um movimento permanente de resistência e enfrentamento às determinações conjunturais, do processo de consolidação do projeto ético-político do Serviço Social.

O Serviço de Orientação e Fiscalização (SOFI), orientado pela Política Nacional de Fiscalização (PNF) do conjunto CFESS/CRESS, desenvolve ações de caráter preventivo, pedagógico e investigativo, voltadas para o conhecimento e a qualificação do exercício profissional.

As fiscalizações realizadas em diferentes áreas de atuação, as profícuas experiências enquanto supervisora de estágio e, posteriormente, a inserção no grupo de pesquisa: Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas, na linha de investigação “Serviço Social: fundamentos, formação e exercício profissional”, possibilitaram a produção teórica sobre temas relacionados ao trabalho profissional, que, de modo geral, englobam o mercado e as condições e as relações de trabalho da/do Assistente Social.

A última experiência como docente, em 2026, ministrando a disciplina de “Fundamentos do Serviço Social IV”, que teve em sua ementa os diferentes projetos profissionais em disputa, com ênfase na incidência das perspectivas conservadoras e pós-modernas na profissão, foi muito significativa, possibilitando o aprofundamento das referências bibliográficas e a rica interlocução com os discentes.

O contato permanente com a categoria profissional, através das visitas de fiscalização, dos atendimentos individuais e grupais, do acompanhamento aos Núcleos de Assistentes Sociais (NAS) permitiram acompanhar as repercussões das transformações societárias nas condições objetivas de trabalho das/dos Assistentes Sociais, decorrentes da flexibilização das relações de trabalho. No entanto, havia algo que aparecia no discurso e no processo de trabalho das/dos Assistentes Sociais que precisava ser desvendado. Aparentemente, tratava-se da emergência de um novo perfil de Assistente Social, que demonstra um distanciamento dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos do Serviço Social, tendo como referência para o trabalho as normatizações da política social em que está exercendo a profissão, entre outras características.

Frente à inquietação acima, a hipótese apresentada no projeto de tese foi de, a partir da concepção de Serviço Social como um dos elementos que participa da reprodução das relações de classes e do relacionamento contraditório entre elas na sociedade capitalista, a dominância teórica e ideológica do capitalismo contemporâneo teria impactos relevantes sobre ele, evidenciando um novo perfil de profissional, que se difere do conservador tradicional e daquele que se pauta na perspectiva da intenção de ruptura. Neste sentido, haveria na profissão um distanciamento das avaliações totalizantes e um empobrecimento da crítica, evidenciando traços do ideário pós-moderno no Serviço Social, nos discursos e no exercício profissional.

A partir da problematização acima, o objetivo geral foi o de compreender a influência do ideário pós-moderno no Serviço Social, sendo que a busca pelo “estado da arte” foi fundamental para identificar ricas produções teóricas pelos autores: Simionatto (2009), Netto (1996), Iamamoto (2007), entre outros. Entretanto, as produções teóricas existentes, embora tenham se constituído em um importante ponto de partida acerca da influência do ideário pós-moderno na profissão, não evidenciam, no real trato do trabalho profissional, a fragilidade ou inconsistência da razão, sinalizando, portanto, uma lacuna, que urge ser construída. Esta constatação foi decisiva para indicar a relevância desta pesquisa, vislumbrando a sua contribuição para o enfrentamento da perspectiva pós-moderna e do conservadorismo na profissão

e, consequentemente, para a defesa do Projeto Ético Político, hegemônico no Serviço Social.

Dissertar sobre o ideário pós-moderno implicou, necessariamente, em compreender os elementos que o diferem das prospectivas teórico-científicas da modernidade e, simultaneamente, buscar as matrizes teórico-metodológicas que influenciaram o Serviço Social, da sua emergência à contemporaneidade.

O percurso para entender a pós-modernidade não foi breve, já que não existe uma precisão quanto à sua natureza, visto que, no debate contemporâneo não há consenso em torno das relações que o pós-moderno mantém com o moderno e, nem tampouco, sobre a abrangência dos termos utilizados: “moderno/pós-moderno; modernidade/pós-modernidade ou mesmo pós-modernismo e modernismo” (Evangelista, 1997, p. 40).

No entanto, nesta tese, o entendimento é o de que a pós-modernidade não é “uma suposta nova fase histórica, construída nas ruínas da modernidade” (Guerra, Y. & Montaño, C., 2024, p.122). Em outros termos, não está se vivendo uma outra realidade frente à superação da modernidade.

Dito isso, a concepção que permeou esta tese é a de que existe um pensamento, um ideário pós-moderno, que se contrapõe às prospectivas teórico-científicas da modernidade e que está alicerçado no irracionalismo, estando este intimamente relacionado à estratégia encontrada pela *burguesia decadente* para evitar questionamentos filosóficos, metodológicos e ideológicos quanto ao desenvolvimento e afirmação do capitalismo, no sentido de ocultar as suas mazelas. Não existe, portanto, visão de mundo inocente, sendo decisivo, no mundo filosófico, o posicionamento a favor ou contra a razão (Lukács, 2020).

O mundo contemporâneo foi profundamente marcado pelas transformações desencadeadas pela crise do capital, que eclodiu no final dos anos 1960, cuja gênese pode ser compreendida a partir das contradições imanentes ao próprio modo de produção capitalista. Tal abordagem mostra-se fundamental para apreender as particularidades assumidas pelo capitalismo contemporâneo, bem como os processos econômicos, políticos e sociais engendrados em seu curso, especialmente as estratégias mobilizadas para a recomposição das taxas de lucro e as reconfigurações do papel desempenhado pelo Estado na reprodução das relações sociais capitalistas.

Os processos de natureza econômica, política e ideológica supramencionados concorrem, portanto, para o aprofundamento e a consolidação da lógica de valorização do capital, inscrevendo-se em uma dinâmica societária mais ampla, na qual a mundialização financeira assume papel central. Nesse movimento, articulam-se, de maneira orgânica e indissociável, as reformas do Estado, a reestruturação dos processos produtivos, as múltiplas expressões da questão social e a disseminação da ideologia pós-moderna, conformando um complexo processo de reordenamento das relações sociais, políticas e econômicas contemporâneas. Esses processos produziram repercussões substanciais sobre o trabalho das(os) assistentes sociais, incidindo diretamente sobre sua condição de trabalhadoras(es) assalariadas(os) e reconfigurando tanto o conteúdo quanto as demandas que atravessam o exercício profissional. Tal movimento ocorreu em um contexto marcado pelo recrudescimento das expressões da questão social e pelas modificações na configuração e na operacionalização das políticas sociais, particularmente da política de Assistência Social.

Tais processos sociais constituíram-se, portanto, no solo histórico para a construção da ideologia pós-moderna e, para entender os seus rebatimentos no Serviço Social, foi necessário apreender as relações que o Serviço Social, em seu percurso histórico, manteve com a modernidade e a pós-modernidade, sendo consensual que a profissão emergiu com traços antimodernos, considerando que o seu aporte inicial foi a doutrina social da igreja. O conservadorismo católico, ao defender um projeto político e social que se opunha tanto ao liberalismo como ao socialismo, "apresenta-se como uma proposta antimoderna, refratária aos valores e avanços alcançados com o advento da modernidade" (Simionatto, 2009, p. 98).

A influência católica e conservadora se manteve no Serviço Social, mas, em seu processo de profissionalização e desenvolvimento sócio-histórico, ele sofreu influências de duas grandes matrizes do racionalismo contemporâneo: a matriz positivista, que lhe serviu de suporte teórico e metodológico, em sua busca de qualificação técnica e cientifica, vislumbrando atender, no contexto de consolidação do capitalismo monopolista no Brasil, às exigências de modernização do Estado e da Sociedade e, pelo racionalismo crítico, dialético e histórico, ancorado na teoria social

de Marx, cuja primeira apropriação se deu através da obra de Iamamoto e Carvalho, em 1982.

A adoção da teoria crítico-dialética como princípio teórico-metodológico, necessário à apreensão da totalidade social, em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade, aproxima-se da ideia de modernidade voltada para a emancipação humana, sendo estas as bases teóricas de construção do projeto ético-político do Serviço Social. Neste sentido, o Projeto Ético-Político distancia-se das bases epistemológicas das tendências pós-modernas e de suas referências culturais.

Buscando atingir o objetivo geral desta tese, qual seja, identificar a influência do ideário pós-moderno no Serviço Social, foram utilizadas duas fontes de pesquisa: uma documental e a realização de um grupo focal.

A fonte documental foram os "Relatórios de Orientação e Fiscalização"[1] (Anexo A) preenchidos durante 114 visitas de fiscalização, realizadas por esta pesquisadora, enquanto Agente Fiscal, mediante a autorização do CRESS 6ª Região (Anexo B), em todos os campos de atuação profissional, no período de 2018 e 2019 aos Assistentes Sociais que exercem a profissão em 26 municípios da Zona da Mata Mineira. A outra fonte da pesquisa foi a realização de um "grupo focal", com sete Assistentes Sociais inseridos entre os 114 respondentes dos "Relatórios de Orientação e Fiscalização" que exercem a profissão no âmbito da política de Assistência Social.

A tese foi estruturada com essa introdução, mais três capítulos e as considerações finais, sendo que no segundo a finalidade foi **reconstituir as raízes**

[1] O "Relatório de Visita de Orientação e Fiscalização" é um dos instrumentos da "Política Nacional de Fiscalização" (Resolução CFESS 512/2007), que apresenta a fiscalização do exercício profissional a partir de uma nova concepção, que extrapola as ações punitivas e cartoriais. A proposta desta política é a de aproximação com a categoria profissional de Assistentes Sociais, implementando ações de cunho preventivo e pedagógico, na direção do seu objetivo final, que é o de contribuir para a qualidade dos atendimentos prestados aos usuários e às usuárias do Serviço Social. É nesta perspectiva de fiscalização que o Serviço de Orientação e Fiscalização (SOFI) dos CRESS, através de seus/ suas agentes fiscais, além das visitas de fiscalização rotineiras, realizam palestras aos e às estudantes dos cursos de Serviço Social, participam de reuniões diversas com Assistentes Sociais, realizam diariamente atendimentos por telefone, por e-mail e pessoalmente nas sedes do CRESS e Seccionais.

históricas e teóricas do pensamento pós-moderno, tomando como ponto de partida a retomada dos acontecimentos que propiciaram a emergência da modernidade e a conformação do projeto burguês que lhe conferiu sustentação.

Em seguida, examinou-se o processo de **decadência ideológica da burguesia,** cujo desdobramento se expressou na ascensão do irracionalismo. A partir desse percurso, procurou-se apreender as **mediações e inter-relações entre irracionalismo, estruturalismo e pós-modernidade**, de modo a compreender os fundamentos históricos e teóricos que conformam o ideário pós-moderno.

O terceiro capítulo teve como fio condutor compreender o Serviço Social na história, demonstrando que, ao longo de sua trajetória, ele apropriou-se de diferentes matrizes explicativas da realidade, tendo uma relação indissociável com as transformações da sociedade capitalista. Especificamente, foram enfatizados: o

Movimento de Reconceituação e a ruptura com o tradicionalismo**;** o significado do Serviço Social na perspectiva marxista; o projeto ético- político do Serviço Social; o Projeto de formação profissional. No último item deste capítulo, foram analisados os processos sociais decorrentes da crise mundial do capital, que eclodiu no final dos anos 1960 e os seus rebatimentos no Serviço Social, com base nos dados da fonte documental da pesquisa. Esta engloba questões relacionadas às condições e relações de trabalho da/do Assistente Social e que constituíram o solo histórico permeável à influência do ideário pós-moderno.

No quarto capítulo foram realizadas as análises do grupo focal, e alguns dados da fonte documental, à luz do referencial teórico dos capítulos 2 e 3, tendo por finalidade problematizar os traços do ideários pós-moderno, presentes no discurso e no trabalho das/dos Assistentes Sociais, que exercem a profissão em municípios que compõem a área de abrangência do CRESS 6ª Região – Seccional de Juiz de Fora, que em sua grande maioria estão localizados na Zona da Mata Mineira

A expectativa é a de que esta tese contribua para elucidar as nuances do ideário pós-moderno que incidem no Serviço Social hoje, abrindo novos caminhos para investigações futuras, como forma de enfrentamento às influências das perspectivas pós-modernas e conservadoras, na defesa do projeto ético político profissional, cujos valores e princípios estão ancorados na modernidade.

2 CONSTITUIÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA PROFISSÃO NA UNIDADE PASSADO E PRESENTE: ALGUMAS REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

2.1 O PROJETO DA MODERNIDADE CAPITALISTA

Para uma melhor apreensão do que seja a pós-modernidade e o seu aparecimento histórico, ou como a cultura pós-moderna se constituiu, faz-se necessário uma discussão sobre as relações que este fenômeno mantém com a modernidade. Com a finalidade de situar o debate da pós-modernidade serão apresentadas algumas reflexões de pensadores contemporâneos que se dedicaram ao estudo do tema, sendo que, inicialmente, como já foi dito, faz-se necessário entender a Modernidade.

Historicamente, a Modernidade é a expressão sociocultural do sistema capitalista de produção de mercadorias e, neste sentido, não pode ser interpretada como uma “noção genérica ou conceitualmente amorfa” [...], nem tampouco tratada como uma ideologia, ou seja, uma construção abstrata autonomizada, com a supressão de sua natureza sócio-histórica e suas determinações ontológicas (Evangelista, 1997, p.50).

A Europa, a partir do século XVI, experimentou uma extraordinária ampliação das relações mercantis, sendo que estas provocaram transformações econômicas, no sistema feudal vigente. As novas condições de existência nos grandes centros urbanos, que estavam em processo de expansão, desencadearam também novas formas de pensar trazendo uma profunda renovação aos costumes. As concepções dogmáticas e restritas do mundo, ancoradas nas concepções religiosas foram abandonadas, dando lugar ao pensamento moderno, que “institui um novo modelo explicativo do real, fundado no primado da razão e na capacidade do homem em formular teorias científicas, a partir de leis objetivas” (Simionatto, 2009, p.88).

É necessário, portanto, uma reconstituição histórica dos fatos que objetivamente contribuíram para a formação da ideologia moderna, sendo incontornável a abordagem sobre a transição do feudalismo para o capitalismo, considerando que a ideologia nasce para justificar o real. Segundo Fortes e Vaisman (2020):

> Todo pensamento possui uma gênese social e, assim, cumpre igualmente uma função social específica. Este é o sentido da determinação lukácsciana segundo a qual “não há filosofia inocente”. Todo grande pensamento cumpre, nessa medida, uma missão social, aspecto que destaca seu enraizamento nas tendências – contraditórias – postas pela realidade social de dado momento histórico (Fortes & Vaisman, 2020, p. XIII).

O feudalismo tem como marco temporal, o período compreendido entre os séculos X e XIII (Anderson, 1991, p.77), sendo inquestionável que a existência de significativas diferenças entre as suas condições na Europa Ocidental e na Europa Oriental, mas também semelhanças importantes, sobretudo no que se refere à "forma pela qual era extraído o trabalho excedente não remunerado dos produtores diretos" (Dobb, 1997, p.72).

Buscando caracterizar o feudalismo, Anderson sintetiza:

> Foi um modo de produção regido pela terra e por uma economia natural na qual nem o trabalho nem o produto do trabalho eram bens. O produtor imediato – o camponês – estava unido ao meio de produção – o solo – por uma específica relação social. A fórmula literal deste relacionamento era proporcionada pela definição legal da servidão – gleba adscripti ou ligados à terra: os servos juridicamente tinham mobilidade restrita. Os camponeses que ocupavam e cultivavam a terra não eram seus proprietários. A propriedade agrícola era controlada privadamente pela classe dos senhores feudais, que extraiam um excedente de produção dos camponeses, através de uma relação político-legal de coação. Esta coerção extra-econômica, tomando a forma de serviços, arrendamentos em espécies ou obrigações, consuetudinárias ao senhor individual pelo camponês, era exercida tanto na própria terra senhorial diretamente ligada à pessoa do senhor, como nas faixas pequenas de arrendamento (ou virgates) cultivadas pelo camponês). Seu efeito foi necessariamente um amálgama de exploração econômica e autoridade política. O camponês estava sujeito à jurisdição de seu senhor (Anderson, 1991, p. 143).

De fato, é importante salientar que na idade média, diferentemente do que ocorreu com o capitalismo posteriormente, nunca existiu um modelo puro. Neste sentido, coexistiram outros modos de produção junto ao feudalismo, assim como a escravidão e os camponeses livres. A sociedade feudal, portanto, caracterizou-se pela heterogeneidade, já que a implantação do feudalismo atravessou diferentes caminhos na Europa Ocidental, assim como ocorreu de forma diferenciada, com características específicas na Alemanha, Inglaterra, Suécia e Escandinávia, entre outras regiões.

Uma das características fundamentais do feudalismo era a hierarquização entre os senhores feudais, que dentre outros motivos culminaram na “*parcelarização da soberania" (*Anderson, 1991, p. 143). Esta, consequentemente, caracterizou o feudalismo ocidental em três aspectos estruturais. O primeiro deles é a coexistência dos modos de produção pré-feudais (terras aldeãs comunais e lotes camponeses alodiais). A segunda, diz respeito ao surgimento da cidade medieval na Europa ocidental e, por último "havia uma ambiguidade ou oscilação inerente no vértice de toda a hierarquia das dependências feudais" (Anderson, 1991, p. 147).

A parcelarização da soberania, portanto, impediu que houvesse uma unificação, um centro universal de competência e, por conseguinte, favoreceu o surgimento de entidades corporativas "alógenas*"*. Dessa forma,

> embora a classe feudal tentasse por vezes reforçar a regra do *nulle terre sans seigneur,* isto na prática jamais foi realizado em nenhuma formação feudal: as terras comunais, pastos, campos, florestas – e alódios disseminados permaneceram sempre um setor significativo da autonomia e resistência camponesa, com importantes consequências para a produtividade agrária total (Anderson, 1991, p. 143).

Outra consequência do parcelamento das soberanias feudais foi o surgimento das cidades medievais, na Europa ocidental. Estas possuíam autonomia em relação ao sistema feudal e surgindo nelas, nos dizeres de Marx, a acumulação primitiva. Esta “não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida” (Marx*,* 2023, p. 785).

Para Marx (2023), a estrutura econômica da sociedade capitalista surgiu da estrutura econômica da sociedade feudal. A dissolução desta última liberou os elementos daquela:

> O produtor direto, o trabalhador, só pode dispor de sua pessoa, depois que deixou de estar acorrentado á gleba e de ser servo ou vassalo de outra pessoa. Para converter-se em livre vendedor da força de trabalho, o que leva sua mercadoria a qualquer lugar onde haja mercado para ela, ele tinha, além disso, de emancipar-se do jugo das corporações, de seus regulamentos relativos a aprendizes e oficiais e das prescrições restritivas do trabalho. Com isso, o movimento histórico que transforma os produtores em trabalhadores assalariados, aparece, por um lado, como a libertação desses trabalhadores da servidão e da coação corporativa, e esse é o único aspecto que existe para nossos historiadores burgueses. Por outro lado, no entanto, esses recém-libertados só se convertem em vendedores de si mesmos depois de lhe terem sido roubados todos os

> seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam. E a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo (Marx, 2023, p. 787).

As relações de produção características do feudalismo eram permeadas pela coação, no que diz respeito às relações entre o produtor direto e seu suserano, ou seja, a extração direta do trabalho excedente dos produtores pela classe dominante (Dobb,1997, p. 73).

Frente ao exposto, a passagem do feudalismo para o capitalismo foi impulsionada pela luta de classes entre os camponeses e seus senhores, mas não de forma simples e direta, mas há que se considerar que o pequeno modo de produção[2] foi crucial nesta passagem, já que, apesar da relação de coação existente entre o produtor direto e seu suserano, ele assegurava uma independência de ação, bem como uma diferenciação social no seu interior, favorecendo o desenvolvimento do capitalismo.

Outros fatores inegavelmente tiveram importância na passagem do feudalismo para o capitalismo, tais como o crescimento das cidades mercantis e do comércio. Entretanto, para Dobb (1997), a questão crucial é:

> a transição da apropriação coercitiva do trabalho excedente pelos proprietários para o uso de trabalho assalariado livre deve ter dependido da existência de oferta de trabalho barato (i. e., de elementos proletários ou semiproletários). Para mim este foi um fator mais importante do que a proximidade dos mercados na determinação da sobrevivência ou dissolução das antigas relações sociais. É claro que houve interação entre este fator e o crescimento do comércio: em especial (como já mencionei), o efeito deste último sobre o processo da diferenciação social no interior do pequeno modo de produção. Este fator, todavia, certamente deve ter desempenhado um papel decisivo na determinação do efeito exato [pág. 76] que o comércio exerceu em diferentes lugares e em diferentes períodos? Possivelmente Sweezy não acentuou este fator porque o considera óbvio demais; ou talvez porque considere o arrendamento de terras por dinheiro como o sucessor imediato da prestação de serviços (Dobb,1997, p. 73).

[2] O "Pequeno modo de produção", é a forma em que Marx se referiu para caracterizar a unidade produtora individual, onde o produtor possuía os meios de produção, e trabalhava apenas para a sua própria subsistência, no contexto do feudalismo.

Sem a pretensão de esgotar todos os fatos históricos e as abordagens diferenciadas sobre o feudalismo e sua passagem para o capitalismo, dada a sua complexidade, em síntese, foram esses os principais fatores que a desencadearam.

É importante demarcar que, para justificar esta nova realidade foi imperativo ultrapassar as concepções restritivas e dogmáticas do mundo e como mencionado acima, foi inaugurada uma nova forma de pensar, fundada na razão, ou seja, a Modernidade.

O marco inicial desta nova forma de pensar foi o Renascimento artístico e intelectual, com o deslocamento do homem para o centro das representações do mundo, o que se expressou nas artes plásticas, sobretudo na escultura e na pintura; na literatura, na teoria política e, simultaneamente, houve uma redescoberta da filosofia grega clássica, representada por Sócrates, Platão e Aristóteles.

No século XVII, Bacon e Descarte deram importantes contribuições para a consolidação do método científico, apresentando as bases filosóficas do racionalismo:

> [...] O método científico devia basear-se na objetividade e na dúvida metódica, de modo a garantir a eliminação da interferência da subjetividade e dos preconceitos de quaisquer espécies na observação e na experimentação características da atividade científica. O conhecimento científico passou a ser amplamente aceito e reconhecido, pois a ciência chegou à descoberta de leis que ordenavam a natureza, permitindo de forma crescente, o controle e a previsão dos mais diversos tipos de fenômenos naturais. Foi neste período que se destacaram figuras como Newton, Galileu, Kepler e Pascal, dentre outros, no mundo da ciência (Evangelista, 1997, p.44).

No século XVIII, o Iluminismo representou todo o processo que instituiu uma nova forma de pensar, fundada na dessacralização do mundo e da secularização do homem moderno, sendo que a aplicação do método científico para explicar o mundo natural fez com que as ciências naturais se tornassem um modelo para o conhecimento humano em geral. Com o iluminismo, o conhecimento adquire uma dimensão crítica, no sentido de negar os princípios que orientavam a sociedade feudal, no que diz respeito à produção de privilégios sociais e por criar restrições econômicas e políticas à plena atividade do homem:

> O conhecimento estava a serviço da emancipação humana e da melhoria da vida cotidiana e tinha por objetivos o domínio científico da natureza e o desenvolvimento de formas racionais de organização social. Os modos racionais de pensamento eram a garantia para a

> libertação do homem em relação ao poder dos mitos, da religião, da superstição e do arbítrio [...]. O Iluminismo constitui a viga-mestra do projeto da modernidade, ao consagrar como valores pétreos, sob os auspícios da razão, a universalidade, a individualidade e a autonomia na sociedade ocidental (Evangelista, 1997, p. 45).

A razão, a ciência e o progresso foram as ideias centrais do projeto da modernidade, no cenário intelectual do século XIX, permeado por um otimismo generalizado em relação às possibilidades da nova ordem social capitalista.

Berman (1986) faz uma analogia entre a modernidade e o pensamento de Marx em "Tudo o que é Sólido Desmancha no ar". O que o autor pretende demonstrar é que todos, cientistas, construtores, escritores, na expectativa otimista da nova ordem capitalista, estavam movidos, ao mesmo tempo:

> pelo desejo de mudança — de autotransformação e de transformação do mundo em redor — e pelo terror da desorientação e da desintegração, o terror da vida que se desfaz em pedaços. Todos conhecem a vertigem e o terror de um mundo no qual “tudo o que é sólido desmancha no ar”. Ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição. É sentir-se fortalecido pelas imensas organizações burocráticas que detêm o poder de controlar e freqüentemente destruir comunidades, valores, vidas; e ainda sentir-se compelido a enfrentar essas forças, a lutar para mudar o seu mundo transformando-o em nosso mundo. É ser ao mesmo tempo revolucionário e conservador: aberto a novas possibilidades de experiência e aventura, aterrorizado pelo abismo niilista ao qual tantas das aventuras modernas conduzem, na expectativa de criar e conservar algo real, ainda quando tudo em volta se desfaz (Berman, 1986, p.14).

A vida moderna, portanto, entre outras características, pode ser identificada como um período de grandes mudanças e descobertas nas ciências físicas, na transformação do conhecimento científico em tecnologia, bem como de uma extraordinária explosão demográfica e acelerado crescimento urbano, de forma catastrófica. Nesta esteira, os Estados nacionais se fortaleceram e se estruturaram burocraticamente, em uma busca crescente pelo poder.

Neste mesmo cenário, surgem novas formas de poder corporativo e de luta de classes, assim como movimentos sociais de massa e de nações, em oposição aos seus governantes políticos ou econômicos, na busca por algum tipo de gestão sobre sua existência, frente ao mercado capitalista mundial em expansão, que tem um poder manipulatório sobre pessoas e instituições.

Berman (1986) chama a atenção sobre a amplitude do tema da história da modernidade e, com o intuito de sistematizá-la, a divide em três fases. A primeira, compreendida entre o início do século XVI até o fim do século XVIII; a segunda com a grande onda revolucionária de 1790 e a terceira, no século XX.

A primeira fase, caracterizada ainda pela experimentação da vida moderna, pelo desconhecido, teve como um de seus expoentes Jean Jacques Rousseau, sendo ele o primeiro a usar a palavra “moderniste”, no sentido em que será empregada posteriormente, nos séculos XIX e XX.

A segunda fase tem início com o ambiente revolucionário de 1790, marcado pela Revolução Francesa e seus desdobramentos, nascendo um público que “partilha o sentimento de viver em uma era revolucionária, uma era que desencadeia explosivas convulsões em todos os níveis de vida pessoal, social e política”. (Berman, 1986, p. 16). Simultaneamente, esse mesmo público vive uma dicotomia decorrente da sensação de viver em dois mundos, já que tem recordações do que é viver, material e espiritualmente, em um mundo que não chega a ser moderno por inteiro. É dos desdobramentos de tal dicotomia que surge a ideia de “modernismo e modernização”.

A primeira mudança a se observar, segundo Berman (1986) é a paisagem:

> engenhos a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, amplas novas zonas industriais; prolíficas cidades que cresceram do dia para a noite, quase sempre com aterradoras consequências para o ser humano; jornais diários, telégrafos, telefones e outros instrumentos de media, que se comunicam em escala cada vez maior; Estados nacionais cada vez mais fortes e conglomerados multinacionais de capital; movimentos sociais de massa, que lutam contra essas modernizações de cima para baixo, contando só com seus próprios meios de modernização de baixo para cima; um mercado mundial que a tudo abarca, em crescente expansão, capaz de um estarrecedor desperdício e devastação, capaz de tudo exceto solidez e estabilidade (Berman, 1986, p.14).

Este ambiente do modernismo, ao mesmo tempo em que é atacado pelos escritores modernistas, contraditoriamente é visto como um cenário de grandes e novas possibilidades.

Marx e Nietzsche foram escritores com grande expressividade no século XIX, apesar de suas diferenças. Marx denuncia as contradições do século XIX, demonstrando que:

> De um lado, tiveram acesso à vida forças industriais e científicas que nenhuma época anterior, na história da humanidade, chegara a suspeitar. De outro lado, estamos diante de sintomas de decadência que ultrapassam em muito os horrores dos últimos tempos do Império Romano. Em nossos dias, tudo parece estar impregnado do seu contrário. O maquinado, dotado do maravilhoso poder de amenizar e aperfeiçoar o trabalho humano, só faz, como se observa, sacrificá-lo e sobrecarregá-lo. As mais avançadas fontes de saúde, graças a uma misteriosa distorção, tornaram-se fontes de penúria. As conquistas da arte parecem ter sido conseguidas com a perda do caráter. Na mesma instância em que a humanidade domina a natureza, o homem parece escravizar-se a outros homens ou à sua própria infâmia. Até a pura luz da ciência parece incapaz de brilhar senão no escuro pano de fundo da ignorância. Todas as nossas invenções e progressos parecem dotar de vida intelectual às forças materiais, estupidificando a vida humana ao nível da força material (Marx, apud Berman, 1986, p. 20).

Enquanto outros escritores do século XIX pensam em alternativas para driblar as contradições e conflitos da era moderna, no sentido de conciliar o progresso com os seus retrocessos, Marx busca elucidar que há uma mesquinhez marcando as contradições. Neste sentido a alternativa viável para superar tais contradições seria, nos dizeres do pensador: “as forças de vanguarda da sociedade devem ser governadas pelos homens de vanguarda e esses são os operários. Eles são a invenção dos tempos modernos, tanto quanto o maquinário”. Marx, apud Berman, 1986, p. 20).

A partir do entendimento acima, para Marx, in Berman (1986), os legítimos homens modernos são os operários, sendo eles os únicos que conseguirão superar as pressões e absolver as contradições dos tempos modernos.

Ademais, na análise marxiana, a modernidade se volta, ironicamente contra aqueles que a inauguraram, ou seja, a burguesia. Isto acontece, na medida em que “a dinâmica revolucionária destinada a destronar a burguesia brota dos mais profundos anelos e necessidades dessa mesma burguesia” (Marx, apud Berman, 1986, p. 20).

Já nos anos *1*880, sob a influência de Nietzsche, havia um sentimento em relação à era moderna, similar ao descrito por Marx. Este ponto em comum entre Marx e Nietzsche diz respeito à implosão do Cristianismo, desencadeadas dialeticamente pelos ideais cristãos de integridade da alma e a aspiração à verdade. Isto se justifica, considerando que, na era moderna, a humanidade está envolta a infinitas possibilidades e, simultaneamente, por uma ausência de valores.

Sintetizando a segunda fase e os pontos entre Marx e Nietzsche, bem como todos os grandes modernistas do século XIX — espíritos heterogêneos como Marx e Kierkegaard, Whitman e Ibsen, Baudelaire, Melville, Carlyle, Stirner, Rimbaud, Strindberg, Dostoievski e muitos mais — falam nesse ritmo e nesse diapasão. Berman (1986) diz:

> Notável e peculiar na voz que Marx e Nietzsche compartilham não é só o seu ritmo afogueado, sua vibrante energia, sua riqueza imaginativa, mas também sua rápida e brusca mudança de tom e inflexão, sua prontidão em voltar-se contra si mesma, questionar e negar tudo o que foi dito, transformar a si mesma em um largo espectro de vozes harmônicas ou dissonantes e distender-se para além de sua capacidade na direção de um espectro sempre cada vez mais amplo, na tentativa de expressar e agarrar um mundo onde tudo está impregnado de seu contrário, um mundo onde "tudo o que é sólido desmancha no ar". Essa voz ressoa ao mesmo tempo como autodescoberta e auto-tripúdio, como auto-satisfação e auto-incerteza. É uma voz que conhece a dor e o terror, mas acredita na sua capacidade de ser bem-sucedida. Graves perigos estão em toda parte e podem eclodir a qualquer momento, porém nem o ferimento mais profundo pode deter o fluxo e refluxo de sua energia. Irônica e contraditória, polifônica e dialética, essa voz denuncia a vida moderna em nome dos valores que a própria modernidade criou, na esperança — não raro desesperançada — de que as modernidades do amanhã e do dia depois de amanhã possam curar os ferimentos que afligem o homem e a mulher modernos de hoje (Berman, 1986, p. 23).

No que diz respeito à terceira e última fase da modernidade (século XX), sua característica marcante é o brilhantismo e a criatividade, tendo uma repercussão mundial, através das artes (pintura, escultura, poesia, teatro, dança, entre outras), assim como o surgimento de diversas disciplinas científicas. No entanto, como afirma Berman (1986), embora este brilhantismo e criatividade nas artes seja motivo de orgulho, há neste período a sensação de que houve um rompimento da conexão entre a cultura e a vida das pessoas. É como se não soubessem como usar o modernismo. Em outros termos, na medida em que o pensamento moderno se amplia de diversificadas formas, o pensamento das pessoas acerca da modernidade não se desenvolveu.

Comparando os pensadores do XX, com os do Século XIX, sobre a modernidade, observa-se:

> um radical achatamento de perspectiva e uma diminuição do espectro imaginativo. Nossos pensadores do século XIX eram simultaneamente

> entusiastas e inimigos da vida moderna, lutando desesperados contra suas ambiguidades e contradições; sua auto-ironia e suas tensões íntimas constituíam as fontes primárias de seu poder criativo" (Berman, 1986, p.23).

Em relação aos pensadores do século XX, o que se observa é uma grande polarização sobre a concepção de modernidade. Se por um lado ela era vista com entusiasmo e de forma acrítica, por outro ela é vista com total distanciamento. Em ambos os casos as visões são totalmente fechadas ou em outros termos: "Isto e Aquilo substituídos por Isto ou Aquilo" (Berman, 1986, p.23).

Dentre os que dizem não à vida moderna se encontra o pensador alemão Max Weber. Ele considerava a ordem capitalista como legalista e burocrática, que determina a vida e o destino dos indivíduos de forma implacável. O que diferencia o pensamento de Weber, de outros pensadores do século XIX, é que estes últimos, embora concordem que a tecnologia moderna e a organização social, condicionem o destino do homem, acreditam no potencial humano para compreender e combater esta realidade. Já os críticos da modernidade do século XX, de forma contraditória e irônica, mesmo considerando a sociedade moderna como um "cárcere", adotam a perspectiva do carcereiro: como os confinados são desprovidos do sentimento interior de liberdade e dignidade, o cárcere não é uma prisão, apenas fornece a uma raça de inúteis o vazio que eles imploram e de que necessitam (Berman,1986, p. 27).

Muitos pensadores do século XX adotam a perspectiva de Weber, no sentido da desconsideração pelos homens modernos, mas adotam uma postura mais à direita do que o próprio Weber, de forma distorcida e amplificada, se expressando assim:

> as massas pululantes, que nos pressionam no dia-a-dia e na vida do Estado, não têm sensibilidade, espiritualidade ou dignidade como as nossas; não é absurdo, pois, que esses "homens-massa" (ou "homens ocos") tenham não apenas o direito de governar-se a si mesmos, mas também, através de sua massa majoritária, o poder de nos governar? (Berman,1986, p. 27).

Esta perspectiva avançou no século XX e no fim dos anos 1960 o "homem unidimensional tornou-se o paradigma dominante de certo pensamento crítico" (Berman,1986, p. 28), apoiado no ensaio de Herbert Marcuse, onde em síntese proclamava-se que nenhuma mudança seria possível considerando que homens e mulheres modernos não passam de reproduções mecânicas. Embora Marcuse

declare sua identificação com Hegel e Marx, pouca ou nada detinha do pensamento desses grandes pensadores, visto que rejeitava a dinamicidade da história, as suas contradições, a importância das lutas e os seus progressos dialéticos.

Os movimentos dos jovens radicais dos anos 1960 lutavam por mudanças para que as pessoas tivessem mais autonomia em suas vidas, no entanto, atuaram em um contexto de predominância do paradigma unidimensional, onde nenhuma mudança poderia ser vislumbrada. A partir de então, segundo Berman (1986), foram abertos dois caminhos. Um deles voltado para o conhecimento da realidade daqueles considerados excluídos da sociedade moderna, ou seja, marginais, desempregados, perseguidos por questões de raça e cor, entre outros. Esses grupos eram considerados com uma "*vanguarda revolucionária*", na medida em que "não foram tocados pelo beijo da morte da modernidade" (Berman,1986, p.27). No entanto, tais pesquisas não tiveram continuidade, já que "no mundo contemporâneo ninguém é ou pode ser marginal" (Berman,1986, p. 27).

O outro caminho apontado por Berman (1986) gira em torno da discussão da natureza da modernidade, e de forma simplista e grosseira, bem aos moldes do que se tornou o modernismo do século XX, a subdivide em três tendências que configuram as atitudes em torno da vida moderna: a ausente, a negativa e a afirmativa.

A primeira delas, se expressa através de uma única preocupação, ou seja, com a arte em si.

> o único foco adequado para um artista, em qualquer forma ou gênero, era a natureza e o limite desse gênero: o meio é a mensagem. Logo, por exemplo, o único tema admissível para um pintor modernista era a planura da superfície (canvas etc.), onde a pintura ocorre porque "somente a planura é única e exclusiva em termos de arte". O modernismo, então, se torna a procura de uma arte-objeto pura, auto-referida. E assim foi: a adequada relação entre arte moderna e vida moderna veio a ser a ausência de qualquer relação. Barthes coloca essa ausência debaixo de uma luz positiva, até mesmo heróica: o escritor moderno "volta as costas para a sociedade e confronta o mundo dos objetos, recusando-se a caminhar através de quaisquer das formas da História ou da vida social". O modernismo aparece, desse modo, como uma grande tentativa de libertar os artistas modernos das impurezas e vulgaridades da vida moderna. Muitos artistas e escritores — e, mais ainda, críticos de arte e literatura — são gratos a esse modernismo por estabelecer a autonomia e a dignidade de suas atividades. Mas poucos artistas e escritores modernos pactuaram com esse modernismo por muito tempo: uma arte desprovida de sentimentos pessoais e de relações sociais está

> condenada a parecer árida e sem vida, em pouco tempo. A liberdade que ela permite é a liberdade belamente configurada e perfeitamente selada... da tumba (Berman,1986, p.28).

A outra tendência mencionada por Berman (1986) é a que ele denominou de "negativa" e que se caracteriza pelo caráter revolucionário, em oposição à totalidade da vida moderna e obteve credibilidade e força em um contexto de expansão da mentalidade dos anos 1960 e do apogeu do clima político, sendo que "o “ modernismo” “tornou-se palavra-código para todas as forças em revolta” (Berman,1986, p.27). No entanto, para Berman (1986):

> Isso obviamente mostra uma parte da verdade, mas deixa muita coisa de lado. Deixa de lado a grande epopéia da construção, uma força crucial do modernismo, de Carlyle e Marx a Tatlin e Calder, Le Corbusier e Frank Lloyd Wright, Mark di Suvero e Robert Smithson. Deixa de lado toda a força afirmativa e positiva em relação à vida, que nos grandes modernistas vem sempre entrelaçada com a sublevação e a revolta: a alegria erótica, a beleza natural e a ternura humana em D. H. Lawrence, sempre aprisionadas em abraço mortal com seu rancor e desespero niilistas; as figuras de Guernica, de Picasso, lutando por manter viva a própria vida, enquanto emitem o seu grito agudo de morte; o triunfante coro final de Um Amor Supremo, de Coltrane; Aliosha Karamazov beijando e abraçando a terra, em meio ao caos e à angústia; Molly Bloom trazendo o arquetípico livro modernista a um final com “sim eu disse sim eu farei Sim” (Berman,1986, p.27).

A terceira e última tendência considerada por Berman (1986), é a "afirmativa". Ela se desenvolveu nos anos 1960, sendo representada por um grupo heterogêneo de escritores, cuja proposta era eliminar as fronteiras entre a arte e outras atividades humanas, tais como:

> o entretenimento comercializado, a tecnologia industrial, a moda e o design, a política. Também encorajou escritores, pintores, dançarinos, compositores e cineastas a romper os limites de suas especializações e trabalhar juntos em produções e performances interdisciplinares, que poderiam criar formas de arte mais ricas e polivalentes. Para modernistas desse tipo, que às vezes se autodesignam “pós-modernistas”, o modernismo da forma pura e o modernismo da pura revolta eram ambos muito estreitos, muito auto-indulgentes, muito castradores do espírito moderno (Berman,1986, p. 30).

Este modernismo, que teve um caráter global, foi marcado pelo sua acriticidade, na medida em que não demonstrou preocupação em abordar e denunciar "os limites dos poderes desse mundo" (Berman,1986, p. 30).

Em síntese, o modernismo da década de 1960, embora tenha se dedicado a estabelecer uma conexão entre o presente, o passado e o futuro, cuja proposta era contribuir para que os homens se identificassem com o mundo contemporâneo, não teve êxito, o que se reflete nos anos posteriores. Neste sentido, a década de 1970, nos dizeres de Berman (1986), foi "insípida", sendo praticamente extinto o discurso e as controvérsias em torno do sentido da modernidade.

É nesta mesma década que começam a despontar e ganhar força, o pensamento estruturalista, através de artistas e escritores, havendo um distanciamento cada vez maior das questões relacionadas à modernidade. Aparecem neste cenário, os que adotam a mística do pós-modernismo:

> que se esforça para cultivar a ignorância da história e da cultura modernas e se manifesta como se todos os sentimentos humanos, toda a expressividade, atividade, sexualidade e senso de comunidade acabassem de ser inventados — pelos pós-modernistas — e fossem desconhecidos, ou mesmo inconcebíveis, até a semana passada (Berman,1986, p. 32).

2.1.1 A Decadência Ideológica da Burguesia

No quadro social em que se engendrou o projeto da modernidade capitalista, marcado pelos processos sociais de industrialização e de urbanização, vieram à tona tensões e contradições sociais, que se expressaram nas condições de trabalho vigentes nas unidades fabris, bem como a precarização das condições de vida e de moradia da classe operária. Neste cenário, o proletariado constituirá um movimento de resistência e revolta em relação às suas condições de existência na sociedade burguesa e à exploração do trabalho pelos capitalistas, o que favoreceu a disseminação das ideias socialistas entre os trabalhadores. O socialismo, portanto, no século XIX, “ganhará o coração e a mente das massas operárias, apresentando-se como uma das vertentes críticas do pensamento social, que herdou o espírito revolucionário do Iluminismo” (Evangelista, 1997, p. 48).

Frente à questão social que emergia na ascendente sociedade burguesa, os conflitos sociais tornaram-se objeto de estudo de intelectuais da época, gerando um intenso debate ideológico entre conservadores, liberais e revolucionários, que discutiam sobre a manutenção da reforma ou da necessidade de transformação da

sociedade capitalista. Este debate ocorreu em praticamente todos os países europeus, mobilizando forças sociais e políticas e criou as condições intelectuais para a constituição da matriz geradora das atuais Ciências Sociais. De acordo com Evangelista (1997):

> [...] a modernidade, em ternos intelectuais, caracterizou-se por uma pluralidade de formas de pensamento que, dificilmente, podem ser reduzidas aos mesmos pressupostos. No entanto, algumas dessas abordagens se tornaram hegemônicas, como formas de pensar no mundo ocidental, em que se estabeleceu uma clara primazia do conhecimento técnico-científico como modelo privilegiado de racionalidade – fundada numa objetividade que pressupunha a separação entre o sujeito e o objeto do conhecimento e na eliminação das interferências deformadoras da subjetividade na análise dos fenômenos –, dirigido para a busca sistemática da eficiência e da produtividade na relação com o homem e com a natureza (Evangelista, 1997, p. 49).

Contudo, as duas grandes matrizes teóricas que marcam a razão moderna foram o positivismo e a teoria social marxista. A primeira constitui-se como sustentáculo da ordem burguesa, considerando que esta precisava de um ideário para manter a perpetuação de suas estruturas, no campo político, econômico e social, no sentido de se proteger contra as ameaças decorrentes das lutas sociais e políticas, desencadeadas neste período histórico. Nesta perspectiva, da matriz positivista derivam as vertentes denominadas funcionalismo, estruturalismo e estrutural-funcionalismo, cuja abordagem para o conhecimento do real está ancorada na “racionalidade formal abstrata” ou “razão instrumental” que nega a dimensão dialética, histórica e humana da práxis social (Simionatto, 2009, p. 90).

Segundo Coutinho (2010), a história da filosofia burguesa pode ser compreendida em duas etapas principais. A primeira delas é caracterizada por um movimento progressista e ascendente, com uma orientação humanista e dialética, tendo início com os pensadores renascentistas até chegar a Hegel. A segunda etapa é demarcada por uma decadência vindo na sequência de uma total ruptura com as conquistas anteriores, tendo como marco histórico o período de 1830 a 1848. "Essa descontinuidade da evolução filosófica corresponde naturalmente à própria descontinuidade do desenvolvimento capitalista" (Coutinho, 2010, p. 21). É notório, portanto, que em sua primeira etapa, a burguesia representava os interesses do povo, no combate ao feudalismo e que, na segunda etapa, quando o proletariado surge na

história como classe autônoma, a burguesia muda os seus rumos, tornando-se uma classe conservadora, tendo os seus interesses voltados para a perpetuação e justificação teórica do existente. Neste sentido, a razão é vista com um crescente ceticismo.

Ainda sobre a decadência, mencionada por Coutinho (2010), cabe um aprofundamento, com base nos estudos de Lukács (2016), no sentido de caracterizar as tendências e principais características do pensamento decadente, sendo esta uma etapa importante para se entender o pensamento pós-moderno.

Lukács (2016) situa o período em que Marx esteve no auge de sua atividade política como aquele em que antecedeu a Revolução de 1948, incluindo aqui a sua preparação e a direção ideológica da “ala proletária da revolução ideológica” (p.100), sendo que a maior adversidade encontrada, na preparação ideológica da Alemanha, consiste no debate em torno da dissolução do Hegelianismo. Segundo Lukács (2016), “esse processo de desarticulação, caracteriza o fim da última grande filosofia da sociedade burguesa” (p. 100) e, simultaneamente, contribuiu para o surgimento do materialismo dialético.

É importante mencionar que, para a consolidação do materialismo dialético, foi necessário também fazer uma discussão crítica a respeito da economia clássica, sendo esta a maior e a mais peculiar das novas ciências da sociedade burguesa. Nesta perspectiva, foi Marx quem pesquisou e redigiu a história da dissolução da economia clássica, caracterizando-a no período de 1820 a 1830, o que, simultaneamente, consistiu em uma análise abrangente da decadência ideológica da burguesia, quando esta toma o poder político e se inicia a luta de classes entre ela e o proletariado.

Lukács (2016), reconhecendo a abrangência e a complexidade dos aspectos e características do período da decadência ideológica, analisados por Marx, se ateve a alguns pontos relevantes, sintonizados com perspectivas de pensamento e correntes ideológicas que provocaram esta virada da burguesia. São eles: à fuga da realidade e a pseudociência ou, em outros termos, a “virada da ciência”.

No que diz respeito à “fuga da realidade”, Lukács, 2016, diz:

> Com a fuga para a supremacia da ideologia “pura”, com a liquidação do materialismo e da dialética espontâneos dos representantes do “período heróico” no desenvolvimento burguês. O pensamento dos

> apologistas passa a fecundar-se não mais nas contradições do progresso social; pelo contrário, ele deseja mitigá-las de modo que correspondam às necessidades econômicas e políticas da burguesia (Lukács, 2016, p.101).

A exemplo do que bem caracteriza a "fuga da realidade", Marx e Engels criticam Guizot, um renomado historiador francês, que antes de 1848, teve significativas contribuições sobre o papel da luta de classes na história do surgimento da sociedade burguesa. No entanto, pós 1848, Guizot publica uma brochura sobre as diferenças entre as revoluções inglesa e francesa, onde enfatiza, em uma tese reacionária, que a revolução de 1848 foi um erro, além de "querer provar, a qualquer preço, que a manutenção da Monarquia de Julho[3] foi um imperativo da razão histórica" (Lukács, 2016, p. 101). É, portanto, nesta perspectiva, que Guizot, desconsidera, em suas análises sobre as revoluções inglesa e francesa, as diferenças existentes quanto ao desenvolvimento agrário, nos dois países, em relação ao incipiente capitalismo.

Em síntese, o que Lukács (2016) demonstra, é que Guizot, além de desconsiderar os fatos históricos (fuga da realidade) busca refúgio na "fraseologia religiosa, na intervenção armada de Deus*".* Nas palavras de Lukács (2016) esta é uma tendência geral entre os ideólogos do período da decadência, ou seja, *"*uma fuga para a pseudo-história ideologicamente ajustada, superficialmente concebida, subjetivística e misticamente distorcida*"* (Lukács, 2016, p. 102). Para o autor, este distanciamento da realidade, ou isolamento da vida em sociedade, transforma os enunciados científicos em fraseologias.

Dando continuidade aos pontos elencados por Lukács (2016), referentes à análise de Marx sobre o período da decadência, o autor optou por discorrer sobre dois aspectos da "virada da ciência": um de teor filosófico e o outro de teor econômico.

O primeiro exemplo foi relacionado ao autor James Mill, sendo este considerado por Marx como aquele que deu o ponto de partida metodológico da "primeira apologética rasa e direta, sendo que Marx faz a seguinte caracterização:

> [....] Mil quer, de um lado, apresentar a produção burguesa como forma absoluta da produção e, por isso procura demonstrar que as contradições reais delas são apenas aparentes. De um lado busca

[3] Nome com que a historiografia costuma designar o período histórico que decorreu em França, de 1830 a 1848, entre dois dos principais processos revolucionários considerados como ciclos da revolução liberal ou burguesa. (Wikipedia, recurso *on-line*).

> apresentar a teoria ricardiana como a forma teórica absoluta desse modo de produção e demonstrar que inexistem as contradições teóricas, tanto as sustentadas por outros, quanto as que o importunam. [...] é a tentativa pura e simples de apresentar como existente o que não existe. Contudo, é nessa forma imediata que mil tenta solucionar o problema. Assim não é possível resolvê-lo, mas apenas eliminar a dificuldade, mediante um raciocínio específico e, portanto, é pura escolástica (Lukács, 2016, p. 103).

Criticando Bruno Bauer, Marx sintetiza a concepção filosófica e histórica dos jovens hegelianos radicais: “A expressão nebulosa abstrata e nebulosa na qual, em Hegel, um conflito real é distorcido vale, para essa mente crítica como um conflito real [...] a fraseologia filosófica sobre uma questão real é, para ele, a própria questão real*”.*

A manifestação mais clara deste método geral da virada apologética no pensamento burguês ocorre quando ele é confrontado com a contradição do progresso da sociedade. O caráter contraditório do progresso é um problema universal da sociedade de classes (Lukács, 2016, p.104).

Marx demonstra, em suas afirmações, o antagonismo existente entre a defesa que a burguesia faz do progresso e a crítica romântica ao capitalismo, sendo que este se manifesta, no último período de florescimento da ciência burguesa, sobretudo através dos economistas Ricardo e Sismondi.

> Com a virada para a apologética, a linha de Ricardo é distorcida e rebaixada à condição de elogio direto e vulgar do capitalismo. A crítica romântica do capitalismo evolui para uma apologética mais completa e exigente, mas não menos desonesta e eclética, da sociedade burguesa, para seu louvor indireto, sua defesa a partir de seus “lados ruins”. [...] o processo espontâneo da decadência científica opera de mãos dadas com a defesa consciente e venal da economia capitalista (Lukács, 2016, p. 104-105).

Embora Malthus faça a defesa do capitalismo a partir das dissonâncias deste sistema econômico, a sua abordagem difere totalmente da defesa dos últimos clássicos da economia política, ou seja, Ricardo e Sismondi.

Ricardo se posiciona a favor da “produção pela produção”, entendendo o proletariado como parte da maquinaria e, francamente se opõe a qualquer classe que se oponha ao progresso, mesmo que esta seja a burguesia. Marx considera que Ricardo não está incorreto em sua avaliação, já que, de fato, na produção capitalista a força de trabalho humana é uma mercadoria e, portanto, Ricardo não está pecando contra a ciência, em sua análise.

Sismondi, considerado por Marx como um pensador corajoso e honesto, mediante as teses de Ricardo, faz uma crítica romântica ao capitalismo, ressaltando as contradições da sociedade burguesa (embora não as compreenda) e aos direitos singulares dos homens.

Já Malthus, defende a sociedade capitalista por caminhos opostos aos de Ricardo. Segundo Marx (*apud* Lukács, 2016, p. 106):

> Malthus também quer o desenvolvimento mais livre possível da produção capitalista, só que a condição desse desenvolvimento é a miséria dos seus principais agentes, as classes trabalhadoras, e essa produção deve, ao mesmo tempo, adaptar-se às "necessidades de consumo" da aristocracia, e de suas ramificações no Estado e na Igreja, e servir de base material para as exigências arcaicas dos representantes dos interesses remanescentes do feudalismo e do absolutismo monárquico. Malthus deseja a produção burguesa, desde que não seja revolucionária, não constitua fator histórico, e sim, mera base material mais ampla e cômoda para a "velha sociedade".

Ainda em relação à Malthus, Marx considera que este autor, estabelece algum contato com o anticapitalismo romântico, ao se referir às suas contradições, já que não se importa em encobri-las, mas, pelo contrário, busca ressaltá-las com o propósito de demonstrar que a miséria da classe trabalhadora é necessária.

Malthus, portanto, é considerado por Marx como o "precursor do declínio extremo da ideologia burguesa, que só depois tomaria o poder geral, sob a influência dos eventos internacionais de 1848 (Lukács, 2016, p. 107).

Nesta linha da decadência da crítica romântica ao capitalismo, outro autor analisado por Marx foi Thomas Carlyle, rebaixado de talentoso e brilhante representante do capitalismo romântico "à condição de aleijão decadente, de apologista, de apologista desonesto do capitalismo". (Lukács, 2016, p. 107). Assim como ele, pode-se mencionar o francês Linguet, do século XVIII, Balzac e Fourier no século XIX.

Os eventos de 1848 são interpretados por Carlyle como a derrocada da democracia, não reconhecendo em suas análises a luta da classe trabalhadora por melhores condições de vida e trabalho. Neste sentido, os eventos são tidos como caóticos e em desfavor da ordem, ao considerar que a hierarquização da sociedade com o domínio dos nobres é uma "lei natural eterna "(Lukács, 2016, p. 108).

Carlyle, portanto, que no passado foi considerado um anticapitalista romântico, transformou a sua crítica em uma “apologética filistéia do sistema capitalista*”.* (Lukács, 2016, p. 108).

Sintetizando, o que Lukács (2016) tenta demonstrar em relação à decadência ideológica, na perspectiva da crítica marxiana, é que existiu uma mistura eclética de imediaticidade e escolástica, sendo esta a “chave para a real compreensão de muitos pensadores modernos considerados profundos” (Lukács, 2016, p. 110):

> O fato de a decadência ideológica não levantar problemas fundamentalmente novos advém de uma necessidade social. Suas questões essenciais, assim como as do período clássico da ideologia burguesa, são respostas aos desafios postos pelo desenvolvimento social do capitalismo. A diferença consiste meramente em que os ideólogos mais deram uma resposta honesta e científica, ainda que incompleta e contraditória, ao passo que a decadência escapa covardemente de articular em voz alta o que existe e mascara essa fuga com “cientificidade objetiva” ou como matéria interessante de cunho romântico. Em ambos os casos, ela é, em essência, acrítica, atendo-se à superfície dos fenômenos, à imediaticidade, e interliga de forma eclética, fragmentos de ideias contraditórias (Lukács, 2016, p.111).

A síntese acima é fundamental para se compreender as características da decadência ideológica, em seus dois períodos, frente à sociedade capitalista, mas Lukács (2016), chama a atenção para outro complexo decisivo: a divisão social do trabalho. Embora ela seja anterior à sociedade capitalista, com a centralidade que a mercadoria adquire neste modo de produção, a divisão social do trabalho se amplia e aprofunda, existindo dois fatores fundamentais para a sua análise: a divisão entre cidade e campo e a separação entre trabalho físico e trabalho intelectual.

Segundo Lukács (2016):

> [....] a divisão capitalista do trabalho não só submete a si todos os campos da atividade material e intelectual, mas penetra profundamente na alma de cada homem singular e provoca nela deformações drásticas que, então, aparecem de formas variadas, em diversos modos de expressão ideológica. A submissão passiva aos efeitos da divisão do trabalho, a aceitação inconteste dessas deformações psíquicas e morais, bem como até seu aprofundamento e embelezamento pelos pensadores e escritores decadentes, constituem, um dos mais importantes traços do período da decadência (Lukács, 2016, p. 112).

A análise do pensamento decadente em grande parte justifica as afirmações de Rouanet (1993) de que é um lugar comum afirmar que a modernidade está em crise. No entanto, no seu entendimento, o que está em crise é "o projeto civilizatório da modernidade" (Rouanet, 1993, p.11) elaborado pela Ilustração, considerando que tal projeto possui como principais ingredientes, os conceitos de universalidade, individualidade e autonomia. Em outros termos, o que o autor busca elucidar é que existem elementos contraditórios no capitalismo, que são inerentes ao seu próprio desenvolvimento e que inviabilizam o projeto da modernidade. Neste sentido, a explicação ideológica é de que há uma "crise civilizatória", quando de fato, o que se presencia é uma crise do próprio sistema capitalista e não da modernidade em si. Posto isso, o autor considera que no Brasil e no mundo este projeto entrou em colapso, já que há uma recusa dos valores civilizatórios propostos pela modernidade e o que se presencia é um "vácuo civilizatório" (Rouanet, 1993, p.11):

> há uma grande descrença com relação ao sistema econômico. O capitalismo é vivido como gerador de desemprego e de exploração, o socialismo fracassou em suas promessas de eliminar a injustiça social e de promover a abundância, e ambos se revelaram ecologicamente predatórios (Rouanet, 1993, p.11).

Supõe-se que este quadro societário representa um novo período da história e atribui-se à modernidade o fracasso da relação entre a sociedade e a natureza, bem como a não efetivação da autonomia e da liberdade, pautados na razão. Neste sentido, a razão foi tida como falaciosa, ou então, de que não foi capaz de cumprir, por seus próprios meios, as suas promessas emancipatórias. Frente à estas considerações, urge a necessidade de construção de uma nova racionalidade que possa criar uma nova epistemologia, uma nova ciência e uma nova ética.

Nesta esteira, Lyotard (1979) introduz no debate das ciências sociais o pensamento pós-moderno, que adquire relevância no plano da cultura do ocidente capitalista e:

> irrompe nos domínios do saber, invade as manifestações estéticas, contagia as práticas políticas e, nas duas décadas seguintes, constituirá um campo teórico diferenciado e desencadeará a produção de uma bibliografia enorme, muito mais apologética que crítica" (Netto, 2010, p. 256).

No entanto, o autor considera que as expressões do pensamento pós-moderno antecedem 1978, já que o referido ensaio de Lyotard (1979) resgata tendências epistemológicas oriundas do neopositivismo e do estruturalismo.

A natureza da pós-modernidade não é precisa, entretanto, pode-se afirmar que "as ideias pós-modernas surgem como contraposição, como negação, ou como continuidade em novos termos deste período civilizatório chamado modernidade" (Evangelista, 1997, p. 40). O autor afirma que não há consenso, no debate contemporâneo, em torno das relações que o pós-moderno mantém com o moderno e, nem tampouco, sobre a abrangência dos termos utilizados: "moderno/pós-moderno; modernidade/pós-modernidade ou mesmo pós-modernismo e modernismo" (Evangelista, 1997, p. 40).

Netto (2010) afirma que a pós-modernidade não constitui um campo teórico e ideo-político homogêneo, sendo que há uma distinção entre aqueles pós-modernos de "oposição", que são críticos ao capitalismo e entre aqueles de "celebração". Do ponto de vista teórico, as distinções não são tão claras, "posto que não existe "uma" ou a teoria da pós-modernidade: há teorias pós-modernas" (Netto, 2010), que apresentam alguns traços em comum: a aceitação da imediaticidade com que se apresentam os fenômenos sociais; a recusa da categoria da totalidade; a semiologização da realidade. Há também duas constantes generalizadas: o ecletismo e o relativismo.

Para Netto (2010), um dos traços que melhor caracteriza a ambiência cultural pós- moderna reside na concepção idealista do mundo social:

> A regressão teórica contida nessa recaída idealista aparece especialmente na *entificação da razão* moderna, pelos pós-modernos, entificação que a torna um demiurgo onipotente de fazer inveja ao espírito hegeliano: a razão moderna é a responsável pelas "falácias" que se revestiram do caráter das "promessas" da modernidade – o controle otimizado da natureza (que, de fato, revelar-se-ia como destruição e vestíbulo da catástrofe ambiental) e a interação humana emancipada (que com efeito mostrar-se-ia como opressão e heteronomia). Para os pós-modernos na imanência da razão moderna, a dimensão instrumental estaria inevitavelmente vocacionada para "colonizar" a dimensão emancipatória (Netto, 2010, p. 263).

O autor considera que o idealismo acima expresso não é inocente, mas representa o esforço da ordem burguesa em atribuir à razão moderna a realidade histórico-social contemporânea, ocultando a ordem social capitalista.

Os pensadores mais críticos vinculam as expressões do pensamento pós-moderno às transformações econômico-políticas e societárias que ocorreram mundialmente a partir dos anos 1970, sendo que Harvey (2010) foi um dos autores que mais se dedicou a esta análise. A transformações ocorridas operaram uma total reconfiguração da ordem capitalista, sem, contudo, eliminar as suas "contradições elementares e a sua dinâmica essencialmente exploradora" (Netto, 2010, p.157).

Apesar das diferentes perspectivas de abordagem do pensamento pós-moderno, ele ganhou hegemonia entre a intelectualidade acadêmica, se espraiando para amplos segmentos sociais. É como se fosse:

> um espelho em que se refletem os dados mais imediatos da sociabilidade própria ao tardo-capitalismo e à sociedade tardo-burguesa: a atomização da vida social, o fragmentário e o efêmero das relações humanas, o intimismo, o particularismo, a que são compelidos os indivíduos na sua vida cotidiana manipulada, a inépcia das instituições sócio-políticas universalizadoras que acaba por compelir a ação política a intervenções moleculares, descontextualização das experiências pessoais no mundo no marco da infovias, a espetacularização dos acontecimentos, a avalanche simbólica que satura os espaços sociais, a obsolescência programada do mundo das mercadorias e a compressão espaço-temporal experimentada por centenas de milhões de homens e mulheres (Netto, 2010, p. 266).

Na condição de espelho da sociabilidade tardo-burguesa, o pensamento pós-moderno se coloca como uma ideologia – "não uma mentira, mas uma falsa consciência, já que não pode reconhecer a sua própria historicidade, mas também consciência na medida em que fornece um certo tipo de conhecimento que permite aos homens e mulheres moverem-se na sua vida cotidiana" (Netto, 2010, p. 266).

Em síntese, foi visto que a emergência da questão social, na sociedade burguesa, trouxe à tona as contradições inerentes ao modo de produção capitalista, intensificando o debate ideológico entre conservadores, liberais e revolucionários, em praticamente todos os países europeus. Neste cenário, foram criadas as condições intelectuais para a constituição das atuais ciências sociais.

Apesar da diversidade de pensamentos, duas grandes matrizes marcam a razão moderna: o positivismo e a teoria social marxista, sendo a primeira o sustentáculo da ordem burguesa.

Sobre a história da filosofia burguesa registram-se dois momentos: o primeiro, quando a burguesia representava os interesses do povo, no combate ao feudalismo, e no segundo, quando ela se tornou uma classe conservadora, se distanciando cada vez mais do projeto da modernidade. É neste período histórico, portanto, de decadência ideológica, que vêm à tona às ideias de pensadores que buscam justificar e naturalizar as contradições do capitalismo, tendo como traços fundamentais: a fuga da realidade e a pseudociência. Através de abordagens acríticas, superficiais e imediatistas, tais pensadores buscam interligar, de forma eclética, fragmentos de ideias contraditórias.

Neste cenário, onde as contradições inerentes ao capitalismo se expressam de forma incontornável, tornou-se “lugar-comum” falar sobre o fracasso do projeto da modernidade, indicando a suposta necessidade de construção de uma nova racionalidade, abrindo os caminhos para a construção do chamado “ideário pós-moderno”, enraizado essencialmente pelo irracionalismo, que será abordado no próximo tópico.

2.1.2 O Irracionalismo: das origens à pós-modernidade.

Entender a pós-modernidade e os seus impactos em processos sociais contemporâneos, decorre do apontou a necessidade de percorrer historicamente a origem deste ideário que tem uma das raízes no irracionalismo e que se molda de acordo com o pensamento burguês e sua necessidade de afirmação do modo de produção capitalista, em determinada quadra histórica. Este será um estudo com o objetivo de entender parte do percurso histórico do irracionalismo, destacando alguns pensadores em determinados períodos históricos, até chegar à contemporaneidade, onde se constata um aprofundamento dos ataques à razão em todas as esferas da atividade humana.

O percurso histórico e os fundamentos do “irracionalismo” estarão fundamentados em Lukács, através do seu livro “a Destruição da Razão”, onde o autor

busca elucidar e realizar uma crítica imanente aos pensadores e à sociabilidade da época, considerando a gênese e a função social de cada pensamento. Posteriormente, buscando uma linha de continuidade, realizar-se-á considerações sobre o “Estruturalismo” e seus maiores expoentes, que influenciam pensadores da contemporaneidade cujo intuito é o de compreender as origens do pensamento que aprofundou a “des-razão” dos dias atuais – o pensamento pós-moderno, que será aprofundado em estudos posteriores.

A premissa de Lukács (2020) é que o desenvolvimento das forças produtivas, o desenvolvimento social e o desdobramento das lutas de classes são as forças motrizes para as reflexões desencadeadas no âmbito da filosofia, assim como da arte e da literatura, ao contrário dos historiadores burgueses, que limitam o entendimento da filosofia, da arte e da literatura à ideia das histórias filosóficas e de seus respectivos pensadores.

Neste sentido, o irracionalismo é uma tendência central e decisiva da filosofia reacionária dos séculos XIX e XX, embora não seja a única. Para Lukács (2020) “não existe filosofia reacionária sem uma certa dose de irracionalismo” (Lukács, 2020, p.9). O autor partiu de uma linha central que caracteriza um tipo de respostas reacionárias, por parte da burguesia, no que diz respeito aos problemas históricos mais expressivos, a contar dos últimos cento e cinquenta anos que antecedem a publicação do livro: “A Destruição da Razão”. Uma das teses de Lukács é que “não existe visão de mundo inocente”, sendo, portanto, decisivo, no mundo filosófico o posicionamento a favor ou contra a razão. Neste sentido, o seu objetivo foi o de “desmascarar todos aqueles trabalhos teóricos que prepararam o terreno para a visão de mundo nacional-socialista”, mesmo que não demonstrem proximidade ao Hitlerismo. (Lukács, 2020, p.10).

Para que se configure uma autêntica crítica marxista-Leninista em relação à filosofia reacionária, é imprescindível uma demonstração concreta de que há distorções das questões filosóficas fundamentais e uma destruição de conquistas anteriores, em consequência a tais posicionamentos reacionários. O irracionalismo moderno nasceu da grande crise econômico-social, política e ideológica, na virada do século XVIII ao século XIX, sendo que a Revolução Francesa foi o acontecimento decisivo desta crise. Ele surgiu e se desenvolveu em permanente embate contra o

materialismo e o método dialético, sendo este debate filosófico um reflexo da luta de classes, considerando que a última forma da dialética idealista teve os seus desdobramentos juntamente à Revolução Francesa e às suas consequências sociais. Assim sendo, o primeiro período expressivo do “irracionalismo moderno” emerge em oposição ao conceito histórico dialético de progresso e tem início com o pensador Schelling indo até Kierkegaard e que, simultaneamente, corresponde ao “caminho que vai da reação feudal provocada pela Revolução Francesa à hostilidade burguesa contra o progresso (Lukács, 2020, p. 12).

Historicamente, a dialética idealista teve como precursores Vico e Herder, mas somente se expressou metodologicamente, com consciência e lógica, após a Revolução Francesa, sobretudo através da dialética hegeliana. No entanto, acontecimentos históricos, de grande monta, como as “jornadas de junho” de 1792 do proletariado parisiense e, sobretudo, a “Comuna de Paris” fazem com que o materialismo histórico e dialético passe à condição de adversário, uma vez que representa a concepção de mundo do proletariado, o que desencadeou, como reação, o desenvolvimento do irracionalismo que teve como seu maior representante o pensador alemão Nietzsche.

Fazendo uma analogia entre as duas etapas do irracionalismo, constata-se que na primeira, quando o adversário era a “dialética idealista burguesa”, as críticas possuíam uma relativa fundamentação, evidenciando alguns limites desta dialética. No entanto, quando o adversário passa a ser “o materialismo histórico e dialético”, os filósofos burgueses se depararam com a sua própria incapacidade para enfrentar o adversário, agravada pela ausência de vontade em conhecê-lo para criar uma polêmica com base em pressupostos científicos sérios e honestos. Tampouco, em nenhuma de suas etapas, o irracionalismo apresenta um caráter essencial imanente, mas estas surgiram como respostas reacionárias frente à luta de classes. Nesta nova etapa, inaugura-se o caminho para a “distorção, calunia e demagogia” (Lukács, 2020, p.13) que se farão presentes em filósofos irracionalistas posteriores, constituindo-se um traço essencial do irracionalismo, que irá se apresentar mais nitidamente na “concepção de mundo nacional socialista”. (Lukács, 2020, p.13*)*.

Apesar da falta de consistência e insustentabilidade dos argumentos que contribuíram para um rebaixamento do nível da filosofia, há uma unidade no

desenvolvimento do irracionalismo, haja vista que existe uma coesão entre o conteúdo e os problemas metodológicos trazidos por ele. Entre os pontos comuns trazidos pelos irracionalistas destacam-se, entre outros: “a depreciação do entendimento e da razão, a glorificação da intuição, a gnosiologia aristocrática, a recusa do progresso sócio histórico e a criação de mitos” (Lukács, 2020, p. 15).

É importante destacar que o irracionalismo é um fenômeno internacional, sobretudo no período imperialista, na sua luta contra o progresso sócio-histórico, bem como contra o socialismo. No entanto, algumas particularidades da Alemanha a tornaram um terreno propicio ao desenvolvimento do irracionalismo, conferindo a este país uma liderança neste terreno, tendo, como já foi dito, Nietzsche como o seu maior representante. Lukács (2020) considera como particularidades da Alemanha algumas características do seu desenvolvimento histórico, como o fato de que o desenvolvimento do capitalismo foi tardio, gerando consequências sociais, políticas e ideológicas. No entanto, o próprio autor considera que tal afirmação é muito genérica e que necessita de uma maior concretude, dada a complexidade e contraditoriedade dos processos históricos. Segundo o jovem Marx:

> A Alemanha compartilhou os sofrimentos desse desenvolvimento, sem compartilhar seus benefícios, suas satisfações parciais [...]. Por isso, numa certa manhã, a Alemanha encontrar-se-á no nível da decadência europeia antes de jamais ter alcançado o nível da emancipação europeia (Marx, apud Lukács, 1954/2020, p. 38).

De fato, todos os países que ocuparam posições importantes no período imperialista alcançaram formas desenvolvidas de irracionalismo, mas apresentaram variedades significativas, a depender da configuração adquirida pela luta de classes, em cada um deles e, ao mesmo tempo, pela herança filosófica recebida e pela posição do pensamento adversário.

2.1.2.1 O Irracionalismo no Período entre as Duas Revoluções (1789 – 1848)

Segundo Lukács (2020), o termo “irracionalismo” utilizado para indicar uma tendência ou escola filosófica apareceu pela primeira vez na obra de Kuno Fischer sobre Fichte e, posteriormente, foi utilizado por Shelling e Schopenhauer, no “Manual da História da Filosofia, de Windelband, em um capítulo intitulado “Metafísica do

Irracionalismo", mas foi Lask quem empregou esta terminologia de forma mais decidida. No entanto foi no período compreendido entre as duas guerras mundiais, que o "irracionalismo" se tornou uma designação amplamente conhecida.

Lukács (2020) demonstrou, em sua obra, que as formulações mais importantes sobre o "irracionalismo" ocorreram no período situado entre a Revolução Francesa e os anos de preparação ideológica da revolução de 1848. O autor chama a atenção para o fato de que Hegel não utilizava o termo "irracionalismo", mas se fez presente no debate e no confronto deste com a dialética. Embora Hegel ainda estivesse distante de uma generalização filosófica sobre o "irracionalismo", ele toca no problema central, de onde parte o seu desenvolvimento posterior, que incluem questões resultantes dos limites e contradições do pensamento puramente intelectivo.

Ao contrário, para Hegel são justamente estes limites ou os problemas, com os quais o pensamento humano se defronta, que o desafiam a buscar soluções racionais, sendo este o ponto de partida para a dialética. Já o irracionalismo, ao invés de enfrentar os desafios do conhecimento, absolutizou o problema, petrificou os limites do conhecimento intelectivo e transformou-os em limites absolutos do conhecimento, mistificando até mesmo o problema, convertendo-o artificialmente em problema insolúvel, atribuindo-lhe uma resposta "suprarracional". A equiparação entre entendimento e conhecimento, entre os limites do entendimento e os limites do conhecimento em geral, a adoção da "suprarracionalidade" (da intuição etc.) ali onde é possível e necessário avançar para um conhecimento racional – essas são as características mais gerais do irracionalismo filosófico (Lukács, 2020, p. 86).

A relação geral e metodológica entre o irracionalismo e a dialética consiste em admitir que existe um confronto entre "o pensamento e o ser", ou em outros termos, a realidade objetiva, em princípio, é muito mais rica e complexa do que os conceitos elaborados pelo pensamento, por melhor desenvolvidos que sejam estes. Assim sendo, quando a sociedade se desenvolve objetivamente e são descobertos novos fenômenos, abrem-se as possibilidades para que o irracionalismo transforme o progresso em um movimento retrógado, utilizando o recurso da mistificação. Identifica-se esta postura filosófica na virada do século XVIII para o XIX, determinadas em parte pelas revoluções francesa e industrial na Inglaterra, e em parte, como consequência, das crises que se manifestaram no âmbito das ciências sociais.

Nesta quadra histórica, a dialética de Hegel representa a filosofia burguesa, em seu ápice, na busca por um método que conseguisse dominar intelectualmente os problemas encontrados, com o propósito de garantir “a mais completa aproximação entre o pensamento, entre a representação intelectual da realidade e a própria realidade” (Lukács, 2020, p.88). Para se compreender a lógica sobre a qual se desenvolve o irracionalismo, é fundamental responder às questões apresentadas por Lukács:

> Mas o que sucede se o ato de pensar – por motivos que posteriormente terão de ser analisados de modo concreto e exaustivo – estancar diante das dificuldades e se intimidar diante delas? Se ele converte a constelação necessária que aqui se manifesta (sendo que esta deve repetir-se necessariamente a cada passo decisivo à frente) em algo por princípio insuperável, se a incapacidade para apreender determinados conceitos, determinada realidade, é hipostasiada até converter-se pura e simplesmente em uma incapacidade do ato de pensar, do conceito, do conhecimento racional em geral para apreender pelo pensamento a essência da realidade? E se, fazendo dessa necessidade uma virtude, essa incapacidade para a apreensão intelectual do mundo for apresentada como um “conhecimento superior”, como crença, intuição etc.? (Lukács, 2020, p. 89).

Para o autor, a escolha entre razão e irrazão nunca é uma questão filosófica imanente, ou seja, o que determina tal escolha, em primeiro plano é a sua situação de classe e os vínculos com determinada classe e não, como se haveria de supor, as suas considerações intelectuais e filosóficas, mesmo que tais escolhas não sejam conscientes. Ademais, deve se levar em conta que o recuo de muitos pensadores frente às verdades iminentes justifica-se com a repressão existente sobre “novas verdades”, a exemplo das que criticam a dialética de Hegel, sobretudo quanto à contradição entre método e sistema e às suas mistificações idealistas. Assim sendo, quando Lukács menciona a dialética de Hegel considera que tal crítica é de conhecimento geral, sendo, portanto, um pressuposto as perseguições sofridas por alguns pensadores do início da filosofia moderna, condenados à morte pela inquisição.

Outra questão decisiva é que, em cada época, cada classe, no confronto filosófico, coloca o “problema” de forma diferenciada, podendo gerar o irracionalismo. A maneira como o problema é enfrentado ou evitado ou como ocorre o recuo diante dele, irá depender das circunstâncias, dos desdobramentos históricos, das lutas de

classes. Ademais, há que se levar em consideração as diferenças existentes entre a filosofia e as ciências particulares, em relação à forma em que colocam e solucionam os problemas. Estas últimas geralmente resolvem as questões de forma direta, sem se preocuparem com as consequências ideológicas das soluções encontradas. Ao contrário, a filosofia se vê obrigada a enfrentar as questões de princípio e as questões relativas à visão de mundo. No entanto, até mesmo esta diferença é relativa e, também, historicamente relativa pois:

> Sob determinadas circunstâncias sócio-históricas, a afirmação de uma verdade puramente científica, sem qualquer generalização ideológica, sem que sejam dela extraídas imediatamente conclusões filosóficas, pode vir a encontrar-se no centro das lutas ideológicas de classe (Lukács, 2020, p. 92).

Em contrapartida, existiram também tendências filosóficas que tiveram como princípio central de seu método escapar de questões de caráter ideológico, o que é bastante característico do neokantismo e do positivismo da segunda metade do século XIX.

Em síntese, pode-se afirmar que o irracionalismo não possui uma história unitária e coerente, mas uma característica comum é a de evitar questionamentos filosóficos, metodológicos e ideológicos, embora possa se desenvolver de formas diferenciadas, a depender dos graus de desenvolvimento social e filosófico a ele correspondente.

É importante lembrar que a autonomia destas histórias é relativa, já que toda a história da filosofia, compreendida e demonstrada com rigor científico e racional é tomada como parte da história geral da sociedade. Outra marca decisiva do irracionalismo é a “transformação artificiosa da suposta insolubilidade em solução e a pretensão de que nessa recusa do problema, nesse desviar-se dele, nessa fuga diante de uma resposta positiva, esteja contida a verdadeira apreensão da realidade” (Lukács, 2020, p. 93). A produção capitalista tem um significado fundamental para se compreender o irracionalismo e Lukács (2020) ressalta uma diferença qualitativa, entre o desenvolvimento pré-capitalista e o capitalista, no que diz respeito às forças produtivas: “o proletariado é a primeira classe oprimida da história universal que está em condições de contrapor à visão de mundo dos opressores, uma visão de mundo própria, independente e superior (Lukács, 2020, p. 95).

Há também uma questão decisiva sobre a relação entre ciência e visão de mundo, ou seja, na fase de ascensão da burguesia é uma relação de incentivo mútuo e na “fase de decadência” se transforma em um impedimento para ambos, tendo como resultados uma situação particular na sociedade burguesa que é a acientificidade ou, em outros termos, o espírito anticientífico, que em momentos críticos de inflexão volta-se contra a razão. Em consequência, tem-se um ambiente intelectual diversificado, já que simultaneamente a estas tendências a-científicas, a conquista da natureza pelas ciências naturais e pela técnica, mesmo com uma diminuição em seu ritmo, prossegue sem interrupções, ”já que no capitalismo decadente, a estagnação e o retrocesso das forças produtivas não assumem a forma de um retorno forçado para métodos inferiores de produção (Lukács, 2020, p. 96).

No que diz respeito ao irracionalismo no período imperialista, de maneira geral, pode-se afirmar que o marco do período da decadência da ideologia burguesa é o fim da revolução de 1848, mas existem particularidades temporais, sobretudo na literatura e na arte. Ademais, o período compreendido entre 1848 e 1870 contempla relevantes figuras de transição, cujas obras apresentam traços da decadência, mas que pelo conteúdo central, não se inserem, de modo algum a esta fase. No campo das ciências teóricas, particularmente na economia e na filosofia burguesa, respectivamente, o declínio se inicia antes do período acima, com a dissolução da Escola de Ricardo (na década de 1820) e com a dissolução do Hegelianismo (décadas de 1830 e 1840) e situação similar ocorre com as ciências históricas. Em relação às ciências naturais houve muitos avanços, a exemplo da obra prima de Darwin, que aparece entre 1848 e 1870, mas, apesar disso, não há alterações neste quadro de declínio do pensamento burguês e a difusão de concepções reacionárias.

Mediante os fatos acima, Lukács (2020) considera que os anos de 1870 e 1871 representam um ponto de inflexão no desenvolvimento ideológico, a começar pelo encerramento do cumprimento de uma das exigências da revolução burguesa que foi a formação dos grandes Estados Nacionais na Europa Central e na Ocidental. Em 1864 deu-se a fundação da “Primeira Internacional” e em 1871 nascia a “Comuna de Paris”, a primeira ditadura do proletariado, que embora restrita a uma metrópole, conseguiu tomar o poder. Tais acontecimentos geraram consequências ideológicas e “a polêmica da filosofia burguesa se dirige contra o novo adversário, contra o

socialismo” (Lukács, 2020, p. 271). O inimigo principal de toda a filosofia reacionária passa a ser a visão de mundo do proletariado, modificando, portanto, o seu objeto e a forma de expressão. Considerando que o novo adversário também já havia se manifestado do ponto de vista teórico, através do marxismo, tornou-se cada vez mais difícil para os ideólogos da burguesia combatê-lo de forma silenciosa e, então, mesmo que de forma contraditória e lenta, se colocam no debate pela necessidade de combater o adversário e não por necessidades próprias. A inserção no debate, de forma defensiva, representa cada um dos interesses de classe burguesa e se torna mais evidente a partir da “Primeira Guerra Mundial Imperialista”, após a vitória da “Grande Revolução Socialista de Outubro na Rússia”.

Como já foi dito anteriormente, combater a dialética idealista de Hegel foi uma tarefa menos difícil do que a de combater o materialismo histórico e dialético, dada a ausência de condições, por parte dos filósofos burgueses, em compreender o objeto de sua polêmica e exercer uma crítica efetiva. Neste sentido, o caminho encontrado para a inserção no debate foi inicialmente o de criar polêmicas em torno do materialismo e da dialética, bem como, em um momento posterior “contrapor demagogicamente uma pseudo-dialética à dialética real”, o que, nos dizeres de Lukács “faz cessar toda a moralidade científica, havendo um rebaixamento intelectual” (Lukács, 2020, p. 273).

Este modo de reagir, de forma instintiva, ao perceberem as tendências perigosas de seu tempo, faz parte da essência e da metodologia dos ideólogos do irracionalismo moderno, que de forma reacionária se expressam contra o progresso da filosofia e do método dialético. Nietzsche foi o maior ideólogo desta fase do irracionalismo, em parte pelos acontecimentos históricos, já mencionados, que coincidiram com a sua aparição, bem como por ter concluído a sua atividade às vésperas do período imperialista, sendo considerado como o “mentor filosófico da reação imperialista” (Lukács, 2020, p. 278). A outra parte se atribui aos seus dons pessoais, à sua sensibilidade para antecipar e perceber aquilo que “a intelectualidade parasitária do período imperialista necessita, aquilo que a comove e inquieta intimamente, bem como o tipo de resposta que a deixaria mais satisfeita” (Lukács, 2020, p. 275).

Lukács (2020) questiona: “com que direito podemos afirmar de Nietzsche que toda a sua obra foi uma polêmica contra o marxismo e o socialismo, se é evidente que ele jamais leu sequer uma linha de Marx e Engels? (Lukács, 2020, p. 273). Ademais, Nietzsche exercia um fascínio sobre uma camada de intelectuais parasitários, com seus gestos aparentemente hiper-revolucionários e, ao mesmo tempo, por apresentar ou sugerir respostas a todas as questões, o que se tornou o conteúdo de classe reacionário da burguesia imperialista, embora o próprio Nietzsche não tenha chegado a viver neste período.

Segundo Lukács (2020), este duplo caráter corresponde a um triplo sentido, ao ser social e, portanto, ao mundo dos sentimentos e do pensamento dessa classe em sua decadência, que segundo o autor, em primeiro lugar possui: “a oscilação entre o mais refinado sentido para nuanças, a mais seletiva hipersensibilidade e as repentinas explosões de uma brutalidade não raro histérica constituem o sinal característico essencial de toda decadência” (Lukács, 2020, p. 268).

Em segundo, em íntima relação com isso, existe um profundo descontentamento com a cultura do presente, um “sentimento de mal-estar na cultura”, como o denomina Freud uma revolta contra ela, mas uma revolta na qual o “rebelde” não quer, em hipótese alguma, que se toque nos próprios privilégios parasitários nem em sua base social, de modo a saudar com entusiasmo a ocasião em que o caráter revolucionário desse descontentamento recebe uma sanção filosófica, mesmo quando, de acordo com o seu conteúdo social, ele se transforma numa defesa contra a democracia e o socialismo.

Finalmente, em terceiro lugar, precisamente durante o período da influência de Nietzsche, o declínio de classe e a decadência chegam a tal ponto que também a sua valoração subjetiva no âmbito da classe burguesa passa por uma transformação importante: enquanto, por um longo período, só os críticos progressistas de oposição haviam descoberto e denunciado os sintomas da decadência, a maior parte da intelectualidade burguesa mantinha a ilusão de viver no “melhor dos mundos”, defendendo a “sanidade” e o caráter progressista da própria ideologia[4], agora a percepção da decadência, a consciência de ser decadente, começa a ocupar cada

[4] Esta é a imagem brilhante de Lukács do “Grand Hotel Abismo”, uma analogia à Montanha Mágica, do Thomas Mann, que será incorporada à tese.

vez mais o centro do autoconhecimento dessa intelectualidade. Essa mudança se expressa, sobretudo, num relativismo, pessimismo, niilismo etc. autocomplacente, narcisista e frívolo, mas que muitas vezes se converte – em intelectuais honestos – em um sincero estado de desespero e, como consequência, numa atmosfera de rebeldia (messianismo etc.) (Lukács, 2020, p. 276).

A importância de Nietzsche, neste período, é relevante, pois ao reconhecer e admitir a decadência da burguesia, ele aponta caminhos para a sua autossuplantação. Neste sentido, a ascensão do proletariado e as suas lutas tornam-se atraentes para Nietzsche e outros intelectuais da época, que percebem aí uma possibilidade de recuperação da sociedade e de si mesmos, no que concerne à moral e ao modo de conduzir a vida. Contudo, parte expressiva destes intelectuais não têm clareza do alcance de uma verdadeira transformação socialista, do ponto de vista econômico e social, vislumbrando apenas os aspectos ideológicos. Em outros termos, estes intelectuais, desconhecem que o real socialismo implicaria em uma ruptura com a própria classe, na qual estão inseridos.

Outro traço relevante de Nietzsche e que contribuiu para a sua importância filosófica é o caráter duradouro do seu pensamento, o que pode ser atribuído à sua forma mítica de expressão, bem como aos aforismos utilizados por ele, o que favorecia interpretações diversas e, em algumas situações, até mesmo antagônicas, de acordo com os interesses da burguesia e as aspirações de seus ideólogos. A título de exemplo, pode-se mencionar dois períodos históricos: o de preparação ao Hitlerismo e o posterior à derrocada de Hitler. Nietzsche recebeu acusações de não ser um filósofo de verdade, por não possuir um sistema. No entanto, ele próprio era contrário a qualquer tipo de sistema, não casualmente, mas considerando que:

> A crise filosófica da burguesia, que se manifestou na dissolução do hegelianismo, foi muito mais que o reconhecimento da insuficiência de um sistema determinado; ela foi a crise do pensamento sistêmico milenar que predominou. Junto com o sistema hegeliano ruiu também a aspiração de ordenar e compreender de modo unitário – a partir de princípios idealistas, portanto, dos elementos da consciência humana – a totalidade do mundo, as leis do seu devir (Lukács, 2020, p. 281).

Neste sentido, o tempo de Niestzsche é marcado por tendências relativistas e agnosticistas, sendo ele o primeiro e o mais influente pensador a converter o agnosticismo em mito. A análise do pensamento e da obra de Nietzsche é complexa

e extensa e, portanto, foram realçadas apenas algumas características, com o intuito de se compreender aspectos do seu pensamento que persistem e influenciam pensadores da contemporaneidade. Segundo Lukács (2020), se for analisado do ponto de vista lógico-filosófico, Nietzsche fez afirmações extremamente arbitrárias, contraditórias e excludentes entre si. No entanto, o autor acredita que existe um sistema coerente em Niestzsche, sendo que o "nexo essencial e o aspecto sistemático residem precisamente no conteúdo social de seu pensamento: na luta contra o socialismo" (Lukács, 2020, p. 349). Em síntese, Nietzsche:

> Criou um "modelo" metodológico da apologética indireta do capitalismo para todo o período imperialista, apontou o caminho para que, partindo-se de uma teoria do conhecimento extremamente agnóstica, de uma teoria do niilismo extremo, possa-se desenvolver um reino fascinante e resplandecente dos símbolos do mito imperialista (Lukács, 2020, p.349).

Como já foi dito anteriormente, a influência do pensamento de Nietzsche foi duradoura e se estendeu a outros pensadores.

No período Pós-Guerra, inaugura-se uma nova etapa do irracionalismo que se caracteriza por uma aparência de racionalidade, mas que não passou de uma ilusão, por parte das massas vitimadas pelo fascismo, achar que se iniciaria um período de paz e liberdade. Pelo contrário, se iniciou a preparação de uma nova guerra, agora contra a União Soviética, a denominada "guerra fria", sendo importante demarcar o movimento intelectual que se seguiu à derrota de Hitler, já que um problema central do mundo imperialista é o de realizar um trabalho ideológico sobre as massas em relação a guerra fria. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos passaram a assumir cada vez mais a força da liderança da reação imperialista, tomando assim o lugar da Alemanha. Lukács (2020) não se dedicou a estudar profundamente as ideologias deste período, mas, segundo ele, realizou apenas um esboço genérico, de como se manifestam os novos traços do período posterior a 1945, de suas principais tendências e os seus representantes mais significativos. É certo que as potências democráticas lutaram na guerra mundial contra o fascismo e, devido a isso, era natural que, às vezes, demonstrassem ou se sentissem como herdeiras do período de florescimento da democracia burguesa. No entanto:

> a coalisão contra o fascismo se desfez rapidamente e a “cruzada” contra o comunismo, o principal leitmotiv da propaganda hitlerista, passa a ser, de modo cada vez mais enérgico, a pauta das potências democráticas (Lukács, 2020, p. 664).

Na realidade, ocorre uma mudança na orientação de tais concepções “democráticas”, mas mesmo depois de uma completa transformação, buscam manter a aparência de uma certa continuidade com a etapa anterior, que se apresenta como uma luta contra o “totalitarismo”, termo utilizado para se referir indiscriminadamente tanto ao fascismo quanto ao comunismo, o que consiste em uma nova hipocrisia, considerando que: com a finalidade de combater o comunismo em termos políticos, a “democracia” precisa se aproximar intimamente dos resquícios do nazismo na Alemanha (Hjalmar Schacht, os Krupp, os generais de Hitler), de Franco etc. De modo que a ideologia “antitotalitária” assume inevitavelmente, e de um modo cada vez mais nítido, traços fascistas: “a “cruzada” contra o comunismo, contra o marxismo-leninismo, é uma velha herança da democracia burguesa transmutada reacionariamente” *(*Lukács, 2020, p. 665).

No entanto, Lukács (*2020)* se atém ao aspecto ideológico da questão e adverte para a importância de se compreender o verdadeiro significado das diferenças que separam a ideologia do “mundo livre” liderado pelos Estados Unidos (que contém traços fascistas) e a ideologia hitlerista. No entanto, o autor chama a atenção para o fato de que as diferenças entre as duas ideologias, embora possam parecer antagônicas, em alguns pontos, devem ser consideradas dentro das suas similaridades ideológicas e sociais.

É fato que, mesmo no pós-guerra, continuaram existindo agrupamentos secretos fascistas e organizações de sicários, a ideologia nazista continuou se manifestando e se desenvolvendo abertamente, embora a renovação pura e simples do hitlerismo tenha sido praticamente impossível, no período pós-guerra. A reação internacional, inclusive a alemã, se encontra desde a queda de Hitler numa nova situação objetiva. Baseado em um extremo irracionalismo, Hitler, de forma enganosa, conquistou as massas com sua demagogia nacional e social e encaminhou os sentimentos nacionais do povo alemão, que nada tinham de ilegítimos, para a ideologia de um chauvinismo imperialista agressivo e opressivo em relação a outros povos. Ademais, com a aparente demagogia de uma ordem social revolucionária, que

se colocava acima do dilema entre capitalismo e socialismo, Hitler assegurou a dominação do capitalismo monopolista alemão, de forma reacionária e bárbara. O desfecho da guerra destruiu os mitos acima, que constituem uma unidade ideológica.

A vitória do socialismo no centro da Europa e na China, depois que partidos comunistas de massa floresceram sobretudo na França e na Itália, tornou visível para todo o grupo de capitalistas monopolistas o quanto seria arriscado implementar manobras para que as massas acreditassem novamente em “outro” socialismo. É necessário, portanto, destacar a diferença econômica entre as duas potências (Alemanha de Hitler e os Estados Unidos do pós-guerra), que em períodos históricos diferenciados atuaram como centro da reação capitalista. No que diz respeito à Alemanha, a sua política imperialista, extremamente violenta, se deve ao fato deste país ter desenvolvido o modo de produção capitalista, de forma tardia, em relação a outros países. Em decorrência do referido atraso, a Alemanha se deparou com um mundo já repartido colonialmente, o que explica a sua postura militarmente agressiva, em busca de uma nova repartição do planeta. Em contrapartida, nos Estados Unidos, nem mesmo nos períodos de profundas crises, o capitalismo esteve em risco. A sua constituição, desde o início, teve um caráter democrático, diferentemente do que ocorreu na Alemanha. Ademais, a classe dominante deste país, sobretudo no período imperialista, conseguiu assegurar, através da legalidade democrática, uma ditadura do capital monopolista, que inclusive pode ser comparada à ditadura que Hitler conquistou com a sua tirania. No entanto, tornou-se perceptível para poucos americanos a forma em que essa “liberdade democrática” paulatinamente pode evoluir para um sistema de opressão fascista, sem que ocorresse uma mudança formal. Isso justifica o fato de que, ideologicamente, os Estados Unidos defendem abertamente o capitalismo e a “liberdade” capitalista.

Feitas as considerações acima sobre as diferenças entre a Alemanha e os Estados Unidos, no que diz respeito à reação, cabe demarcar, do ponto de vista filosófico-metodológico, o que Lukács (2020) denominou como a “apologia indireta do capitalismo”, aquela que deixou de ser a ideologia dominante da reação, com a queda de Hitler, sendo substituída pela “apologia direta do capitalismo”. No entanto, de forma direta ou indireta, o problema do capitalismo monopolista ocupa um lugar central, no sentido de conter a indignação das massas, que de certo modo já haviam

compreendido as conexões existentes entre os monopólios e as leis que regem a vida no capitalismo, podendo isto implicar em uma agitação espontânea em direção ao socialismo. Sintetizando a mudança geral de orientação ideológica após a derrocada de Hitler, Lukács (2020) afirma que:

> A demagogia social hitlerista esteve sempre atrelada a um irracionalismo aberto, que culmina no seguinte estado de coisas: as contradições do capitalismo, tidas como insolúveis mediante o emprego de meios normais, abriram caminho para um salto num mito radicalmente irracionalista. A defesa atual – diretamente apologética – do capitalismo, renuncia, aparentemente, ao mito e ao irracionalismo. Pelo contrário: segundo a forma, o modo de exposição, o estilo, trata-se aqui de uma cadeia argumentativa puramente conceitual e científica. Mas só aparentemente, pois o conteúdo dessas construções conceituais é a pura falta de conceito, a construção de conexões não existentes, a negação da legalidade real em função de conexões aparentes, reveladas imediatamente (livres de conceitos) pela imediaticidade da superfície da realidade econômica. Estamos, portanto, diante de uma nova forma de irracionalismo, que se caracteriza por sua aparência de racionalidade (Lukács, 2020, p. 673).

Para o autor, o crescimento das tendências anticientíficas da economia, no período imperialista, está intimamente relacionado às condições da apologética direta do capitalismo. Ele retoma a reflexão de Marx sobre as tendências do irracionalismo serem imanentes à antiga economia vulgar, ressaltando que elas persistiam à economia vulgar característica do período imperialista, porém em uma maior escala: “o incremento da quantidade se transforma aqui numa nova qualidade: o irracionalismo implícito da antiga economia vulgar se converte agora num irracionalismo explícito” (Lukács, 2020, p. 674).

Resumidamente, e sem a pretensão de abordar todos os pensadores, foram apresentados neste texto, alguns momentos e questões fundamentais para se delinear o caminho histórico percorrido pelo irracionalismo, através do referencial de Lukács (2020), até se chegar ao Estruturalismo, que nos dizeres de Dosse (1993) “deflagra uma verdadeira revolução intelectual, tendo como base a desconstrução” (Dosse, 1993, p. 391).

2.1.3 O Estruturalismo

Nos idos anos 1950 e 1960 surge um fenômeno na França que obteve, sem precedentes na história intelectual deste país, a adesão de inúmeros intelectuais, o Estruturalismo. O êxito, do então denominado “Estruturalismo”, pode ser atribuído a dois fatores simultaneamente: por ter se apresentado como um método cientificamente rigoroso e fundamentalmente por ter se constituído “um momento particular da história do pensamento suscetível de ser qualificado como o tempo forte da consciência crítica” (Dosse,1993, p.14).

Segundo Dosse (1993), o paradigma estruturalista teve uma dupla função: a de contestação e a de contracultura, com um saber proscrito à margem das instituições canônicas. A expressão contestatória do estruturalismo está situada em um momento da história ocidental que apresenta uma rejeição da cultura ocidental tradicional, almejando novos modelos e trazer à tona tudo o que foi recalcado neste período. Assim sendo, não foi casualmente que “as duas ciências faróis do momento – a antropologia e a psicanálise – privilegiam o inconsciente, o avesso do sentido manifesto, o reprimido, inacessível, da história ocidental” (Dosse,1993, p. 14). Segundo Dosse (1993), o termo estruturalismo é derivado da palavra “estrutura”, que inicialmente teve um sentido relacionado à arquitetura. Nos séculos XVII e XVIII ampliou-se a utilização deste termo, através de uma analogia com os seres vivos e de modo geral, o termo passa a assumir o sentido “da descrição da maneira como as partes integrantes de um ser concreto organizam-se numa totalidade. Pode abranger múltiplas aplicações (estruturas anatômicas, psicológicas, geológicas, matemáticas [...]” (Dosse, 1993, p.15).

No campo das ciências humanas, o termo foi utilizado somente no século XIX, por pensadores como Spencer, Morgan e Marx, embora por este último tenha sido pouco utilizado. A sua consagração ocorrerá no final do século XIX, por Durkheim, mas na escala de todas as ciências humanas, o termo estruturalismo provém da evolução da linguística. A reconstituição histórica do estruturalismo e a sua periodização não são tarefas fáceis, considerando que os seus contornos são vagos e difusos. No entanto, é possível constatar a sua progressão, a partir dos anos 1950 e a sua influência para além das fronteiras disciplinares, nos anos 1960, sendo 1966 “o momento farol desse período, pela intensidade, o brilho irradiante, a fusão do universo dos signos” (Dosse, 1993, p. 17).

A partir de 1967 tem início o período de refluxo do fenômeno estruturalista, sendo muito criticado pela imprensa. Quanto ao refluxo, não há uma temporalidade unívoca, podendo se identificar defasagens entre as diversas disciplinas das ciências humanas. Como pensadores que se tornaram referências no estruturalismo, Dosse (1993) destaca: Michel Foucault, Louis Althusser, Roland Barthes, Jacques Lacan e Claude Levi Strauss.

Feitas estas considerações, com o intuito de situar o estruturalismo, cabe neste texto uma questão fundamental: qual a linha de continuidade entre o irracionalismo, em seus vários momentos históricos e o fenômeno do estruturalismo, se a sua difusão se deve em parte pelas promessas de um rigor científico? Coutinho (2010) traz reflexões importantes sobre o tema que contribuem para a construção desta resposta. Para este autor, o estruturalismo é apenas uma das manifestações do "racionalismo" formalista e tanto ele como o "irracionalismo" são expressões do pensamento ideológico da burguesia, que:

> quando atravessa momentos de crise acentua ideologicamente o momento irracionalista, subjetivista, quando enfrenta períodos de estabilidade, de "segurança" prestigia as orientações fundadas no "racionalismo" formal (Coutinho, 2010, p. 16).

Embora aparentemente as duas posições sejam opostas, do ponto de vista filosófico, há uma unidade entre ambas que se constitui essencialmente no abandono dos três núcleos categoriais herdados da filosofia clássica pelo marxismo: o historicismo concreto, a concepção do mundo humanista e a razão dialética. É digno de nota que os núcleos citados foram construções da própria burguesia em sua fase ascendente. Neste sentido, esferas fundamentais da realidade objetiva são consideradas incognoscíveis e, portanto, lançadas no campo da irrazão e do irracionalismo. Em outros termos, pode-se afirmar que as limitações do racionalismo formal são o "ponto de partida para a arbitrariedade racionalista" (Coutinho, 2010, p.17).

O abandono de tais núcleos categoriais, que possuem como traço fundamental a dimensão crítica, faz com que as duas posições – o racionalismo formalista e o irracionalismo – se rendam à "positividade fetichizada do mundo contemporâneo", sendo que a ponte entre as duas posições é o agnosticismo (Coutinho, 2010, p.17). Na impossibilidade de um aprofundamento sobre a temática do estruturalismo, nos

limites deste trabalho, buscar-se-a compreender as suas principais características através da análise de Ferry e Renault sobre o “Pensamento 68” ou “filosofia francesa dos anos 68”, que se refere exclusivamente a uma constelação de obras cronologicamente próximas a Maio de 1968 e, acima de tudo, aquelas cujos autores reconheceram, quase sempre explicitamente, um parentesco de inspiração com o movimento.

A maior parte das obras marcantes ou, ao menos, fundadoras do que se poderia chamar hoje de uma “geração filosófica” é efetivamente quase contemporânea da crise de Maio, precedendo-lhe um pouco ou lhe sucedendo imediatamente (Luc Ferry & Alain Renault, 1988, p.12). Resguardando os estilos próprios, os filósofos do sixties interpretaram o Maio de 1968, por ângulos diferenciados, conforme os seus objetos de estudos, mas há uma questão fundamental que requer um aprofundamento do seu significado, que diz respeito à defesa do sujeito contra o sistema. Em outros termos, esta defesa estaria mais relacionada à tradição do humanismo ou ao individualismo contemporâneo?

Para os autores Ferry e Renault (1988), a filosofia dos anos 1968 optou pelo partido do anti-humanismo e descreveram a sua estrutura intelectual, destacando quatro características essenciais. A primeira se refere ao tema da “morte da filosofia”, que se fez presente em toda a filosofia, em torno dos anos 1968 e que consiste na afirmação de que a tradição filosófica, nos moldes em que ela se desenvolveu, de Platão a Hegel chegou ao limite, tendo esgotado todas as suas possibilidades. Apesar da diversidade de interpretações, há dois modelos de desconstrução: o marxismo e a genealogia Nietzscheana/Heideggeriana.

Uma segunda característica diz respeito ao “paradigma da genealogia” mediante a convicção de que toda a atividade filosófica deveria se definir pelo método genealógico, no sentido proposto por Nietzsche, ou seja, a questão filosófica fundamental não seria mais “o que é que”? mas sim “quem é que”? (Ferry & Renaut, 1988, p. 28). Isto significa dizer que o importante, frente a um discurso, não é discernir o seu conteúdo, mas interrogar sobre as suas condições de produção.

Considera-se, como os filósofos da genealogia a tríade: Marx, Nietzsche e Freud. No entanto, a história da filosofia moderna, oscila entre estes dois tipos: *a*

racionalista e a Nietzscheana que se diferenciam no que diz respeito à prática da genealogia.

A racionalista tem como inspiração o modelo hegeliano e a “Fenomenologia do Espírito”, que consiste em explicar as diferentes figuras da consciência considerando suas origens, o que as precede e as produz, segundo um processo histórico: nesta primeira perspectiva, o processo histórico permanece sempre dominado pela razão (o processo histórico é o desenvolvimento da razão) e a genealogia se efetua assim, em termos da verdade, cada figura da consciência encontrando, em última instância, uma justificação final no saber absoluto (Ferry & Renaut, 1988, p. 28).

A genealogia Nietzscheana é oposta à racionalista e foi o paradigma para Foucault e, em parte, para a psicanálise lacaniana. Neste deslocamento de Hegel à Nietzsche, quanto à noção de genealogia, evidencia-se:

> O desaparecimento da ideia mesmo de um sujeito da ciência e pela retomada da conclusão Nietzscheana, segundo a qual não há fatos, mas interpretações [...] não há senão o significante, e não se chega jamais à posição originária de um significado. (Ferry & Renaut, 1988, p. 30).

O terceiro traço apontado pelos autores – a dissolução da ideia da verdade - decorre da referência acentuada à genealogia Nietzscheana, acima exposta e que impõe uma outra referência à verdade. Esta referência aparece em Nietzsche, mas será desenvolvida em Heidegger, através da definição da verdade como “aletheia, como um desvelamento inseparável de uma parte do velamento! (Dosse, 1988, p. 31). Em outros termos, toda manifestação/discurso consciente é uma dissimulação, pois sempre possui uma face oculta.

A última característica entre as quatro, apontadas pelos autores é: *“a* historicização das categorias e o fim de toda referência ao universal” (Ferry & Renaut, 1988, p. 33).

De início cabe distinguir duas formas de historicidade, inerentes à modernidade. Uma delas é o *‘historicismo racionalista*”, do tipo hegeliano que considera as categorias como históricas, subordinada a uma lógica totalmente sistemática. A outra forma se refere ao “*Historicismo niestzscheano-heideggeriano*”, que considera as categorias como históricas, no sentido de “histórias”, profundamente ligadas ao tempo, mas desprovidas de um desenvolvimento contínuo e de qualquer

nexo causal. As características acima descritas configuram para Ferry e Renault (1988) o *Pensamento 68* e produziram “efeitos de estilo” e “efeitos propriamente intelectuais”, sendo que estes últimos remetem à questão do anti-humanismo. Quanto ao estilo são característicos: o culto ao paradoxo, a busca da marginalidade e do “fantasma da conspiração”.

Buscando uma linha de continuidade entre o estruturalismo e a pós-modernidade, pode-se constatar que o estruturalismo se configurou como uma importante preparação para a emergência deste pensamento, que se tornou predominante na contemporaneidade.

No transcorrer do século XX, a Europa, que era uma referência para o restante da humanidade, perdeu a sua posição dominante, dando lugar para os Estados Unidos, sendo tanto a primeira guerra mundial, quanto a segunda, marcos importantes para que ela passasse o “facho da modernidade” para a potência norte-americana (Dosse, 1988, p. 390). Emerge um pessimismo profundo em relação à história e, junto a ele, a era pós-moderna. As esperanças da criação de um mundo melhor foram sufocadas, constatando-se a necessidade de descontinuidade, de um recomeço.

Nos dizeres de Dosse (1988), “O humanismo, no sentido de um homem senhor do seu destino perfectível, marchando direto para a perfeição não é mais admissível” (Dosse, 1988, p. 390), assim como foram invalidadas as lutas em defesa de valores de liberdade e igualdade, por estarem condenadas ao fracasso. Há uma ruptura em relação ao iluminismo e uma descrença quanto ao progresso. A razão ocidental é pensada como: “figuras sucessivas e descontínuas de estruturas diferentes [...] assiste-se então a um desdobramento infinito de epistemes que substituem o esquema unitário do evolucionismo*”* (Dosse, 1988, p. 393).

São características da pós-modernidade a retirada da história, a crise dos discursos de legitimação e um pessimismo quanto às ilusões da razão, havendo um questionamento quanto à própria noção de realidade. Neste sentido, o estruturalismo pode ser considerado como uma etapa deste processo de desconstrução, uma vez que se dissipam todos os polos de referência dos valores que eram tidos como eternos e universais. Segundo Dosse (1988), nos tempos pós-modernos, assiste-se a uma crise das grandes narrativas, dos meta-discursos, que são substituídos pelos “discursos múltiplos não atribuídos a um sujeito, simples jogos de linguagem, fibra

sem malhas. O horizonte humano apaga-se, substituído por uma contingência de performance [...]" (Dosse, 1988, p. 397).

Este profundo pessimismo tem como maior representante o pensador da antropologia estrutural Levi-Strauss, a partir da sua criticidade quanto à evolução da modernidade ocidental e do ceticismo que o colocam em sintonia com o pensamento conservador de Edmund Burke a Philippe Ariès.

Michel Foucault também expressa o desejo de derrubar o universalismo e, em contraposição, apresenta a "microfísica da resistência tópica dos poderes" e enquanto pensador do momento estrutural pressente "o fim do intelectual universal para opor-lhe aquele que o impensado das categorias oficiais do conhecimento, mediante uma transgressão permanente dos limites" (Dosse, 1988, p. 398).

Tanto o pensamento de Levi-Strauss como o de Michel Foucault, bem como de todo o estruturalismo, que embora tenha se apresentado de formas diversas, consolida as raízes, que são próprias da pós-modernidade, ou seja, o a-historicismo e o anti-humanismo.

Os objetivos de entender as raízes da pós-modernidade e os seus impactos em processos sociais contemporâneos buscando minimamente uma reconstrução histórica e uma periodização foram atingidos, mas, seguramente faz-se necessário um aprofundamento quanto às ideias de pensadores como Nietzsche, Heidegger e Foucault, que tiveram desdobramentos importantes para a ideologia pós-moderna e um aprofundamento dos ataques à razão em todas as esferas da atividade humana.

Através deste estudo, pode-se reafirmar que o irracionalismo está intrinsecamente ligado à estratégia encontrada pela burguesia, em sua fase decadente, que é a de evitar questionamentos filosóficos, metodológico-ideológicos, sendo esta uma característica fundamental e geral do irracionalismo, que se desenvolve em formas qualitativas, nas mais diversas épocas de crises pertencentes a formações sociais distintas.

Diante de questões, que exigem uma verdadeira apreensão da realidade, a conduta irracionalista desvia-se do problema e supõe a sua insolubilidade. O caminho percorrido para entender a relação entre irracionalismo, estruturalismo e pós-modernidade foi desvendado, sobretudo a partir da percepção de que o estruturalismo, embora tenha se propagado como um método rigorosamente

científico, é uma das manifestações do “racionalismo” formalista assim como o “irracionalismo” constitui uma das expressões do pensamento ideológico da burguesia.

O próximo capítulo teve como fio condutor compreender o Serviço Social na história, demonstrando que, ao longo de sua trajetória, ele apropriou-se de diferentes matrizes explicativas da realidade, tendo uma relação indissociável com as transformações da sociedade capitalista. Especificamente, foram enfatizados: o Movimento de Reconceituação Latino Americano e a ruptura com o tradicionalismo**;** o significado do Serviço Social na perspectiva marxista; o projeto de formação profissional o projeto ético- político do Serviço Social.. No último item deste capítulo, foram analisados os processos sociais decorrentes da crise mundial do capital, que eclodiu no final dos anos 1960 e os seus rebatimentos no Serviço Social, com base nos dados da fonte documental da pesquisa.

3 CONSTITUIÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA PROFISSÃO NA UNIDADE PASSADO E PRESENTE: ALGUMAS REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Uma análise histórica dos saberes que influenciaram o Serviço Social, em sua trajetória, evidencia que ele emerge profissionalmente, com traços antimodernos, considerando que o seu aporte inicial foi a doutrina social da igreja.

O conservadorismo católico, ao defender um projeto político e social que se opunha tanto ao liberalismo como ao socialismo, "apresenta-se como uma proposta antimoderna, refratária aos valores e avanços alcançados com o advento da modernidade" (Simionatto, 2009, p. 98). Embora esta influência católica e conservadora tenha se mantido fortemente, em seu processo de profissionalização e desenvolvimento sociohistórico, o Serviço Social é influenciado por duas grandes matrizes do racionalismo contemporâneo: a matriz positivista, que lhe serviu de suporte teórico e metodológico, em sua busca de qualificação técnica e cientifica, vislumbrando atender, no contexto de consolidação do capitalismo monopolista no Brasil, às exigências de modernização do Estado e da Sociedade e, pelo racionalismo crítico, dialético e histórico, ancorado na teoria social de Marx, cuja aproximação pelo Serviço Social no Brasil se deu na década de 1980, na esteira da Intenção de Ruptura (Netto, 1996).

Neste sentido, o Projeto Ético Político está ancorado na perspectiva acima e guarda nitidamente traços da modernidade ao se vincular à teoria social de Marx, considerado um dos escritores com grande expressividade no século XX, sendo ele quem denunciou as contradições do século XIX, enquanto outros escritores buscavam alternativas para esquivarem-se das contradições da era moderna.

Apesar da hegemonia do Projeto Ético Político, a profissão ficou suscetível à influência do ideário pós-moderno, entendido aqui como um dos processos que compõem o movimento de valorização do capital.

As reflexões de Iamamoto [s. d.] em um texto não publicado[5], que aborda a questão da “Modernidade, Pós-Modernidade e Serviço Social, trazem elementos essenciais para o diálogo com a pesquisa em tela. Para a autora, a incidência do ideário pós-moderno na profissão deita raízes no Serviço Social tradicional, que teve

[5] Enviado pela autora à professora da UFJF.

como fio condutor, um "*arranjo teórico doutrinário*", que significa adotar, como referências para a interpretação da sociedade, a sociologia funcionalista norte-americana e, simultaneamente, para nortear as ações profissionais, o pensamento conservador e a doutrina social da Igreja, com destaque para o "*neotomismo".* Neste sentido, houve uma cisão entre o campo do conhecimento e o campo dos valores.

Segundo Iamamoto [s. d.], neste passado do Serviço Social tradicional, pode ser identificado uma crítica social pautada no "anticapitalismo romântico", que se traduz em uma naturalização da ordem social capitalista, tendo como objetivos a integração social dos indivíduos e a diminuição dos impactos das contradições sociais na vida da classe trabalhadora. Destarte, ao mesmo tempo em que a profissão adotou a filosofia metafísica, no campo dos valores, se aliou a um projeto societário, que preconizava reformas parciais, em nível individual, grupal e comunitário.

Esta herança histórica do Serviço Social gera um *"paralelismo"* (Iamamoto, [s. d.]) entre uma visão naturalizada, determinista e a-histórica para a análise da sociedade, que se expressa no campo do conhecimento, e uma visão subjetivista e abstrata do indivíduo e de sua liberdade, no campo dos valores.

Em síntese, a hipótese de Iamamoto [s. d.] é a de que **"**o *ethos cultural",* que se repõe na recepção ao ideário pós-moderno na contramão do projeto ético-político profissional é**,**

> na sua trajetória intelectual, o Serviço Social brasileiro fez um arranjo teórico-doutrinário, que integra (a) a razão subjetiva e formalizada no positivismo e suas derivações – como o pragmatismo e a burocratização -, reduzindo a prática a uma atividade técnica de manipulação, (b) com as correntes filosóficas de inspiração irracionalistas, que denunciam a realidade social como fonte de dissolução da subjetividade e desumanização (Coutinho,1972). A subjetividade do individuo é erigida como única fonte de valores autênticos, isoladas das mediações sociais, que são negadas. Redunda, simultaneamente, num arremedo de crítica social expressa na indignação moralizante e na confirmação da ordem naturalizada, que se desdobra no conformismo avesso às possibilidades de inovação inscritas na história, passíveis de serem acionadas pela prática política (Iamamoto, [s. d.], p. 38).

Em outros termos, Iamamoto [s. d.] acredita que o "arranjo teórico doutrinário", que percorreu a trajetória do Serviço Social, fertilizou o terreno para a influência da pós-modernidade no Serviço Social, ao conciliar, de um lado, a perspectiva positivista, que enaltece as regras, técnicas, burocracia e procedimentos, redundando em uma

tecnificação do exercício profissional e, de outro lado, erigindo a subjetividade dos indivíduos incorporou ideias de correntes filosóficas que enfatizam a experiência subjetiva do indivíduo. A este arranjo subjaz uma naturalização das contradições sociais e um conformismo quanto ao papel do sujeito na história, em outros termos, um anti-humanismo.

Em seu percurso histórico, o Serviço Social apropriou-se de diferentes matrizes explicativas da realidade, para a sua intervenção, acompanhando o movimento das transformações sociais do desenvolvimento do capitalismo, e do pensamento social que o justifica, em determinada quadra histórica. Neste sentido, o Serviço Social, em sua trajetória, esteve atrelado à diferentes matrizes, sendo que, segundo Yazbek (2018), estes referenciais nem sempre foram teórico-metodológicos, a exemplo do doutrinarismo, ligado à Igreja católica, bem como o conservadorismo, já que nenhum dos dois se constitui como teoria social[6].

Neste sentido, a primeira apropriação de uma matriz teórica, realizada pelo Serviço Social, foi da teoria positivista, de caráter conservador, cujo maior expoente é Émile Durkheim, formando um arranjo teórico-doutrinário, nos dizeres de Iamamoto (1995).

O Serviço Social no Brasil, segundo Netto (2011), das protoformas à sua consolidação, sofreu influências do Serviço Social europeu e do norte-americano, sendo ambos submetidos ao ethos burguês e funcionais à ordem capitalista. Entretanto, uma das diferenças fundamentais entre as duas influências é que as fontes ideológicas do Serviço Social europeu, em suas protoformas, foram permeadas por um anticapitalismo romântico, sendo que nas fontes norte-americanas, o capitalismo nunca foi questionado. Neste sentido, devem ser realizadas algumas considerações

[6] nem o doutrinarismo, nem o conservadorismo constituem teorias sociais. A doutrina caracteriza-se por ser uma visão de mundo abrangente fundada na fé em dogmas. Constitui-se de um conjunto de princípios e crenças que servem como suporte a um sistema religioso, filosófico, político, entre outros. O conservadorismo como forma de pensamento e experiência prática é resultado de um contramovimento aos avanços da modernidade, e nesse sentido, suas reações são restauradoras e preservadoras, particularmente da ordem capitalista. A teoria social por sua vez constitui conjunto explicativo totalizante, ontológico, e, portanto organicamente vinculado ao pensamento filosófico, acerca do ser social na sociedade burguesa, e a seu processo de constituição e de reprodução. A teoria reproduz conceitualmente o real, é, portanto, construção intelectual que proporciona explicações aproximadas da realidade e, assim sendo, supõe uma forma de autoconstituição, um padrão de elaboração: o método (Yazbek , 2009, p.147).

sobre o Serviço Social norte-americano e o europeu, com a finalidade de entender as suas influências sobre o Serviço Social brasileiro.

O desenvolvimento das protoformas do Serviço Social na Europa Ocidental está relacionado a três fenômenos: "uma traumática herança de experiências revolucionárias, a forte presença de uma cultura social restauradora e o peso específico da tradição católica" (Netto, 2011, p.110).

O período histórico em que emerge o Serviço Social como profissão, na Europa é marcado pelo primeiro pós-guerra mundial e uma forte ascensão do movimento trabalhista europeu, influenciado pela vitória da Revolução Russa de 1917, tendo como contraponto uma política fascista, a partir de 1920, que se espraiou por toda a Europa, em um cenário de pauperização de parte dos europeus. Neste contexto, a Europa perde a sua hegemonia para os Estados Unidos, que se tornaram o centro de referência do mundo capitalista, marcado por um intenso processo de industrialização.

Na Europa, portanto, o percurso para a profissionalização do Serviço Social foi diferenciado do norte-americano, caminhando por outras vias:

> em vez de agir sobre os indivíduos, para mantê-los ajustados à sociedade, era preciso agir sobre esta para que não se desestabilizasse com as pressões por eles exercidas. Mais importantes do que controlar conflitos ou desajustes individuais, era obter clareza na compreensão da estrutura da sociedade e dos problemas que nela ocorriam ou sobre ela incidiam. Fazia-se necessário buscar teorias, conhecimentos e conceitos que, superando o limite do aparente e do individual, permitissem a penetração no contexto social e a apreensão dos problemas em suas manifestações mais amplas. Para tanto, as Sociedades de Organização da Caridade europeias trataram de buscar reforço nas ciências sociais, notadamente na Sociologia, na Economia, e depois na Pesquisa Social *(*Martinelli, 2011, p.115).

No início do século XX, o pensamento sociológico florescia na Europa, tendo um caráter nitidamente conservador, tendo como o seu maior expoente Émile Durkheim, grande representante da escola sociológica francesa, considerado por muitos como o *pai da sociologia* (Martinelli, 2011, p. 116). Em linhas gerais, o pensamento do referido autor, em última instância, validava a sociedade de classes e defendia o controle moral sobre indivíduos e grupos que apresentavam problemas, com a finalidade de assegurar o pleno funcionamento social.

O Serviço Social, sob a influência do pensamento sociológico conservador, aliado ao seu vínculo com a igreja católica, incorporou crescentemente à ação profissional, os objetivos de restauração e o aperfeiçoamento da ordem social. Segundo Martinelli (2011), havia uma linha divisória tênue entre a prática religiosa e o trabalho profissional, o que se expressou no Serviço Social com a ausência de uma organização profissional.

No cenário de hegemonia dos Estados Unidos após primeira Guerra Mundial e o seu processo de industrialização, segundo Martinelli (2018), a questão social era concebida como uma manifestação de problemas individuais, sendo passíveis de solução, através de uma prática social reformadora. Nesta esteira, o Serviço Social buscou por conhecimentos científicos, que se pautaram inicialmente na psicologia, psicanálise, medicina e direito, com ênfase nas abordagens individuais, tendo como marco a publicação do livro de Mary Richmond em 1917. Esta obra contribuiu para o reconhecimento e valorização do Serviço Social, no âmbito acadêmico, bem como para a sua profissionalização. Diferentemente da Europa, nos Estados Unidos, a partir da década de 1920, houve iniciativas de uma organização profissional, através do fortalecimento da Associação Nacional dos Trabalhadores Sociais.

A partir de 1930 há uma convergência entre as duas linhas, ou seja, o Serviço Social Europeu e o Norte-Americano, sendo que fatores diversos favoreceram esta interação e, dentre eles destaca-se: a crise de 1929 e seus desdobramentos mundiais. Durante a guerra houve ainda uma maior aproximação, em razão da bipolaridade mundial e a hegemonia dos Estados Unidos.

No Brasil, na década de 1930, o Serviço Social emerge, fortemente influenciado pelo Serviço Social europeu, em um contexto de consolidação do capitalismo monopolista, que de forma geral, nos países industrializados, está associado à progressiva intervenção do Estado nos processos de regulação social (Yazbek, 2009).

A Igreja Católica teve um importante papel para a estruturação do perfil do Serviço Social no Brasil, sendo responsável pelo seu ideário, seus conteúdos e inclusive pelo processo formativo dos primeiros Assistentes Sociais brasileiros, através do Centro de Estudos de Ação Social (CEAS) entidade esta que foi fundadora e mantenedora da primeira escola de Serviço Social do país, em 1936. Isto se justifica considerando que, na década de 1930, a Igreja católica reage e se mobiliza, com a

finalidade de recuperar a hegemonia perdida, frente à expansão do protestantismo e da laicização e expande suas ações sociais e movimentos, para a difusão de sua doutrina. É neste contexto que ocorre a vinculação do Serviço Social com a doutrina da Igreja Católica, estando esta matriz relacionada à gênese da profissão em toda a América Latina, com particularidades diversas em cada país. No caso brasileiro, o Serviço Social estará orientado em nível do pensamento e da ação, pela doutrina social da Igreja fundamentada no ideário franco-belga de ação e no pensamento de São Thomas de Aquino: o Tomismo (Séc. XII) e o neotomismo (Séc. XIX)[7]. A formulação dos primeiros objetivos político-sociais orientou-se por um cunho humanista e conservador em contraposição ao ideário liberal e ao marxista (Yazbek, 2009).

É importante resgatar tais influências na gênese e na profissionalização do Serviço Social, concebidas pelos autores de tradição marxista que discutem o Serviço Social, já que alguns traços persistem na profissão, a exemplo do conservadorismo, e que, no presente, se reatualizam com novas roupagens.

3.1 MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO E RUPTURA COM O TRADICIONALISMO

Nas décadas de 1960 a 1970, ocorreu um fenômeno tipicamente latino-americano, fundamentado em uma contestação ao tradicionalismo profissional que apresentou um questionamento do Serviço Social, em sua totalidade: fundamentos ideo-teóricos, raízes sociopolíticas e direção social do exercício profissional, em um contexto de efervescência das lutas sociais frente à expansão capitalista mundial, sendo que aos países da América Latina, foi imposto um estilo de desenvolvimento excludente e subordinado.

[7] O neotomismo consiste na retomada, em fins do século XIX do pensamento tomista por Jacques Maritain na França e pelo Cardeal Mercier na Bélgica tendo em vista "aplicá-lo" às necessidades de nosso tempo [...] Entre os postulados filosóficos tomistas que marcaram o emergente Serviço Social, temos a noção de dignidade da pessoa humana; sua perfectibilidade, sua capacidade de desenvolver potencialidades; a natural sociabilidade do homem, ser social e político; a compreensão da sociedade como união dos homens para realizar o bem comum (como bem de todos) e a necessidade da autoridade para cuidar da justiça geral. (Yazbek, 2009, p.146).

Este cenário teve impactos não somente no Serviço Social, mas também nas ciências sociais e no pensamento latino-americano, como um todo, que "busca reconciliar-se com a sua própria história" (Iamamoto, 2000, p. 207), repudiando as teorias exógenas, na busca por caminhos particulares de desenvolvimento da América Latina.

A renovação implicaria na construção de um projeto profissional, que pudesse contemplar as demandas da classe trabalhadora, sobretudo aquelas expressas em suas mobilizações. Tal movimento, conhecido como "Movimento de Reconceituação", datado de 1965 a 1975**,** não foi unitário e nem homogêneo e, portanto, ocorreu de forma diferenciada em cada país. O movimento de reconceituação é considerado por Iamamoto (2000), como o mais amplo movimento de revisão, em resposta aos desafios impostos pela conjuntura social e política da América Latina, sendo que desde o seu nascedouro, teve como características ser:

> um movimento de denúncia – de autocríticas e de questionamentos societários – que tinha como contraface um processo seletivo de busca da construção de um novo Serviço Social latino-americano, saturado de historicidade, que apostasse na criação de novas formas de sociabilidade a partir do próprio protagonismo dos sujeitos coletivos (Iamamoto, 2000, p. 207).

Como foi dito anteriormente, o Movimento de Reconceituação não foi homogêneo, posto que teve as suas particularidades, em cada país, a depender do contexto sócio-político e econômico de cada um deles, mas também em decorrência da vinculação intelectual e política, por parte de seus protagonistas, a matrizes teóricas e societárias diferenciadas. Tais particularidades dizem respeito não só às críticas e proposições, mas também ao conteúdo do que se buscava construir no Serviço Social latino-americano. No entanto, a análise de Iamamoto (2000), indica alguns patamares básicos presentes no Movimento de Reconceituação dos países hispânicos. São eles:

> [...] o reconhecimento e a busca de compreensão dos rumos peculiares do desenvolvimento latino-americano em sua relação de dependência com os países "cêntricos", para a contextualização histórica da ação profissional, o que redundou em uma incorporação das produções acadêmicas, no vasto campo das ciências sociais, econômicas e políticas [...] criação de um projeto profissional abrangente e atento às características latino-americanas, em contraposição ao tradicionalismo, envolvendo critério teórico-metodológicos e prático-interventivos. [...]

> explícita politização da ação profissional, solidária com a "libertação dos oprimidos**"** e comprometida com a "transformação social**",** conforme a linguagem usual da época. [...] a necessidade de se atribuir um estatuto científico ao Serviço Social lança-o no campo dos embates epistemológicos, metodológicos e das "ideologias**"**. Finalmente as preocupações anteriores se canalizam para a reestruturação da formação profissional, articulando ensino, pesquisa e prática profissional, exigindo da Universidade o exercício da crítica, do debate, da produção criadora de conhecimentos no estreitamento de vínculos com a sociedade (Iamamoto, 2000, p. 209).

Apesar de o Movimento de Reconceituação ter se gestado no contexto da política desenvolvimentista e, portanto, ter sido influenciado por seus parâmetros teórico-analíticos, já no início dos anos 1970, aparecem as primeiras análises da profissão, pautadas no marxismo, rompendo com as produções iniciais do Movimento.

A aproximação do Serviço Social latino-americano com o marxismo foi muito importante para a ruptura teórico e prática com o Serviço Social tradicional, mas inúmeros equívocos de ordem teórica, política e profissional foram cometidos, sendo que alguns persistem até os dias atuais.

Dentre tais equívocos, destaca-se a confusão existente entre a prática profissional e a prática político-partidária, havendo com frequência, uma identidade entre ambas, que negligenciou a necessidade de um trabalho teórico rigoroso e uma interlocução crítica com o conhecimento científico.

Outro equívoco, que deve ser mencionado, diz respeito aos condutos teóricos, em que ocorreu esta aproximação do Serviço Social com o marxismo. Nos dizeres de Iamamoto (2000), o personagem mais ausente deste debate foi o próprio Marx, sendo que tal aproximação se deu majoritariamente através de:

> manuais de divulgação do "marxismo oficial". Aliou-se a isso, a contribuição de autores "descobertos" pela militância política, como Lênin, Trotsky, Mao, Guevara – cujas produções foram seletivamente apropriadas, numa ótica utilitária, em função de exigências prático-imediatas, prescindindo-se de qualquer avaliação crítica. A esse universo teórico eclético, soma-se ainda, pela via predominantemente acadêmica, rudimentos do estruturalismo marista de Althusser (Iamamoto, 2000, p. 2011).

Esta aproximação do Serviço Social com o marxismo, que ocorreu de forma indevida, culminou, do ponto de vista teórico, no favorecimento de traços ecléticos, reforçado pelas raízes conservadoras e positivista do Serviço Social.

Quiroga (1991) faz uma reflexão sobre a invasão do positivismo no marxismo. Embora as duas correntes sejam de origens antagônicas, em sua trajetória história, o marxismo (ou os marxismos) incorporou (incorporaram) vários elementos do positivismo, entre eles:

> O fenômeno da "naturalização**"** das leis que regem a sociedade como uma perspectiva própria do positivismo, que, ao ser "assimilada**"** pelo Marxismo**,** gera a distorção, entre outras, de supervalorizar o econômico como gerador do movimento da sociedade "independentemente**"** da ação dos homens, como um fenômeno resultante da "geração espontânea**",** "natural**".** E, nesse mesmo sentido, leva ao seu reverso: a supremacia dos fatores não econômicos como determinantes da história, também assumidos como algo dado (Quiroga, 1991, p.125).

A aproximação enviesada do Serviço Social com o marxismo, trouxe consequências para a profissão, sobretudo a "tensão entre os propósitos políticos anunciados e os recursos teórico-metodológicos acionados para iluminá-lo" (Iamamoto, 2000, p. 212). Em outros termos, as ações dos profissionais não correspondiam ao discurso anunciado, já que não foi feita uma apropriação do marxismo, a partir de suas categorias fundamentais. A título de exemplo, a categoria do trabalho, que é determinante na obra de Marx, sequer foi mencionada na análise da prática social e da relação teoria e prática.

Destarte, entre outras limitações, o Movimento de Reconceituação se viu submetido ao "*fetiche dos metodologismos*" **(**Iamamoto, 2000, p. 213), reduzindo o método a pautas e procedimentos de intervenção, reforçando as tendências empiricistas e sob a ilusão de que "a consciência teórica resultaria direta e unilateralmente da luta de classes, movida pela vontade política" (idem, p**.** 213).

Desta ausência de consistência teórica e confusão entre a militância política e o trabalho profissional, resulta, nos dizeres de Iamamato (2000), em um duplo dilema: o fatalismo e o messianismo, ambos cativos de uma prática social esvaziada de historicidade

> o fatalismo, inspirado em interpretações que naturalizam a vida social, apreendida à margem da subjetividade humana, redundando em uma visão perversa da profissão concebida como totalmente atrelada às malhas de um poder tido como monolítico, resultando disso a impotência e a subjugação do profissional ao instituído. Por outro lado, o messianismo utópico privilegiando os propósitos do profissional

> individual, num voluntarismo, não permite o desvendamento do movimento social e das determinações que a prática profissional incorpora nesse movimento, ressuscitando inspirações idealistas que reclamam a determinação da vida social pela consciência (Iamamoto, 2000, p. 213).

Feitas estas considerações sobre o movimento de reconceituação latino-americano, Iamamoto (2000) caracteriza as suas especificações no Brasil, ressaltando que ocorreram no mesmo período, que na América Latina como um todo, de forma pontual, mas nem por isso pouco significativas. Umas das experiências marcantes do movimento de reconceituação no Brasil e que, inclusive, foi uma referência para o movimento como um todo, foi a experiência da Escola de Serviço Social da então Universidade Católica de Minas Gerais, relacionada à prática e à formação profissional.

No entanto, apesar do significado de tal experiência, neste período histórico, em que ocorreu o Movimento de Reconceituação na América Latina, o Brasil estava sob a ditadura militar, tendo, portanto, a sua difusão comprometida. Posto isso, até meados dos anos 1970, o eixo do debate brasileiro diferencia-se das temáticas da reconceituação, da maioria dos países latino-americanos. Dessa forma, foi somente na crise da ditadura civil militar que o Serviço Social brasileiro enfrentou a herança da reconceituação.

No Brasil, diferentemente dos outros países latino-americanos, o embate com o Serviço Social tradicional, se deu através da modernização da profissão, que atualiza a sua herança conservadora. Em linhas gerais, se traduziu em uma tecnificação pragmática e o Serviço Social buscou legitimar-se junto às instâncias que demandam a profissão (o Estado e as grandes empresas), caindo nas amarras do "*fetiche do metodologismo*" (Iamamoto*,* 2000, p.215).

Em síntese, estas são as características predominantes da renovação do Serviço Social no Brasil, até meados da década de 1970. Entretanto, foi ainda no interior do período ditatorial, que se gestam as condições para a maturação acadêmico profissional e as bases para a emergência de um novo perfil profissional. Neste cenário, o mercado de trabalho para o Assistente Social estava consolidado e há uma ampliação das escolas de Serviço Social públicas e privadas, bem como do número de Assistentes Sociais. O Serviço Social, de fato, se insere na universidade, submetendo-se às exigências de ensino, da pesquisa e da extensão. Ademais,

instala-se a pós-graduação nesta área, criando as bases para a produção científica e o mercado editorial, que praticamente inexistia, até então e se inicia a interlocução do Serviço Social com as ciências afins.

Nos dizeres de Iamamoto (2000), portanto, no período acima, o Serviço Social vive um descompasso:

> Se por um lado dispõe das condições materiais prático-profissionais e de suporte acadêmico para dar um salto necessário no sentido de responder ao avanço das lutas pelos direitos sociais e pela ampliação da cidadania – lutas estas postas pela emergência dos movimentos sociais e sindicais, no embate do patronato e o Estado-; por outro lado, carecia de massa crítica acumulada para embasar uma auto-renovação naqueles rumos. Esse descompasso fez com que se produzisse um reencontro do Serviço Social brasileiro com as inquietudes profissionais e políticas do movimento de reconceituação (Iamamoto, 2000, p. 218).

Neste cenário, o Serviço Social se reencontra com os questionamentos profissionais e políticos do Movimento de Reconceituação latino-americano da década de 1970, mas não como mera reprodução, já que a sociedade brasileira e, nela, a profissão se modificaram no decorrer deste espaço de tempo. Dessa forma, o caminho escolhido foi o aprofundamento na pesquisa histórica, como instrumento para uma rigorosa análise teórica do ideário do Serviço Social, buscando articular a crítica do conhecimento, a história e a profissão, no âmbito da tradição marxista. A relação do Serviço Social brasileiro, portanto, com o legado do Movimento de Reconceituação latino-americano, foi de "continuidade e ruptura, que se desdobrou na superação da reconceituação" (Iamamoto, 2000, p. 218). No próximo item será abordada a concepção de Serviço Social, a partir da perspectiva teórico-metodológica marxista, cunhada por Iamamoto, em 1982, captando o seu significado social na sociedade capitalista.

3.2 O SIGNIFICADO DO SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA MARXISTA

A retomada desta abordagem sobre a profissão é necessária para compreender o Serviço Social no tempo presente, quando no atual estágio do capitalismo, denominado por Mandel (1985) como tardio, a financeirização da economia "radicaliza o complexo dos *fetichismos* da vida social (Iamamoto, 2007, p.

49) e apresenta novas expressões da questão social, que dentre outros processos, que serão abordados neste capítulo, reconfiguram a profissão e afetam o Assistente Social, enquanto trabalhador assalariado, bem como o teor das suas demandas de trabalho.

Iamamoto (1982), através do seu livro em parceria com Raul de Carvalho: Serviço Social e Relações Sociais no Brasil, inaugura a concepção de Serviço Social, a partir da perspectiva teórico-metodológica marxista, captando o seu significado social na sociedade capitalista, situando-o como:

> um dos elementos que participa da reprodução das relações de classes e do relacionamento contraditório entre elas. Nesse sentido, efetua-se um esforço de compreender a profissão historicamente situada, configurada como um tipo de especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho peculiar à sociedade industrial (Iamamoto, 1983, p. 71).

As análises de Iamamoto (1982) se pautam nas categorias formadas a partir da crítica da economia política, sendo que um elemento fundamental a ser considerado é que a produção social é fundamentalmente histórica.

Nesta perspectiva, portanto, é necessário compreender o Serviço Social, situado no movimento histórico da sociedade capitalista. Esta concepção se contrapõe à análise do Serviço Social de forma endógena, através de uma leitura cronológica e linear de sua história, onde os processos sociais em curso se colocam apenas como pano de fundo ao exercício profissional. Nos dizeres de Iamamoto (2007), tais processos atravessam o cotidiano do exercício profissional de assistentes sociais, afetando as suas condições e as relações em que se realiza o seu trabalho, assim como a vida da população usuária dos serviços sociais.

Inicialmente, são necessárias algumas considerações sobre a produção e reprodução das relações sociais de produção no capitalismo.

A produção é uma atividade social, já que os homens, na sua ação de transformar a natureza, se relacionam e estabelecem vínculos, sendo, portanto, uma abstração a produção do indivíduo isolado. Ademais, tais relações se estabelecem em condições históricas determinadas, onde os elementos da produção se articulam de forma particular. Em outros termos:

> Em sua totalidade as relações de produção formam o que se chama relações sociais: a sociedade e, particularmente, uma sociedade num determinado estágio de desenvolvimento histórico, uma sociedade com um caráter distintivo particular [...] O capital também é uma relação social de produção. É uma relação burguesa de produção, relação de produção da sociedade burguesa (Iamamoto,1982, p.30).

Isto posto, pode se afirmar que o processo capitalista de produção se constitui em uma forma historicamente determinada de os homens

> *produzirem e reproduzirem as condições materiais da existência humana e as relações sociais através das quais levam a efeito a produção. Neste processo se reproduzem, concomitantemente, as ideias e representações que expressam estas relações e as condições materiais em que se produzem, encobrindo o antagonismo que as permeia* (Iamamoto, 1982, p. 36, grifos da autora).

Destarte, a produção social não se reduz à produção de objetos materiais, mas de relação social entre pessoas e classes sociais, sendo ela determinante para a elucidação de todo o processo da vida social.

Considerando que o capital é uma relação social, o trabalho assalariado é o outro termo da relação: "capital e trabalho assalariado são uma unidade de diversos; um se expressa no outro, um recria o outro, um nega o outro". (Iamamoto, 1983, p.71).

Feitas estas considerações iniciais, sobre a crítica da economia política elaborada por Iamamoto, fundamentada em Marx, a abordagem sobre a mercadoria em seu valor de uso e de troca, bem como o seu duplo caráter nela contido, ou seja, o trabalho concreto e o trabalho abstrato.

Sobre a mercadoria, diz Marx:

> mercadoria é de início um objeto externo, uma coisa que satisfaz para seus proprietários uma necessidade humana qualquer. Toda a coisa útil, tal como o ferro, o papel etc., deve ser considerada sob um duplo aspecto: a qualidade e a quantidade. Cada uma é um conjunto de qualidades numerosas e pode ser útil às mais diversas finalidades. É a utilidade de uma coisa que lhe dá um valor de uso. Mas essa utilidade não surge no ar. É determinada pelas propriedades físicas das mercadorias e não existe sem isso. A mercadoria em si, tal como o ferro, o trigo, o diamante etc., é, pois, um valor de uso, um bem. O valor de troca aparece de início como a relação quantitativa pela qual os valores de uso de uma espécie se trocam pelos valores de uso de outra. Uma quantidade tal de mercadoria troca-se regularmente por outra tal quantidade de outra mercadoria: é seu valor de troca – relação que varia com tempo e lugar. O valor de troca parece, pois, ser alguma coisa acidental e puramente relativa, isto é (como escrevia

> Condillac), parece “residir unicamente na relação das mercadorias com nossas necessidades” (Marx, 2018. p.10).

Apesar dessa aparência mistificada sobre o valor das mercadorias, de fato, a “*substância criadora de valor*” de todas as mercadorias é o trabalho humano, dispensado para produzi-la. É, pois, “a quantidade de trabalho socialmente necessário, isto é, o tempo de trabalho socialmente necessário de qualquer valor de uso, o único a determinar o valor (Marx, 2018. p.12).

Não obstante haja distinção existente entre trabalho concreto, ou seja, o trabalho útil, que cria valores de uso e o trabalho abstrato, que diz respeito ao trabalho humano geral e que gera valor, deve-se ter clareza de que esta segmentação ocorre apenas em termos analíticos, já que o trabalho, no modo de produção capitalista, possui sempre as dimensões de concreto e abstrato. Em outros termos:

> o processo imediato de produção é unidade do processo de trabalho e de valorização, assim como a mercadoria é unidade de valor de uso e valor de troca. Porém, na formação social capitalista, o processo de trabalho é meio do processo de valorização, já que o objetivo primordial da produção não é a satisfação de necessidades sociais, mas a produção de mais-valia, a valorização do próprio capital (Iamamoto, 1982, p.44).

Neste processo de produção capitalista, portanto, a mercadoria fundamental, além dos meios de produção é a força de trabalho, já que é somente através dela que o capitalista consegue transformar o seu dinheiro em capital. Para tanto, é necessário que haja no mercado o trabalhador livre, proprietário da sua força de trabalho, que é obrigado a vendê-la ao capitalista. Desprovido dos meios de produção, a venda da sua força de trabalho é a única forma de manter a sua subsistência e a de sua família (através do salário), bem como a de preservar a única mercadoria que possui, ou seja, a sua força de trabalho.

> Na esfera da circulação de mercadorias se estabelece uma relação contratual — de compra e venda — entre possuidores juridicamente iguais de mercadorias equivalentes: a força de trabalho e os meios de subsistência sob a forma de dinheiro. Mas o que ocorre na esfera de produção? O processo de produção do capital considerado como um processo que, por meio do trabalho útil, cria novos valores de uso, é um processo de trabalho. Mas é um processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista. Assim sendo, é um processo de trabalho com características específicas, historicamente diferenciadas, já que: a) As mercadorias compradas pelo capitalista para serem consumidas no

> processo de produção são sua propriedade; é o seu dinheiro transformado em mercadorias. É um modo de existência de seu capital sob a forma em que realmente pode funcionar como capital. Isto se aplicaria também ao trabalho? A força de trabalho em ação — isto é, o trabalho — é uma função pessoal do trabalhador, enquanto gasto de sua força vital, realização de suas capacidades produtivas. Porém, enquanto criador de valores, pertence ao capitalista que comprou a força de trabalho para empregá-la, produtivamente, durante um certo período de tempo. A força de trabalho é uma potência que só se exterioriza em contato com os meios de produção; só sendo consumida, ela cria valor (Iamamoto,1982, p. 40).

Em linhas gerais, como foi exposto acima, o processo de transformação do dinheiro em capital não é algo simples. Para que o processo de produção se realize, já que ele é também um processo de trabalho, requer a existência de instrumentos de produção, matérias-primas e auxiliares e a força viva de trabalho, para que estes meios de produção se transformem em produtos, cujos valores serão maiores do que o do capital adiantado no início do processo.

Finalmente, o ciclo de transformação do dinheiro em capital, se reinicia, quando o capitalista poderá, então, transformar o valor do capital inicial e a mais-valia capitalizada em novas condições de produção, havendo aí um redimensionamento da escala produtiva. Quando o produto do capital é vendido e transformado em dinheiro, é que o valor do capital valorizado se realiza.

Entretanto, Iamamoto, (1982) chama a atenção para as relações sociais, através das quais, todo esse processo se realiza, devendo aqui ser considerados:

> não o capitalista e o trabalhador individualmente, mas o conjunto dos capitalistas e dos trabalhadores, enquanto classes sociais que personificam categorias econômicas: o capital, o trabalho e o seu antagonismo (Iamamoto,1982, p.46).

Nesta esteira, há que se considerar ainda a reprodução do processo de produção, que consiste na continuidade do processo social de produção. No entanto, é preciso esclarecer que não se trata de uma mera repetição, mas sim:

> uma continuidade no decorrer da qual o processo se renova, se cria e recria de modo peculiar. As condições de produção são, portanto, as da reprodução. Aqui, trata-se de uma produção determinada historicamente: a produção capitalista, em que o processo de trabalho é meio do processo de valorização. Desta forma a reprodução torna-se simplesmente um meio de reproduzir o capital, de produzir mais-valia, a qual aparece como forma de rendimento produzido pelo próprio capital e não pelo trabalho (Iamamoto,1982, p. 47).

A continuidade do processo de produção capitalista é, portanto, um processo de produção e reprodução de classes sociais.

Posto isso, é fundamental explicitar que a reprodução das relações sociais, nesta perspectiva de análise:

> não se restringe à reprodução da força viva de trabalho e dos meios objetivos de produção (instrumentos de produção e matérias-primas). A noção de reprodução engloba-os, enquanto elementos substanciais do processo de trabalho, mas, também, os ultrapassa. Não se trata apenas de reprodução material no seu sentido amplo, englobando produção, consumo, distribuição e troca de mercadorias. Refere-se à reprodução das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo, também, a reprodução da produção espiritual, isto é, das formas de consciência social: jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas, através das quais se toma consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção. Nesse processo são gestadas e recriadas as lutas sociais entre os agentes sociais envolvidos na produção, que expressam a luta pelo poder, pela hegemonia das diferentes classes sociais sobre o conjunto da sociedade (Iamamoto,1982 p.72).

Ao finalizar esta breve exposição sobre a crítica da economia política marxiana, segundo a apropriação de Iamamoto (1982), importa destacar que o processo de produção e reprodução das relações sociais é uma totalidade e se expressa em vários aspectos da vida em sociedade.

Capitalistas e trabalhadores representam classes sociais que têm interesses antagônicos, o que está relacionado à lei geral da acumulação, que supõe:

> a acumulação da riqueza, monopolizada por uma parte da sociedade — a classe capitalista — inseparável da acumulação da miséria e da pauperização daqueles que produzem a riqueza como uma riqueza alheia, como poder que os domina, enfim, como capital (Iamamoto,1982, p.66).

O processo de produção e reprodução do capital, se expressa, na classe trabalhadora, através de uma crescente pauperização, afetando de forma global a vida do trabalhador, em suas condições de saúde, de habitação, entre outras, além da diminuição crescente do seu tempo livre. Como agravante, tem-se o ingresso precoce de crianças na atividade produtiva e de mulheres, além do crescimento dos acidentes de trabalho, frente à expansão dos equipamentos e máquinas modernas.

Emergem neste cenário, em que o trabalhador luta pela sua sobrevivência, os confrontos com o capital na busca pela diminuição da exploração do trabalho, resultando em vitórias parciais, mas significativas, tais como, a jornada de oito horas de trabalho, a legislação trabalhista, o sindicalismo livre etc. Esta luta pela sobrevivência se expressa também em confrontos com o capital, na busca de reduzir o processo de exploração, com vitórias parciais, mas significativas, da classe trabalhadora, como a jornada de oito horas de trabalho, a legislação trabalhista, o sindicalismo livre, entre outras.

Tendo o Estado como seu aliado, no exercício do poder, o capital reproduz a sua dominação, através de formas ideológicas, que buscam encobri-la, naturalizando as desigualdades entre as classes, como se fossem destituídas de conflitos e contradições:

> A produção e reprodução da ideologia é fruto do mesmo processo em que se reproduz a riqueza social como capital e o trabalho como trabalho assalariado. Porém, se as formas ideológicas encobrem a exploração, não a eliminam: ambas são produto contraditório do mesmo processo histórico, configurando-o como um "desenvolvimento histórico desigual". As ideologias que se reproduzem na prática cotidiana são também absorvidas pela "ciência" ou pelos intelectuais "orgânicos" das classes dominantes. Como sustentam Marx e Engels: "As ideias (Gedanken) da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção materiais, tem ao mesmo tempo os meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e, em média, as ideias daqueles a que faltam os meios de produção espiritual. As ideias dominantes não são mais que a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as ideias de sua dominação. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isto, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda a sua extensão e, consequentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de ideias; que regulem a produção e distribuição de ideias de seu tempo e que suas ideias sejam, por isso mesmo, as ideias dominantes da época" (Marx e Engels apud Iamamoto,1982, p.68).

Acima foram expostos alguns pontos fundamentais da perspectiva teórico-metodológica, em que Iamamoto (1982) se debruçou para compreender o significado da profissão de Serviço Social, na sociedade capitalista, concluindo que a profissão

participa da produção e reprodução das relações sociais e, ainda, da contraditoriedade da sociedade capitalista.

Neste sentido, a perspectiva de análise cunhada por Iamamoto (1982) situa historicamente o Serviço Social como um tipo de especialização do trabalho coletivo, dentro da divisão social e técnica do trabalho, peculiar à sociedade industrial, sendo que a categoria “reprodução social” é fundamental, pois diz respeito ao modo como são produzidas e reproduzidas as relações sociais na sociedade capitalista.

Nesta perspectiva de análise, a reprodução das relações sociais é compreendida como a reprodução da totalidade da vida social, o que inclui não somente a reprodução da vida material e dos meios de produção, mas também a reprodução espiritual, ou seja, as formas de consciência social: jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas. Esta totalidade concreta está em constante movimento e em permanente processo de estruturação e atinge a totalidade da vida cotidiana, reproduzindo valores, práticas culturais e políticas, padrões de comportamento e, enfim, permeiam toda a trama de relações na sociedade, incluindo, aqui a profissão (Iamamoto,1982).

Esta concepção de reprodução social fundamenta uma forma de apreensão do Serviço Social como uma instituição inserida na sociedade, o que implica em considerá-lo a partir de dois ângulos indissociáveis e interdependentes:

> como uma realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais expressa pelo discurso teórico e ideológico sobre o exercício profissional e a atuação profissional como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção social à prática profissional, o que condiciona e mesmo ultrapassa a vontade e/ou da consciência dos seus agentes individuais (Iamamoto, 1982, p.73).

Estes dois ângulos constituem uma unidade contraditória, o que pode implicar em uma defasagem no exercício profissional entre as intenções dos profissionais, o trabalho que de fato realizam e os resultados que produzem. Esta perspectiva de análise da profissão permite apreender as implicações políticas do exercício profissional, já que ele se desenvolve na relação entre as classes e que, necessariamente, é polarizado pelos interesses destas, sendo impensável fora dessa trama. Aprender a profissão nesta perspectiva implica, portanto, em reconhecer as

dimensões objetivas e subjetivas do exercício profissional, descartando visões unilaterais da vida social e da profissão.

Em síntese, é possível afirmar que o Serviço Social é partícipe tanto do processo de reprodução dos interesses de preservação do capital quanto das respostas às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora, o que não consiste em uma dicotomia, mas do fato inegável de que o Serviço Social não tem como eliminar esta polarização do seu trabalho, considerando que as classes sociais e seus interesses só existem em relação. Decorre daí o caráter contraditório da profissão de atender simultaneamente aos interesses do capital e do trabalho. O Serviço Social reproduz pela mesma atividade, interesses contrapostos, que convivem em permanente tensão, participando tanto dos mecanismos de dominação e exploração como atendendo às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora (Iamamoto, 1982).

Apesar da concepção de Iamamoto (1982) sobre a profissão ser hegemônica no Serviço Social, é importante demarcar que, ao tratar dos fundamentos do Serviço Social, há na literatura especializada teses que privilegiam ângulos diferenciados, que em certa medida são até complementares, enriquecendo o debate profissional, mas que apresentam uma omissão, ou uma análise incompleta, sobre o processo de produção e reprodução social.

Para demonstrar estas diferenças, Iamamoto (2007) realizou um diálogo com alguns autores, vinculados a mesma tradição intelectual ou em arenas fronteiriças, “buscando a unidade no interior da diversidade, contribuindo para esclarecer os dilemas do trabalho do Assistente Social no Brasil contemporâneo” (Iamamoto, 2007, p. 245). Tais autores deram uma expressiva contribuição para a renovação crítica do Serviço Social brasileiro e tiveram suas ideias amplamente difundidas Iamamoto, 2007). Alguns dos autores e as suas respectivas teses, com os quais Iamamoto (2007) dialoga são: Netto (1992), tese do sincretismo e da prática indiferenciada; Martinelli (1989), a tese da identidade alienada; Faleiros (1980), a tese da correlação de forças; a tese da assistência social; a tese da proteção social; Maciel (2002), a tese da função pedagógica do Serviço Social. Aqui, não iremos detalhar as teses dos referidos autores, mas apresentar as questões indicadas por Iamamoto (2007), que inicia a sua análise crítica realizando um balanço de sua própria obra, publicada em 1982. Desta

autocrítica, a autora identifica uma continuidade com a sua produção atual e atesta sobre o rigor analítico da sua exposição sobre a teoria de Marx que pautou as suas análises em 1982, reiterando o seu pensamento e os dilemas da exploração do trabalho e da alienação, bem como do fetiche da mercadoria. Isto posto, ela considera que o foco central na produção e reprodução das relações sociais tem um tratamento rigoroso em sua obra, de acordo com o seu significado para Marx.

Entretanto, Iamamoto (2007), chama a atenção que no debate profissional contemporâneo, mesmo entre os autores marxistas, existem *nós cegos,* sendo este um deles:

> a tendência de se estabelecer, no nível da análise, uma muralha entre "esfera da produção" — aprisionada nos muros fabris — e "a da reprodução", reduzida à reprodução de um dos elementos da produção, o seu componente subjetivo, a força de trabalho, pela via do consumo de bens e serviços. Daí a reiterada afirmativa de que o "Serviço Social se situa na esfera da reprodução", como consequência dessa interpretação empobrecida daquelas categorias analíticas. É interessante verificar que a afirmativa de que o Serviço Social se situa na esfera da reprodução social é tida como um pressuposto, que dispensaria explicações. Entretanto, a elucidação dos fundamentos teóricos dessa afirmativa é um dos ângulos da polêmica ainda não enfrentada no universo acadêmico do Serviço Social (Iamamoto, 2007, p. 247).

Posto isso, o que Iamamoto (2007) busca chamar a atenção é que a esfera da reprodução não se reduz apenas a um dos elementos da produção, ou seja, a força de trabalho, mas ela engloba e, portanto, reproduz o processo de produção, em sua totalidade. Esta redução empobrece a análise e não se pauta na íntegra ao pensamento de Marx, sendo portanto insuficiente do ponto de vista teórico, para fundamentar a profissão.

Marx diz o seguinte sobre a reprodução das relações sociais de produção, articulando produção e circulação*:*

> A reprodução ampliada do capital, apreendida no seu movimento, envolve tanto produção de valor novo e de mais-valia quanto reprodução do valor anteriormente existente. Ela é tratada como reprodução ampliada das relações de classes e dos seus antagonismos — e respectivas relações de poder —, que faz com que essa sociedade se encontre "em processo de recriação e negação" (Marx, 1971: 66). O fundamento desta afirmativa está no caráter cada vez mais social da produção contraposto à apropriação privada do trabalho, dos meios e dos produtos, que se criam e se reproduzem

> como riqueza alheia, isto é, como poder que domina os produtores, enfim como capital:
> A produção capitalista não é só reprodução da relação; é sua reprodução numa escala sempre crescente, na mesma medida em que, com o modo de produção capitalista se desenvolve a força produtiva social do trabalho, cresce também frente ao trabalhador a riqueza acumulada, como riqueza que o domina, como capital [...] e na mesma proporção em que se desenvolve, por oposição, sua pobreza, indigência e sujeição subjetiva (Idem: 103) (apud Iamamoto, 2007, p. 248).

Diante disso, fica evidente na exposição de Iamamoto (1982 e 2007), apoiada em Marx, que os fundamentos da questão social (objeto de intervenção do Serviço Social) no modo de produção capitalista se encontram na reprodução das relações sociais.

A leitura crítica que Iamamoto (2007) realizou sobre as produções referentes aos fundamentos do Serviço Social e ao exercício profissional atestou sobre a fecundidade e riqueza das produções da área, pautadas em Hegel e autores da tradição marxista (Lukács, Gramsci, Hobsbawn e Thompson) e "permitiu *apreendê-las como unidade de diversidades e atribuir visibilidade às sutilezas mais finas, que matizam o debate teórico entre pares de um mesmo projeto profissional*" (Iamamoto, 2007, p. 331 – destaques da autora).

Entretanto, o estudo minucioso desta produção teórica sobre o Serviço Social confirmou o que Iamamoto (2007) já supunha:

> as elaborações consideradas centram-se nas particularidades do Serviço Social enquanto trabalho concreto, ou seja, priorizaram, sob diversas ópticas, a qualidade determinada que distingue esse trabalho profissional no concerto das demais especializações do trabalho na sociedade brasileira, com ênfase nos seus componentes político-organizativos e ideológicos. Essa ênfase é necessária e inteiramente pertinente no patamar da análise do trabalho concreto, ainda que insuficiente para apreender a dimensão social do trabalho tout court. Ainda que a totalidade dos autores reconheça que o exercício profissional realiza-se pela mediação do trabalho assalariado, mediante um contrato de trabalho no circuito do Estado ou de empregadores privados, nenhum deles atribui centralidade à outra dimensão desse mesmo trabalho: sua condição de trabalho abstrato envolvida na compra e venda da força de trabalho especializada, porque suas elaborações não são presididas centralmente pela teoria do valor, tal como proposta por Marx (Iamamoto, 2007, p.332).

Iamamoto (2007) considera que a omissão de alguns autores do Serviço Social quanto à dimensão do trabalho abstrato e dos dilemas decorrentes do valor e do mais

valor, na análise da profissão, não ocorre por desconhecimento por parte dos autores, mas por escolhas, por angulações teóricas que consideram mais viáveis. As teses expressam mais uma análise da profissão, do que propriamente sobre o exercício profissional, destacando as correlações de forças políticas que a polarizam, do que de forma concreta, o trabalho do Assistente Social.

Neste sentido, as análises negligenciam os dilemas do trabalho assalariado e as suas implicações para a relativa autonomia profissional de Assistentes Sociais e que interferem no alcance dos objetos do trabalho profissional na direção do projeto ético-político do Serviço Social. É preciso pensar a profissão em suas múltiplas determinações: econômicas, políticas e ideo-culturais e, nas palavras de Iamamoto (2007),

> no tempo de capital fetiche é impensável tratar o processamento de qualquer trabalho especializado passando por fora dos dilemas decorrentes da produção e distribuição do valor e da mais-valia — móvel essencial da sociedade do capital — e das lutas político-ideológicas delas indissociáveis (Iamamoto, 2007, p.333).

Outros autores compartilham a concepção de Serviço Social, cunhada por Iamamoto, como uma especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão sociotécnica do trabalho, a exemplo de Raquel Raichelis. No entanto, a autora acrescenta contribuições importantes para o debate profissional e aqui destacaremos os seus apontamentos sobre "a nova morfologia do Serviço Social" e sobre a compreensão de que o trabalho do Assistente Social está inserido no "Setor de Serviços".

Raichelis (2018a - 2018b), ao longo das últimas décadas, tem adensado ao debate profissional significativas contribuições sobre o Assistente Social como trabalhador assalariado e a nova morfologia do trabalho profissional, entre outras temáticas, a partir da perspectiva teórico-metodológica marxiana.

Na visão da referida autora (2018a), assim como na de Iamamoto (2007), os fundamentos teórico-metodológicos desta concepção não foram apreendidos na sua totalidade, já que parte do coletivo profissional identifica no trabalho do Assistente Social apenas o seu valor de uso, esvaziando-o da sua dimensão de trabalho abstrato. Neste sentido, não há consenso quanto à perspectiva hegemônica no Serviço Social.

Ademais, Raichelis (2018a), considera essencial desvendar os novos modos de extração do valor e as interrelações que se desenvolvem entre os diferentes setores produtivos e reitera o pensamento de Iamamoto (2007), afirmando que o desafio é: “considerar a totalidade do processo de produção e reprodução social, no sentido de apreender a historicidade que o trabalho assume na sociedade burguesa, enquanto trabalho concreto e abstrato” (Raichelis, 2018a, p.160).

Algumas polêmicas se fazem presentes no debate atual da profissão e, no entendimento de Raichelis, apresentam uma visão reducionista quanto ao trabalho profissional, sendo que em linhas gerais, as tendências identificadas pela autora são:

> Uma primeira tendência é aquela que enfatiza a dimensão ontológica do trabalho dissociada das formas históricas de realização deste na sociedade capitalista. Por essa razão, é desconectada do trabalho no universo do valor e da valorização do capital [...]. Uma segunda tendência é aquela que concebe o trabalho na sociedade capitalista reduzido ao trabalho material, resultando daí que só é considerada trabalho a atividade de transformação direta da natureza, que produz coisas úteis e bens necessários à reprodução da vida material [...]. A terceira tendência é aquela que aprisiona a produção ao espaço fabril e reduz a reprodução social à reprodução da força de trabalho (Raichelis, 2018, p.161).

Pelo exposto, observa-se que a visão reducionista das tendências acima, na análise do trabalho, na literatura do Serviço Social, deixa lacunas importantes, já que, segundo o próprio Marx (2004), existe uma indissociabilidade entre o trabalho concreto e o abstrato, “sendo o valor de uso mediação para o valor de troca” (Raichelis, 2004, p.161). Da mesma forma é também um equívoco, considerar somente a dimensão material do trabalho, sendo que a autora identifica aí uma “concepção *fetichista* da materialidade do trabalho” (Raichelis, 2004, p.160, grifo nosso), apoiada na análise de Marx sobre o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo, em seu Capítulo VI – Inédito de O Capital.

Por último, a autora aponta o equívoco das avaliações reducionistas, em considerar que trabalho é somente aquele restrito ao espaço fabril, já que na análise de Marx, a indústria tem existência para além da fábrica e engloba qualquer ramo existente no modo de produção capitalista.

Raichelis (2018a) considera que a visão ampliada de Marx sobre a indústria ganha relevância para se problematizar o trabalho nos “serviços”, já que fornece

“indicações heurísticas para a compreensão da produção do valor, para além do chão da fábrica” (Raichelis, 2018, p.161). A partir deste ponto, a autora apresenta uma discussão sobre “O Trabalho nos serviços e as profissões no capitalismo contemporâneo” (Raichelis, 2018a, p.162).

Não se pretende, neste capítulo, esmiuçar esta temática valiosa para se entender o trabalho do Assistente Social na contemporaneidade, dada a sua complexidade, o que será aprofundado no capítulo 3 desta tese, mas apenas indicar as principais questões abordadas por Raichelis (2018a, 2018b).

Partindo da premissa de que “serviço é trabalho” e considerando os aportes de Marx e a teoria do valor trabalho, Raichelis (2018a) considera que

> as características do trabalho assalariado e socialmente necessário à acumulação capitalista, independem de sua **natureza produtiva ou improdutiva** na geração de valor para o capital, especialmente se considerarmos a ótica do trabalho coletivo, combinado e cooperado [...] esse conjunto de dimensões que pode assumir o trabalho no “setor” de serviços simplesmente ilustra o princípio de que para o capitalismo, o que importa não é o conteúdo ou a materialidade do trabalho, mas a sua forma social, historicamente situada, e a capacidade de produzir, como trabalho assalariado, lucro para o capitalista e valorização do capital, ainda mais em seu estágio monopolista (Raichelis, 2018a, p. 167, grifos nossos).

E, tratando especificamente do trabalho do Assistente Social, Raichelis diz:

> [...] é neste circuito que o trabalho, no âmbito do Serviço Social, foi problematizado à luz da teoria do valor trabalho. Por esse caminho analítico, não há como separar ou dicotomizar trabalho e profissão, tampouco deixar de reconhecer a atividade de Assistentes Sociais como trabalho, bem como o sujeito vivo dessa relação como trabalhador assalariado, no âmbito das determinações e relações sociais da qual é partícipe. [...] Ainda que as relações de trabalho, na esfera do Estado, não se estabeleçam entre proprietários e não proprietários dos meios de produção, elas estão referidas à totalidade das relações de produção capitalistas, das quais emergem as fontes dos conflitos do trabalho no setor público [...] faz-se necessário enfrentar os desafios teóricos implicados na reflexão sobre a dupla natureza do trabalho do Assistente Social no campo da prestação de serviços à classe trabalhadora; portanto no âmbito da produção e reprodução social como processos inseparáveis (Raichelis, 2018a, p. 168).

Ademais, como já foi dito, Raichelis tem contribuído para o debate profissional com a temática referente ao “trabalho em serviços” (2018b). Partindo da constatação

de que o capitalismo monopolista tem como uma de suas características típicas a "ampliação e diversificação de serviços, nos países centrais e na periferia, bem como uma ampliação do contingente de trabalhadores assalariados*",* a sua reconfiguração, através de novas formas de organização do trabalho e dos avanços tecnológicos, no cenário de mundialização, favorecem a sua reprodução ampliada, sendo esse, "o espaço por excelência em que atuam as profissões!" (Raichelis, 2018b, p. 39).

A autora sinaliza que a reestruturação capitalista, no contexto neoliberal, que redundou na ampliação do setor de serviços e na redução de trabalhadores na indústria, tem gerado um debate entre teóricos de correntes diferenciadas sobre a concepção de "serviços", gerando complexas questões. No entanto, sem a pretensão de esgotar o tema, a autora traz para o debate as contribuições do pensamento crítico, através da teoria social de Marx e do campo marxista, que favorecem a compreensão das questões relacionadas à natureza do trabalho em *serviços,* assim como das novas modalidades de extração do valor, na atual e diversificada morfologia do trabalho, considerando "as fronteiras cada vez mais embaçadas entre produção de mercadorias e produção de serviços" (Raichelis, 2018b, p.41).

Nesta análise, é importante compreender as profissões que atuam no setor de serviços, sobretudo aquelas que operacionalizam o seu trabalho no âmbito das políticas sociais estatais, dentre as quais está inserido o Serviço Social. A princípio, no âmbito do Estado, com exceção das empresas capitalistas, não se tem a finalidade de produzir mercadorias e/ou extrair valor e mais-valia. Neste sentido, implica considerar que: "não há nas atividades do Estado, de administração, controle e prestação de serviços públicos, a produção direta de valor, sendo o trabalho assalariado, neste âmbito, improdutivo" (Raichelis, 2018b, p.41). Entretanto, isto não significa que não haja exploração direta do trabalho pelo Estado, na esfera de reprodução do capital e, no que diz respeito ao trabalho do Assistente Social, no âmbito das políticas sociais, Raichelis (2018b), afirma que:

> Assistentes sociais são convocados/as a participar de processos de trabalho coletivo, combinado e cooperado em diferentes áreas e em diversos níveis, seja na formulação e execução direta de serviços sociais a parcelas da classe trabalhadora, ou ainda em atividades de planejamento, informação e gestão trocando trabalho socialmente necessário (Marx, 1968) por salário, assumindo nesses termos essa relação comum e característica ao assalariamento em todo mercado

> de trabalho capitalista, inclusive com a presença de um exército de desempregados que exercem pressão para o rebaixamento dos níveis salariais (Raichelis, 2018b, p.43).

As polêmicas acima e a problematização apresentada por Raichelis (2018b), acerca da natureza da atividade profissional do Assistente Social, na sociedade capitalista, apresentam importantes chaves para o estudo e a pesquisa em torno do trabalho do Assistente Social, na sociedade capitalista, no sentido de reafirmar a concepção de profissão inaugurada por Iamamoto (1982).

Algumas questões acima elencadas a respeito da atividade profissional do Assistente Social geraram controvérsias que apareceram inicialmente na Revista Temporalis, nº 2, onde um núcleo acadêmico da Universidade Federal de Alagoas contestou a concepção de Iamamoto (1982), embora ela estivesse expressa nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e tenha se constituído no substrato teórico e analítico do Projeto Ético Político do Serviço Social, tornando-se, portanto, hegemônica no Serviço Social

Com a finalidade de brevemente elucidar esta questão, traremos aqui a importante contribuição de Aquino (2010), sendo até o momento a única autora que, com rigor teórico marxiano, buscou destrinchar os argumentos de autores que se contrapõe à concepção da atividade profissional como trabalho[8]. Destarte, Aquino (2010) buscou em Marx, Lukács e Gramsci as concepções de trabalho, ideologia e práxis, incluídas no debate, demonstrando que as concepções de Marx e Lukács são distintas, já que têm objetos e objetivos também distintos. Em relação à Gramsci, a autora demonstra uma aproximação a Marx. Nas palavras de Aquino (2010):

> Sendo o Serviço Social uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, o exercício profissional é compreendido como trabalho em face da condição de assalariamento do Assistente Social. Há cerca de uma década esse exercício profissional, requerido como trabalho, passou a ser questionado por um pequeno núcleo de interlocutores que **entende a profissão a partir do prisma político revolucionário, sem apreender as mediações necessárias da realidade social concreta, para a efetivação de um estágio ético-político**. Assim, para este núcleo, o que o Assistente Social exerce é práxis social ou ideologia, tendo como fundamento teórico e metodológico as premissas de George Lukács, incluindo aí, a concepção de trabalho (Aquino, 2010, resumo da tese, grifos nossos).

[8] O principal autor que contesta a tese de Iamamoto é Sérgio Lessa (2000, p. 52, 2007a, 2007b).

Apesar das controvérsias existentes sobre a natureza e o significado social do Serviço Social já elencadas por Iamamoto (2007), Raichelis (2018) e Aquino (2010), o referencial teórico-metodológico cunhado por Iamamoto(1982) avançou nos anos 1990 e conquistou hegemonia na profissão, imprimindo direção ao pensamento e à ação do Serviço Social no país e se expressou através da formação, do exercício e no âmbito da organização profissional.

Destarte, nos anos 1990, se consolidou o que se denominou "Projeto Ético-Político do Serviço Social", que se materializa no Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993), na Lei da Regulamentação da Profissão de Serviço Social (Lei n. 8.662/93) e na proposta das Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional em Serviço Social (ABEPSS, 1996; MEC-Sesu/CONESS, 1999). A legislação constitui instrumentos de defesa da autonomia profissional, bem como dos direitos e deveres do Assistente Social na perspectiva dos valores e princípios éticos profissionais.

Ademais, o projeto ético-político se expressa através de diferentes dimensões do Serviço Social, a começar pelas manifestações coletivas dos órgãos da categoria profissional, notadamente os Conselhos Regionais de Serviço Social e o Conselho Federal de Serviço Social – o Conjunto CFESS/CRESS – e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, que expressam os seus posicionamentos políticos frente ao Estado e à sociedade, às políticas públicas, bem como a articulação destes órgãos com outras entidades profissionais, em nível internacional, outras categorias profissionais e movimentos sociais organizados.

O projeto ético-político se expressa, ainda, no trabalho de Assistentes Sociais, nos diversos espaços sócio-ocupacionais, através da busca pela qualificação dos atendimentos aos usuários do Serviço Social e de ações que buscam não só assegurar, mas fortalecer a luta coletiva pela defesa dos direitos sociais.

Na dimensão formativa, o projeto ético político se expressa, entre outras, através do posicionamento contrário à contrarreforma universitária, que defende a mercantilização da educação no país, resultando na desqualificação da instituição universitária e da formação de quadros acadêmicos e profissionais, bem como a defesa das diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social.

3.3 O PROJETO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Tendo como premissa a unidade entre formação e trabalho profissional, a articulação coletiva da categoria — docentes, discentes e profissionais, por meio de seus movimentos organizados —, partícipe da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), na década de 1990[9], propõe uma nova revisão curricular, a fim de dar concretude a uma formação profissional que pudesse expressar a concepção de profissão que se tornou hegemônica no Serviço Social brasileiro.

Isso porque a profissão de Assistente Social, como outras, emerge em face de demandas e necessidades sociais no âmbito da sociedade burguesa madura e consolidada. “Porém, ao mesmo tempo, é resultante dos empreendimentos dos sujeitos que a realizam, os quais nela infundem suas formas de ser, pensar e agir” (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 10). Neste sentido, a partir de um longo processo democrático de realização de oficinas e fóruns de debates por todo o país, foram construídas as Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social da ABEPSS (1996).

Nos debates capitaneados pela ABESS, as questões debatidas buscavam superar alguns equívocos e ambiguidades existentes no debate profissional da década de 1980, que se expressaram no currículo de 1982, essencialmente, a fragmentação entre história, teoria e método.

Esta proposta de formação profissional buscou, portanto, explicitar o significado social da profissão na sociedade capitalista e o trabalho como categoria fundante para análise do exercício profissional de Assistentes Sociais e o/a Assistente Social como um/a trabalhador/a assalariado/a, que vende a sua força de trabalho em troca de um salário.

A questão social é entendida como estruturadora de todo o processo de formação profissional, por ser ela a base de justificação do Serviço Social na sociedade capitalista. Neste ponto está expressa a compreensão de que o/a Assistente Social está inserido/a em processos de trabalho, que são diferenciados, a depender do espaço sócio-ocupacional onde exerce o trabalho. No entanto, de modo

[9] atualmente denominada Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS.

geral, o processo de trabalho, na perspectiva marxiana, engloba: os instrumentos de trabalho, os objetivos/finalidades e o trabalho.

Uma questão fundamental, que perpassa o projeto de formação profissional, diz respeito ao duplo caráter do trabalho: o concreto e o abstrato. O trabalho concreto se traduz enquanto trabalho útil, que no processo produtivo cria mercadorias que possuem um valor de uso e se diferenciam qualitativamente. Já o trabalho abstrato, diz respeito à atividade humana e ao tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma determinada mercadoria.

Ademais, perpassa o projeto de formação profissional a discussão sobre a atividade profissional do Assistente Social ser trabalho produtivo ou improdutivo. Na perspectiva de Iamamoto (2007), a atividade da/do Assistente Social é trabalho, no entanto, a característica de ser produtivo ou improdutivo irá depender do espaço sócio-ocupacional onde o trabalho ocorrer, sendo produtor ou não de mais-valor.

A dimensão investigativa da profissão, é um dos pontos cruciais do projeto de formação profissional, estando presente em todas as matérias do curso e inteiramente relacionada ao conhecimento da realidade, sobretudo da questão social e suas expressões, considerando as suas particularidades regionais e diversificadas. A pesquisa sobre os processos sociais em curso, no Brasil e no mundo, decorrentes da crise do capital que eclodiu no final dos anos de 1960, tornou-se imprescindível para entender as novas relações entre o Estado e a sociedade, as transformações no mundo do trabalho, através da reestruturação produtiva, que têm rebatimentos no trabalho profissional no que diz respeito às demandas frente às novas expressões da questão social, mas também acerca da condição de trabalho assalariado.

Frente a estes aspectos, o projeto de formação profissional busca formar assistentes sociais que tenham uma sólida e consistente fundamentação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, para interpretar a realidade na qual intervém e que, ao mesmo tempo, sejam capazes de desvelar as particularidades da profissão, sem incorrer ao endogenismo.

Em síntese, o perfil de profissional deve ser qualificado e ter postura investigativa para decifrar os processos sociais que são parte do trabalho e, sobretudo, aprofundar o conhecimento sobre as novas expressões da questão social. É preciso que este profissional, através da razão dialética, desvele os processos

sociais, ultrapassando a sua aparência. A seguir, será realizada uma abordagem sobre os processos sociais decorrentes da crise mundial capitalista, demonstrando parte dos impactos dos processos sociais no trabalho das/dos Assistentes Sociais, com base na pesquisa documental realizada.

3.4 CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E SERVIÇO SOCIAL: A CONSTITUIÇÃO DO SOLO HISTÓRICO PARA A INFLUÊNCIA DO IDEÁRIO PÓS-MODERNO NO SERVIÇO SOCIAL

Para diversos autores do Serviço Social tais como Netto (1996), Raichelis (2010, 2011), Iamamoto ([s. d.], 2007, 2009), Simionatto (2009) entre outros, a crise do capital que eclodiu no final dos anos 1960 desencadeou uma série de processos econômicos, políticos e ideológicos que alimentam o crescente movimento de valorização do capital, sendo que a "mundialização financeira, unifica dentro de um mesmo movimento, os processos de reforma do Estado, a reestruturação produtiva, a questão social e a ideologia pós-moderna" (Iamamoto, 2009, p. 31). Estes processos tiveram impactos robustos no trabalho de Assistentes Sociais, afetando não só a sua condição de trabalhador assalariado, mas as suas demandas de trabalho, haja vista o aumento crescente das expressões da questão social, bem como o novo formato das políticas sociais, sobretudo da política de Assistência Social. Nesse viés, o ideário pós-moderno é reputado como mais um, dentre os processos que incidiram no trabalho de Assistentes Sociais, frente à crise mundial capitalista.

Neste item serão abordados os processos acima, com a finalidade de demonstrar os seus impactos no Serviço Social e, a partir do desenho deste solo histórico, no último capítulo se buscará evidenciar, especificamente, os traços do ideário pós-moderno na profissão.

Ao final de mais de cinquenta anos de uma fase de acumulação praticamente ininterrupta e a mais longa de toda a sua história, o capital se defronta com uma crise, cujo âmago é uma *"*superacumulação de capacidades de produção particularmente elevada e como excrescência uma acumulação de capital fictício de montante sem precedente*"* (Chesnais, 2012, p. 3).

Nos dizeres de Chesnais (2012):

> A amplitude e os traços específicos das grandes crises resultam dos meios que o capital (nele incluídos os governos dos mais importantes países capitalistas) teria recorrido no período precedente para “ultrapassar os limites que lhe são imanentes”, antes de ver “essas mesmas barreiras se erigirem diante dele a uma escala ainda mais imponente”. As crises explodem no momento em que o capital está de novo “preso” por essas contradições, confrontado às barreiras que ele mesmo criou. Quanto mais importantes terão sido esses meios, quanto mais o período terá sido longo (no curso do qual os meios de ultrapassagem terão atingido seu objetivo), quanto mais a revelação da superacumulação terá sido diferida, tanto mais a crise será importante e tanto mais longa e difícil será a busca de novos meios para “ultrapassar os limites imanentes”. É desta maneira que a história invade a teoria das crises (Chesnais, 2012, p.3).

Sendo unânimes em afirmar que a crise decorre das contradições do próprio modo de produção capitalista, alguns pensadores com perspectiva marxista, buscaram decifrá-la (Meszáros, Mandel, Chesnais, Harvey, dentre outros), sendo tal abordagem essencial para situar as feições do capitalismo contemporâneo e os processos sociais desencadeados a partir da crise, visando a recuperação das taxas de lucro, bem como o papel assumido pelo Estado.

A tese de Harvey (1992) é a de que aproximadamente a partir de 1972 vem ocorrendo uma mudança profunda nas práticas culturais, políticas e econômicas, supondo que exista uma "relação necessária entre a ascensão de formas culturais pós-modernas, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo de "compressão espaço-tempo", na organização do capitalismo" (Harvey, 1992, p. 7).

Mészáros (2002), ao analisar a temática da crise, demarca inicialmente que a extração do trabalho excedente é a razão de ser do capital. Nas palavras do autor:

> [....] o capital ultrapassa infatigavelmente todos os obstáculos e limites com que historicamente se depara, adotando até as formas de controle mais surpreendentes e intrigantes – aparentemente em discordância com seu caráter e funcionalmente “híbridas” – se as condições o exigirem. De fato, é assim que o sistema do capital constantemente redefine e estende seus próprios limites relativos, prosseguindo no seu caminho sob as circunstâncias que mudam, precisamente para manter o mais alto grau possível de extração do trabalho excedente, que constitui sua raison d’être histórica e seu modo real de funcionamento (Meszáros, 2002, p.103).

Neste sentido, a crise do capital é estrutural, pois faz parte de sua natureza de suas determinações internas e atribui como fator primordial para que ela seja permanente, a falta de unidade do sistema sócio - metabólico do capital.

Meszáros (2002) aponta como defeitos estruturais do capital:

> [...] Primeiro, a produção e seu controle estão radicalmente isolados entre si e diametralmente opostos. • Segundo, no mesmo espírito e surgindo das mesmas determinações, a produção e o consumo adquirem uma independência e uma existência separada extremamente problemáticas, de modo que, no final, o "excesso de consumo" mais absurdamente manipulado e desperdiçador, concentrado em poucos locais, encontre seu corolário macabro na mais desumana negação das necessidades elementares de incontáveis milhões de pessoas. • E, terceiro, os novos microcosmos do sistema do capital combinam-se em alguma espécie de conjunto administrável, de maneira que o capital social total seja capaz de penetrar – porque tem de penetrar – no domínio da circulação global (ou, para ser mais preciso, de modo que seja capaz de criar a circulação como empreendimento global de suas próprias unidades internamente fragmentadas), na tentativa de superar a contradição entre produção e circulação. [...] É assim que a força de trabalho total da humanidade se sujeita – com as maiores iniquidades imagináveis, em conformidade com as relações de poder historicamente dominantes em qualquer momento particular – aos imperativos alienantes do sistema do capital global (Meszáros, 2002, p.105).

Em síntese, o defeito estrutural do controle tem como causa a "disjunção" (Arbia, 2015) entre as três situações acima mencionadas, sendo que tal fragmentação se traduz em antagonismos sociais e se expressa em conflitos de interesses entre capital e trabalho, que em última instância sempre favorecem o primeiro, mas não eliminam os antagonismos existentes, que são reproduzidos em todas as conjunturas históricas da era do capital, independentemente das relações de poder dominantes.

> As crises de superprodução explicam-se pela incapacidade de realização do ciclo do capital dentro do conjunto de pontos integrados do sistema. Não basta, pois, a simples existência de demanda por valores-de-uso: é imperativo que haja capacidade de realização do valor – que se realize a metamorfose M' – D'. Essa é a condição obrigatória para que os valores-de-uso se realizem. A integração de alguns pontos (nações) periféricos (para falarmos apenas da periferia integrada) é reduzida, no mais das vezes, ao fornecimento de matérias primas ou, o mais grave, à produção de capitais-mercadorias que terminam por não realizar, nesses países, o ciclo global do capital. O resultado é uma desertificação onde a circulação não se conclui, culminando na escassez em meio à abundância da produtividade global do capital (Arbia, 2015, 146).

Nesta esteira, que evidencia os defeitos estruturais do capital e que culminam, portanto, em uma crise estrutural, aparece o Estado moderno, constituindo-se como uma “estrutura totalizadora de comando político do capital”, com a finalidade de corrigir a ausência de unidade do seu sistema sócio metabólico (Meszáros, 2002, p.106).

Em uma perspectiva diferenciada de Meszáros e de outros autores marxistas, que tratam da economia política, Mandel (1985) discorre sobre a fase do capitalismo, cunhada por ele como tardio e, a partir de uma visão de totalidade, acredita que as crises do capital são cíclicas e inerentes ao próprio modo de produção capitalista. Nesta esteira, para Mandel, a crise que se expressa na recessão de 1974/1975 consiste em uma crise clássica de superprodução, sendo esta uma tendência do capitalismo a longo prazo. Para Mandel (1985), na história do capitalismo, cada crise de superprodução possui traços gerais, que dizem respeito às contradições fundamentais do modo de produção capitalista e traços particulares, conjunturais, característicos de cada momento histórico. Para o autor, "o desenvolvimento do capitalismo não se orienta pela noção de equilíbrio" (Bhering, 2009, p.113).

Mandel (1985) tem a compreensão de que a recessão generalizada de 1974/1975 expressa o esgotamento de uma "longa onda expansiva", que teve como marco o período pós-guerra, sendo que nos anos 1960 já havia um prenúncio deste esgotamento.

Na perspectiva Mandeliana, a referida recessão é uma "crise clássica de superprodução" [...], sendo por um lado a conclusão de uma fase típica da queda da taxa média de lucros e, por outro lado, o "crescimento regular da capacidade ociosa de produção das indústrias" (Bhering, 2009, p.145). O autor discorda de que a recessão, no período mencionado, tenha como causa a crise do petróleo, embora ela tenha ocorrido no mesmo período histórico, já que anteriormente a ela já se registrava a "dificuldade crescente de compensar a elevação da composição orgânica do capital fruto da revolução tecnológica na onda expansiva – com um aumento da taxa de mais-valia" (Bhering, 2009, p.146).

Neste cenário de crise do capital, resguardando as particularidades locais de cada continente/país, devido às suas trajetórias históricas pregressas, os trabalhadores de todo o mundo, encontram-se em uma situação fragilizada,

*“*resultante da posição de força que o capital adquiriu graças à mundialização do exército industrial de reserva decorrente da liberalização do comércio e do investimento direto na China” (Chesnais, 2013, p. 2).

A leitura do capitalismo contemporâneo, na perspectiva de Marx, requer essencialmente o entendimento do processo de financeirização:

> [...] o Marx que é necessário reler, como militante – pesquisador, é aquele que ajuda a compreender o que significa a tomada do poder pela finança D, o dinheiro em sua brutalidade, aquele sobre o qual Marx escreve em seus Manuscritos de 1857 – 58: que “o capital [...] na medida em representa a forma universal da riqueza – o dinheiro –, tem a tendência ilimitada e incomensurável de ultrapassar seu próprio limite” (Op. Cit. p. 273) [...]. Durante o século XX, o capital demonstrou, mais ainda que no momento em que Marx o estudava, um grau profundo de indiferença quanto ao uso social das mercadorias produzidas ou da finalidade dos investimentos. Depois de trinta anos, a “riqueza abstrata” tomou cada vez mais a forma de massas de capital dinheiro à busca de valorização, colocadas nas mãos de instituições (grandes bancos, sociedades de seguros, fundos de pensão e Hedge Funds), cuja “profissão” é valorizar seus haveres de maneira puramente financeira, sem sair da esfera dos mercados de títulos e de ativos fictícios “derivados” de títulos, sem passar pela produção. Enquanto que as ações e os títulos da dívida (pública, de empresas ou de famílias) são somente “haveres”, direitos a se apropriar de uma parte do valor e da mais valia, concentrações imensas de capital dinheiro assumem o “ciclo breve Dinheiro – Dinheiro’”, que representa a expressão máxima do que Marx chama de fetichismo do dinheiro. *(*Chesnais, 2013, p.3).

O capitalismo contemporâneo, portanto, denominado como tardio, por Mandel (1985), se traduz por um processo de financeirização, que se abastece com a riqueza criada pelo capital produtivo e pela força de trabalho inserida neste processo, mas que, de forma mistificada/fetichizada, se apresenta como se o capital dinheiro fosse capaz de gerar mais dinheiro, por si só. Nos dizeres de Iamamoto (2009):

> O capital dinheiro aparece como coisa auto criadora de juro, dinheiro que gera dinheiro (D – D’), obscurecendo as cicatrizes de sua origem. O dinheiro tem agora “amor no corpo”, como cita o Fausto, de Goethe (Marx, 1985, p. 295, t. III, v. IV). A essa forma mais coisificada do capital, Marx denomina de capital fetiche. O juro aparece como se brotasse da mera propriedade do capital, independente da produção e da apropriação do trabalho não pago. A forma de empréstimo é peculiar à circulação do capital como mercadoria e marca a diferença específica do capital portador de juro. Sendo o juro parte da mais-valia, a mera divisão desta em lucro e juro não pode alterar sua natureza, sua origem e suas condições de existência (Iamamoto, 2009, p.29).

No contexto de mundialização da economia, o capitalismo financeiro, assume o comando do processo de acumulação e integra na expansão monopolista processos econômicos, políticos e ideológicos que alimentam o crescente movimento de valorização do capital.

> a mundialização da economia está ancorada nos grupos mundiais transnacionais, resultantes de processos de fusões e aquisições de empresas, em um contexto de desregulamentação e liberalização da economia [...]. As empresas industriais associam-se às instituições financeiras (bancos, companhias de seguros, fundos de pensão, entre outros) que passam a comandar o conjunto da acumulação, configurando um modo específico de dominação social e política do capitalismo, com o suporte dos Estados nacionais (Iamamoto, 2007, p. 108).

Esta dominação do capital financeiro seria inviável sem a intervenção política e apoio dos Estados nacionais, o que se torna visível através dos tratados internacionais, como o Consenso de Washington, o Tratado de Marrakech que criou a Organização Mundial do Comércio – OMC entre outros que, na verdade, criam o quadro jurídico e político da liberalização e da privatização, pelos agentes financeiros, do conjunto dos países da União Europeia (Iamamoto, 2007).

Em síntese, a crise desencadeou uma série de processos econômicos, políticos e ideológicos que alimentam o crescente movimento de valorização do capital, sendo que:

> *a mundialização financeira, sob suas distintas vias de efetivação, unifica dentro de um mesmo movimento, processos que vêm sendo tratados pelos intelectuais, como se fossem isolados ou autônomos*: a "reforma" do Estado, tida como específica da arena política, a reestruturação produtiva, referente às atividades econômicas empresariais e à esfera do trabalho; a *questão social* reduzida aos chamados processos de *exclusão e integração social* geralmente circunscritos a *dilemas da eficácia da gestão; a ideologia neoliberal e concepções pós-modernas, atinentes à esfera da cultura* (Iamamoto, 2007, p.114, grifos da autora).

O receituário neoliberal se inicia com as eleições de Thatcher, em 1979, na Inglaterra e Reagan nos Estados Unidos, em 1980, e se expandiu mundialmente. Na Europa abrangeu tanto os países social-democratas da comunidade europeia, como os países do Leste Europeu após o colapso do mundo socialista e em países considerados de esquerda como a França, Espanha e Grécia. Nos países da América

Latina, o que se convencionou chamar de "padrão neoliberal de desenvolvimento" (Martins, 2011, p. 312), teve início com experiências no Chile, Argentina e Uruguai e, gradativamente, alcançou o auge na década de 1990, tornando-se predominante na região, a partir do Consenso de Washington (1989).

Segundo Martins (2011), o neoliberalismo: "redimensionou as relações de dependência, desestruturou as políticas de substituição de importações e criou novas formas de vinculação da região à economia mundial (p. 312). Para o autor, o neoliberalismo apresentou duas grandes fases de articulação da América Latina com a economia mundial:

> A primeira nos anos 1980, quando o país hegemônico, mergulhado em sua crise de longo prazo, drenou os excedentes da economia mundial e não ofereceu nenhum tipo de reorganização da divisão do trabalho ou projeto de desenvolvimento para a região; segunda, que se estabelece no início dos anos 1990, quando os Estados Unidos se organizam para um novo ciclo expansivo e estabelecem um novo projeto de inserção internacional para a América Latina, condensado num conjunto de políticas públicas chamadas de Consenso de Washington (Martins, 2011, p. 313).

Ademais, Martins (2011) considera a existência de uma terceira fase, situada na primeira década dos anos 2000, com novas feições, dada a ascensão da China na economia mundial, bem como de "um consenso popular antineoliberal que provoca mudanças políticas na América Latina" *(*Martins, 2011, p. 314).

A crítica neoliberal sustenta que os serviços públicos, organizados à base de princípios de universalidade e gratuidade superdimensionam o gasto estatal. Daí a proposta de reduzir despesas (e, em especial, os gastos sociais), diminuir atendimentos, restringir meios financeiros, materiais e humanos para implementação dos projetos e programas focalizados e seletivos em substituição às políticas sociais de acesso universal. Neste contexto, portanto, a intervenção do Estado no atendimento às necessidades sociais é pouco recomendada, sendo transferida ao mercado e à filantropia, como alternativas aos direitos sociais, processo este, denominado por Yazbek, como “refilantropização do social”, que desloca a atenção à pobreza para a iniciativa privada ou individual, impulsionada por motivações solidárias e benemerentes, em uma postura de desresponsabilização do Estado.

Na particularidade brasileira, o neoliberalismo iniciou a sua implementação, a partir da década de 1990, no Governo de Fernando Collor de Mello, mas irá se efetivar

no final do Governo Itamar Franco e, sobretudo, na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

A adoção do neoliberalismo pelo Estado brasileiro e os consequentes ajustes fiscais que priorizaram o econômico em detrimento do social, vem dilapidando o modelo de seguridade social proposto pela CF/1988. Ademais, os recursos são desviados para outras áreas e utilizados para gerar o superávit primário e o pagamento de juros da dívida pública, através da desvinculação dos recursos da união – DRU. Salvador (2008) apresenta dados que demonstram a magnitude desse processo: entre 2000 e 2007 foram transferidos R$ 278,4 bilhões do Orçamento da Seguridade Social para o Orçamento Fiscal, enquanto apenas R$ 161,62 bilhões retornaram à Seguridade Social, correspondendo a 58,6% do montante transferido (Salvador, 2008, p.328).

Do ponto de vista político, a seguridade social se encontra extremamente fragilizada em seus mecanismos de participação e controle social, a exemplo da extinção do Conselho Nacional de Seguridade Social e dos conselhos locais de previdência social.

Para Mota (2011), é inconteste a afirmação de que a redefinição da Seguridade Social foi necessária, no sentido de adequar esse conjunto de políticas sociais às necessidades do grande capital, o que se efetivou através de ajustes e reformas, particularmente nos países periféricos, como é o caso dos latino-americanos, de acordo com as prescrições dos organismos financeiros internacionais. Neste sentido, a finalidade é destruir a sociabilidade do trabalho protegido e de construir uma outra que desresponsabiliza o Estado de suas funções sociais e atribui à sociedade civil a corresponsabilidade pelas políticas sociais.

O projeto neoliberal tem um caráter profundamente conservador, que se expressa, por um lado, na naturalização do ordenamento capitalista e das desigualdades sociais, que são tidas como inevitáveis. Daí, resulta um obscurecimento da presença dos sujeitos sociais coletivos e de suas lutas. Por outro lado, registra-se o desmonte das conquistas sociais, obtidas através dos embates travados pela classe trabalhadora, que se consubstanciaram nos direitos sociais de cidadania.

É relevante mencionar que, desde o final dos anos 1990, a previdência social vem sendo tratada como deficitária e fomentadora de privilégios para os servidores públicos. Esse discurso da “crise da previdência” prognosticou a inviabilidade de um sistema de seguridade social público e universal, conforme o estabelecido na Constituição Federal de 1988, o que inclusive teve impactos na organização dos trabalhadores gerando uma divisão entre os contratados em regime celetista e os estatutários.

Os argumentos utilizados para justificar os ajustes e reformas passam invariavelmente pela questão do financiamento, pela ampliação da participação da sociedade civil (através do voluntariado, ONGs ou empresas socialmente responsáveis). Segundo Mota (2006), a previdência e a assistência sociais passam a constituir uma unidade contraditória, pois ao mesmo tempo em que se nega a possibilidade de um sistema único de previdência social, a ausência deste cria as bases ou a necessidade para a implantação de um Sistema Único de Assistência Social. Em outros termos, o que se observa hoje na constituição da seguridade social brasileira são as suas tendências de “capitalização e solidarismo”, que se expressam através dos fundos de pensão e os programas de assistência social. Houve uma fragmentação dos trabalhadores que se metamorfosearam “ora em cidadãos-consumidores dos serviços mercantis, ora em cidadãos pobres, merecedores da assistência social*”* (Mota, 2006, p. 44).

Destarte, os direitos à seguridade social, conquistados legalmente através da CF/1988, apesar de seu caráter inovador e da pretensão em constituir um sistema amplo de direitos sociais, tem a sua efetivação condicionada pelo acesso ou exclusão ao emprego. Na realidade, ao invés de se constituir um sistema homogêneo, integrado e articulado, foi constituindo um sistema híbrido, que conjuga direitos derivados do trabalho – previdência - com direitos de caráter universal – saúde - e direitos seletivos – assistência[10].

[10]Determinados princípios da seguridade social, apresentados no artigo 194 da CF/1988, se aplicam de forma diferenciada em cada uma das políticas que compõem a seguridade. São eles: universalidade na cobertura, uniformidade e equivalência dos benefícios, seletividade e distributividade nos benefícios, irredutibilidade do valor dos benefícios, equidade no custeio, diversidade do financiamento e caráter democrático e descentralizado da administração (Boschetti, 2009).

A reestruturação produtiva do capital e do trabalho é um outro processo desencadeado pelo capital visando recompor as suas taxas de lucro. Nos países da periferia capitalista, como o Brasil, este processo se faz mais presente a partir de 1990, tendo como características formas diversificadas de desregulamentação, flexibilização, terceirização e intensificação do trabalho, havendo uma intensificação da exploração do trabalho, do desemprego estrutural global e um rebaixamento dos salários e das condições em que o trabalho se realiza.

Harvey (1992), fazendo alusão ao período de expansão do pós-guerra (1945 a 1973), chamado como fordista- Keynesiano, baseado em um "conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico", parte da premissa de que este período colapsou, dando início a um outro período, pleno de incertezas, mas com indicadores significativos de que houve uma passagem do "fordismo para o regime de acumulação flexível, uma reveladora maneira de caracterizar a história recente" (Harvey,1992, p.119).

A acumulação flexível, nos termos de Harvey, tem como característica marcante o fato de confrontar-se com a rigidez do fordismo, ao ancorar-se na flexibilidade dos processos e do mercado de trabalho, bem como dos produtos e padrões de consumo. Neste cenário, emergem inéditos setores de produção, de fornecimento de serviços financeiros, inovações comerciais, tecnológicas e organizacionais. Ademais, segundo Harvey (1992), a acumulação flexível envolve:

> rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado "setor de serviços", bem como conjuntos industriais completamente novos, em regiões até então subdesenvolvidas [...]. Ela também envolve um novo movimento que chamarei de "compressão espaço tempo" no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado (Harvey,1992, p.140).

Por conseguinte, a flexibilidade e mobilidade impactam na classe trabalhadora, de forma desastrosa, favorecendo um maior controle por parte dos empregadores, considerando, entre outros fatores, o desemprego estrutural, o rebaixamento dos salários e o retrocesso do poder sindical. O mercado de trabalho passou por uma

reestruturação, havendo um aumento da mão de obra excedente (desempregados e subempregados), favorecendo a imposição de regimes e contratos de trabalho mais flexíveis; a redução do emprego regular e o crescimento do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado.

Harvey (1992) configura a nova estruturação do mercado em condições de acumulação flexível, categorizando os trabalhadores de determinada organização, da seguinte forma: no *centro*, está um grupo cada vez mais escasso, composto por trabalhadores em tempo integral, que gozam de maior segurança, perspectivas de qualificação profissional e promoção, bem como vantagens indiretas, como pensões e seguros. No entanto, este trabalhador deve ser "*adaptável, flexível e, se necessário móvel*" (Harvey,1992, p.144). Já na *periferia,* se encontram dois subgrupos de trabalhadores: um deles trabalha em tempo integral, mas com maior disponibilidade no mercado de trabalho e menos especializados. No outro subgrupo periférico estão os trabalhadores em tempo parcial, contratados por tempo determinado, mais numerosos do que o anterior, em termos de disponibilidade no mercado de trabalho e com menos segurança no emprego.

Segundo Harvey (1992), a maior tendência dos mercados de trabalho na atualidade é a redução do número de trabalhadores centrais, haja vista a diminuição de custos referentes à contratação e à demissão dos trabalhadores periféricos.

Simultaneamente à transformação da estrutura do mercado de trabalho, merecem destaque as mudanças não menos importantes, que ocorreram na organização industrial, à exemplo a subcontratação que favoreceu a formação de pequenos negócios, bem como "permite que sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista [...] revivam e floresçam, mas agora como peças centrais e não apêndices do sistema produtivo" (Harvey,1992, p.145). Segundo o autor, registra-se ainda uma acelerada expansão de economias "negras", "informais" ou "subterrâneas", em todo o mundo capitalista avançado, sendo detectado ainda uma convergência entre estes e os sistemas de trabalho "terceiro-mundistas".

As transformações do modo de controle do trabalho e do emprego repercutiram fortemente nas formas de organização da classe trabalhadora, a exemplo dos sindicatos, dada as dificuldades de acesso aos trabalhadores dos sistemas de

trabalho familiares e domésticos, diferentemente do que ocorria com os trabalhadores na fábrica, ocorrendo, portanto, uma "transformação objetiva da base da luta de classes" (Harvey,1992, p.145).

Tais processos repercutiram fortemente no Serviço Social contemporâneo, sobretudo o papel assumido pelo Estado frente à crise e as novas configurações das políticas sociais, já que é neste âmbito que majoritariamente se encontram as/os Assistentes Sociais.

Para analisar os impactos dos processos sociais acima, no trabalho de Assistentes Sociais, foi realizada uma pesquisa documental, que consistiu na sistematização dos dados contidos nos "Relatórios de Orientação e Fiscalização" respondidos por 114 Assistentes Sociais, que receberam a visita de fiscalização, do CRESS 6ª Região[11] – Seccional de Juiz de Fora – realizadas por uma das Agentes Fiscais, nos anos de 2018 e 2019.

A pesquisa abarcou 26 municípios, dentre os 169 que compõem a área de abrangência da Seccional de Juiz de Fora, conforme demonstra a tabela abaixo:

Tabela 1 - Município em que Assistentes Sociais exercem a profissão

(continua)

Município	Frequência %
Alto Caparaó	1,75
Barbacena	5,2
Bicas	2,6
Caparaó	1,75
Carangola	6,1
Cataguases	0,87
Chácara	0,87
Divino	6,1
Faria Lemos	0,87
Guiricema	0,87

[11] Os Conselhos Regionais de Serviço Social são os órgãos responsáveis pela fiscalização e defesa da profissão do assistente social, sendo que cada um tem uma determinada área de jurisdição. Atualmente existem 27 CRESS no Brasil, abrangendo 26 Estados e o Distrito Federal. O CRESS/ 6ª Região é sediado em Belo Horizonte e foi criado em 1963, tendo atualmente três seccionais: Juiz de Fora, Uberlândia e Montes Claros. As seccionais são extensões dos CRESS, sendo responsáveis pela fiscalização e apoio administrativo, em determinada área de abrangência.

(conclusão)

Município	Frequência %
Juiz de Fora	**36,8**
Laranjal	1,75
Leopoldina	0,87
Manhuaçu	5,2
Muriaé	3,5
Palma	2,6
Pedra Dourada	1,75
Piedade de Ponte Nova	1,75
Ponte Nova	0,87
Raul Soares	1,75
São Francisco do Glória	3,5
São Pedro dos Ferros	1,75
Tocantins	3,5
Ubá	2,6
Vermelho Novo	3,5
Viçosa	0,87
Total	**100**

Fonte: Relatórios de Fiscalização rotineira – Seccional JF – CRESS 6ª Região.

A respeito da tabela acima, que contempla os municípios, onde as/os Assistentes Sociais receberam a visita do CRESS, verifica-se que a maioria das/dos Assistentes Sociais (36,8%) exerce a profissão no município de Juiz de Fora. Tal fato se justifica, considerando que nos anos de 2018 e 2019, o CRESS/6ª Região – Seccional de Juiz de Fora, estava realizando uma fiscalização nas áreas da previdência social e da saúde mental.

Traçando um breve perfil das/dos Assistentes Sociais entrevistados, evidenciou-se um traço persistente na profissão, de que a categoria permanece sendo eminentemente feminina, já que 94,7% das/dos Assistentes Sociais entrevistados/as são do sexo feminino e 5,3% do sexo masculino. Assim sendo, estes dados estão em sintonia com aqueles obtidos na última pesquisa do perfil da/do Assistente Social,

publicada no ano de 2022 pelo Conselho Federal de Serviço Social – CFESS[12], e que inclusive, identificam um crescimento do gênero masculino na profissão. Na pesquisa do perfil realizada no ano de 2005, o gênero masculino representava 3% da categoria profissional e, em 2022, este quantitativo alcançou o índice de 6,97% (CFESS, 2022, p. 24).

É importante mencionar que, na referida pesquisa realizada pelo CFESS (2022), apareceram outras expressões de gênero (0,1%), que embora sejam pouco expressivas em termos quantitativos, demonstram que o modelo binário: masculino-feminino não é exclusivo, sendo que o CFESS foi o primeiro conselho federal a permitir a utilização do "nome social" na carteira de identidade profissional.

Em relação ao tempo de graduado, a grande maioria dos (as) Assistentes Sociais, inseridos (as) no mercado de trabalho (72,8%) possui entre 6 e 15 anos de graduados(as), 8,8% entre 16 e 20 anos e 7% até 5 anos, conforme sinaliza a tabela abaixo. Analisando os dados, verifica-se que a maior parte das/dos Assistentes Sociais que está inserida no mercado de trabalho (72,8%) possui entre 6 e 15 anos de graduado.

Tabela 2 - Tempo de Graduado da/do Assistente Social

Tempo de graduado	**Frequência**
0 a 5 anos	7%
6 a 10 anos	**33,3%**
11 a 15 anos	**39,5%**
16 a 20 anos	8,8%
Acima de 20 anos	11,4%
Total	**100**

Fonte: Relatórios de Fiscalização rotineira – Seccional JF – CRESS 6ª Região.

Preliminarmente é importante demonstrar, os rebatimentos da mercantilização da política de educação no país, na formação profissional das/dos Assistentes Sociais,

[12] Relatório Final da Pesquisa Nacional do Perfil Profissional de Assistentes Sociais – Fase 1: Dados do Recadastramento realizado pelo CFESS– coletados pelo período de 2016 a 2019 e divulgado em 2022.

frente à expansão do ensino privado e da modalidade dos cursos de ensino à distância, contribuindo para dificultar a formação de Assistentes Sociais com o perfil apontado nas diretrizes curriculares.

Dados da pesquisa do perfil de Assistentes Social no Brasil revelam:

> As/os graduadas/os em curso presencial ainda são predominantes no Serviço Social, mas as/os assistentes sociais inscritas/os nos CRESS formadas em EaD já correspondem a 16,26% (7.189). Se somadas/os às graduadas/os no ensino semipresencial, atingem ¼ das/os profissionais em atividade em 2019 (10.625 ou 24,03%). Aqui, cabe ressaltar que o período temporal de recadastramento ocorreu entre 2016 e 2019, ou seja, as/os participantes concluíram seus cursos em períodos de forte expansão do EaD no Brasil, entre 1995 (primeiro curso registrado) e 2019 (último ano de respostas ao recadastramento). A pesquisa também confirma a tendência nacional de concentração das matrículas de EaD nas instituições privadas com fins lucrativos, atestando mais uma vez essa modalidade de formação como importante nicho de acumulação de capital. A tabela 19, apresentada a seguir, revela que das 10.625 assistentes sociais graduadas em EaD e Curso Semipresencial, o elevado percentual de 77,75% (8.261) concluiu o curso em Instituições Privadas com Fins Lucrativos, enquanto 14,38% (1.528) o fizeram em Instituições Privadas Comunitárias, Confessionais, Filantrópicas e 7,86% (em Instituições Públicas, o que sinaliza para a existência de cursos dessa modalidade, especialmente nas Públicas Estaduais (520 profissionais)(CFESS, 2022, p.64).

Na particularidade da Zona da Mata Mineira constatou-se que, a maioria é oriunda do ensino público, na modalidade presencial (53,5%) e de unidades de ensino privadas, presencial (38,6%) e EAD (9,7%). Esses dados indicam a prevalência da modalidade presencial de ensino na formação profissional, mas demonstram a expressividade da privatização do ensino (46,5%), conforme a tabela abaixo:

Tabela 3 - Modalidade de graduação da/do Assistente Social

Modalidade	**Frequência %**	
Presencial Pública	61	53,50
Presencial Privada	42	36,8
Ensino à Distância	12	9,7
Total	**114**	**100**

Fonte: Relatórios de Fiscalização rotineira – Seccional JF – CRESS 6ª Região.

Comparando os dados da tabela acima, com outros obtidos através de um relatório emitido pelo CRESS 6ª Região - Seccional de Juiz de Fora, em 2012, observa-se que havia um índice maior de profissionais graduados em escolas privadas na modalidade presencial e no EAD, e, naquele relatório, não houve a inclusão de dados referentes à cidade de Juiz de Fora, evidenciando uma situação peculiar dos municípios de pequeno porte da Zona da Mata Mineira.

Ademais, a expansão da modalidade do EAD provocou o fechamento dos cursos de Serviço Social na modalidade presencial em IES de natureza privada, em municípios que compõem a área de abrangência da Seccional de Juiz de Fora do CRESS/6ª Região.

Na presente pesquisa, há um número expressivo de Assistentes Sociais graduados em uma universidade pública federal e que exercem a profissão em Juiz de Fora, o que guarda diferenças em relação aos municípios de pequeno e médio porte da Zona da Mata Mineira.

No início dos anos 2000, houve um crescimento do curso de Serviço Social em IES de natureza privada, que representam 46,8% dos Assistentes Sociais entrevistados nesta pesquisa, somando as modalidades de ensino presencial e à distância.

A pesquisa do perfil de Assistentes Sociais do Brasil (CFESS, 2022, p.50) corrobora esta tendência, ao constatar que 52,97% das e dos Assistentes Sociais concluíram o curso de graduação em Serviço Social em IES de natureza privada com fins lucrativos, revelando a sua expansão acelerada, mediante a transferência do fundo público ao capital, através de programas do governo federal, a exemplo do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES e do Programa Universidade para Todos – PROUNI (CFESS, 2022, p.51).

Segundo análises da referida pesquisa (2022), a expansão do ensino privado de natureza mercantil e os programas implantados pelo governo federal, simultaneamente, ampliam o acesso de parcela da classe trabalhadora ao ensino superior, sobretudo da juventude negra, mas expressam uma das medidas de contrarreforma do Estado neoliberal, de mercantilização da política de educação. O EAD se transforma em investimento com alta lucratividade, considerando o seu baixo

custo e o seu alcance no interior do país, mas que não oferece um ensino qualitativo[13].

Historicamente, docentes, discentes e pesquisadores brasileiros acompanham criticamente as mudanças e os desdobramentos da política universitária. Especialmente sobre a formação em Serviço Social é latente a parceria da militância dos órgãos representativos da categoria e do movimento social discente na defesa da universidade pública, gratuita, de qualidade, laica e democrática e, na defesa coletiva das particularidades regionais. As investidas incidem, ainda, na preservação e responsabilização das universidades públicas na articulação acadêmica entre ensino, pesquisa e extensão. Apenas este tripé é capaz de assegurar a autonomia didática, liberdade político-ideológica de expressão e a produção e divulgação de conhecimentos alinhados aos interesses coletivos, democráticos, críticos e libertadores em contraposição às necessidades de mercado na produção de valor e de mais-valor, concentrados e centralizados no arranjo do capitalismo financeiro contemporâneo. Defende-se uma universidade pública, capaz de ampliar e afirmar razão crítica em oposição à *irrazão* na defesa de valores totalizantes compatíveis com as demandas e necessidades daqueles que vivem e sobrevivem do trabalho, produzindo a riqueza que lhes é subtraída e acumulada pelo grande capital. Ademais, a financeirização da economia incide diretamente no rateio do fundo público, desconsiderando as reais necessidades orçamentárias das políticas públicas. O orçamento executado em 2025 foi de R$ 5,054 trilhões de reais, sendo R$ 2,135 trilhões, 42,24%, destinados ao pagamento de juros e amortizações da dívida pública e apenas 3,18%, do total designado para a política de educação[14], desencadeando "*diretrizes de focalização, descentralização, desfinanciamento e regressão do legado dos direitos do trabalho assalariado conquistados*" (Iamamoto, 2007, p. 433, grifos da autora). A contração orçamentária amplia a desigualdade social, aumenta as manifestações da questão social exponencialmente, reduz o emprego formal, estimula

[13] Em se tratando do Serviço Social, comprovadamente através de pesquisas realizadas pelo conjunto CFESS/CRESS, sendo a de maior relevância a brochura publicada em parceria com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS e a Entidade Nacional de Estudante de Serviço Social – ENESSO com o título: "Sobre a Incompatibilidade entre a Graduação à distância e Serviço Social" (2010).

[14] AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. **Gráfico do Orçamento Federal Executado (2025)**. Brasília, 28 jan. 2026. Disponível em: https://auditoriacidada.org.br/conteudo/grafico-do-orcamento-federal-executado-2025. Acesso em: 1 fev. 2026.

o trabalho empreendedor e livre das amarras do patrão, hipertrofiando a margem de manobra do capital na subsunção real e formal do trabalho ao capital. Surgem novas e criativas formas de extração de mais-valor relativo e absoluto.

A busca inexorável do grande capital, na contemporaneidade, na manutenção da sua supremacia, foca na educação, espraiando o discurso raso da direita de que o ensino público universitário é ideologizante e ideologizador, sem espaço para o real treinamento às demandas do empresariado. O ensino superior privado é considerado eficaz, eficiente, enfim, o que melhor prepara para o mercado de trabalho. O mercado da educação cresce na razão direta da subordinação da educação ao mercado. O ensino se traduz em treinamento (comando e resposta segundo a tipificação taylorista do trabalho).

A pesquisa pode migrar com certa facilidade apenas para a pós-graduação, esvaziando a graduação do conteúdo científico inovador e criativo. A extensão ganha a concepção de cursos pagos na própria graduação, desvanecendo a relação da universidade com a comunidade. Dessas mudanças deriva a fratura do tripé ensino, pesquisa e extensão.

É sob essa concepção de formação que, em 2006, é implantado a Universidade Aberta do Brasil, que reúne as universidades públicas que possuem a modalidade EaD, o que revela o aumento significativo do número de faculdades formadoras em Serviço Social (PEREIRA, et al. 2025. É na esteira da busca pela lucratividade e interesses do mercado que temos, nesta data, a implantação do curso de Serviço Social à distância. Cursos formados através de plataformas são incompatíveis com o rigor teórico-metodológico exido para a formação crítica e investigativa, insuficiente para comportar a compreensão e análise das particularidades da questão social no Brasil. O estágio supervisionado é precarizado, a articulação entre teoria e prática perde a densidade da categoria trabalho, foca exclusivamente na prática enquanto prática, porque não comporta a relação entre supervisão e supervisão acadêmica. Ausência de espaços coletivos para o debate, fundamentais para a troca de conhecimentos e refinamento da crítica. E, por fim, e não menos importante, a construção de um projeto pedagógico fica prejudicado, porque as diretrizes

curriculares aprovadas pelo MEC[15], quase nada expressam as diretrizes curriculares aprovadas em assembleia da categoria no ano de 1994 e publicadas nos cadernos ABESS, nº 7 (1997)[16]. São três páginas de conteúdo vago, pouco definido e indeterminado que cada um pode interpretar e implantar da forma como melhor lhe convém. Sem a participação destas instituições formadoras na ABEPSS, sem a devida parceria com o conjunto CFESS/CRESS, estas diretrizes ficam soltas, deliberadamente, e a formação ocorre da forma mais superficial e descomprometida possível. O objetivo não é formação de qualidade, mas equilíbrio do balanço financeiro institucional.

A fragilidade da formação profissional de Assistentes Sociais, que se expressa sobretudo na crescente modalidade do EAD e do ensino presencial, nas IES de natureza privada é um dos pontos- chave do solo histórico que torna o Serviço Social permeável à influência do Ideário pós-moderno, mas com a ressalva de que tal fragilidade não pode ser atribuída somente à mercantilização da política de educação no país, mas há indícios de que mesmo nas universidades públicas, há um distanciamento da teoria social crítica marxiana (traço fundamental do ideário pós-moderno), já que nesta pesquisa há um número significativo de profissionais graduados em uma universidade pública federal (53,8%) e, especificamente do grupo focal, 37,5%.

No que diz respeito à capacitação continuada as tabelas abaixo demonstram que neste cenário, com sobrecarga de trabalho e baixos salários, os/as Assistentes Sociais majoritariamente têm se capacitado apenas quando a instituição oferece e arca com os custos, mesmo que parcialmente, já que, de modo geral, o perfil de Assistente Social que o mercado requisita é “um técnico bem adestrado que vai operar instrumentalmente sobre as demandas do mercado de trabalho, tal qual elas se apresentam” (Netto,1996, p.126). As tabelas abaixo demonstram como as instituições, de alguma forma, investem na capacitação profissional.

---

[15]BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer CNE/CES nº 492/2001**, de 3 de abril de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Secretariado Executivo, Letras, ... **Portal MEC**, Brasília, DF, 2001. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/normas-classificadas-por-assunto/diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao/ces0492.pdf. Acesso em: 1 fev. 2026.

Tabela 4 - A instituição em que o AS trabalha favorece a capacitação continuada?

A instituição favorece a capacitação continuada?	**Frequência**
Sim	71%
Não	29 %
Total	**114 – 100%**

Fonte: Relatórios de Fiscalização rotineira – Seccional JF – CRESS 6ª Região.

Tabela 5 - De que forma a instituição empregadora favorece a capacitação continuada?

Forma em que a instituição favorece a capacitação continuada	**Frequência**
Libera e custeia integral ou parcialmente quando são temas relacionados ao trabalho	27,3
Educação permanente/Capacitação continuada na área específica (quando a empresa promove eventos internos de capacitação continuada	28,7
Participação em cursos *on-line*	4,1
Participação em encontros regionais do Capacita SUAS ou outros eventos relacionados à política de Assistência Social	10,9
Através do Núcleo de Assistentes Sociais da região.	1,3
Liberação para participar em palestras e eventos	2,7
As capacitações internas ocorrem por iniciativa do próprio Serviço Social	2,7
Total	**100**

Fonte: Relatórios de Fiscalização rotineira – Seccional JF – CRESS 6ª Região – Respostas múltiplas.

Como se pode observar na tabela acima, a instituição contribui para a capacitação profissional, desde que sejam temas relacionados à área de atuação profissional, não reconhecendo, portanto, a importância da/do Assistente Social investir na capacitação continuada, na direção dos fundamentos da sua profissão. Isto reforça o pressuposto de que o mercado de trabalho preza pela eficiência do ponto de vista técnico e operacional.

Sobre o trabalho da/do Assistente Social, os dados da fonte documental, demonstram que a partir do reconhecimento da assistência social como uma política e a criação do SUAS em 2004, houve uma ampliação dos espaços sócio-ocupacionais das/dos Assistentes Sociais, nesta política e, na particularidade da Zona da Mata

Mineira, passou a ser a maior área empregadora de Assistentes Sociais, conforme sinaliza a tabela abaixo:

Tabela 6 - Campo de Atuação Profissional

Campo de Atuação Profissional	Frequência
Assistência Social	**34,2**
Saúde	**30,7**
Educação	3,6
Entidades da sociedade civil	11,4
Sócio jurídico	3,6
Previdência Social	10,5
Profissional autônoma	0,87
Total	**100**

Fonte: Relatórios de Fiscalização rotineira – Seccional JF – CRESS 6ª Região – 2018 – 2019

A partir da PNAS foram implantadas as unidades públicas estatais, responsáveis pela execução dos serviços sócio- assistenciais, como os Centros de Referência da Assistência Social- CRAS e os Centros de Referência Especializados em Assistência Social – CREAS, que de forma privilegiada, tornaram-se espaços sócio-ocupacionais das/dos Assistentes Sociais, além das entidades da sociedade civil, que representam 11,4% dos espaços socio- ocupacionais das/dos Assistentes Sociais, conforme demonstra a tabela abaixo:

Tabela 7 – Espaços Sócio-ocupacionais em que os Assistentes Sociais estão inseridos

(continua)

Espaços Sócio-ocupacionais	Assistentes Sociais
Centro de Referência da Assistência Social	**21,9**
Centro de Referência Especializado da Assistência Social	6,1
Secretaria Municipal de Assistência Social	6,1
Secretaria Municipal de Saúde	1,75
Casa do Albergado	0,87
Organizações não governamentais (associações, fundações)	**11,4**
Tribunal de justiça	0,87
Hospital Público	6,1
Centro de Atenção Psicossocial	**14,9**

(conclusão)

Espaços Sócio-ocupacionais	Assistentes Sociais
Pró Reitoria de Assuntos Estudantis	2,6
Centro de Referência de Saúde do Trabalhador	0,87
Polo de Evolução de Medidas socioeducativas	0,87
Centro de Atenção à Saúde Mental	0,87
Departamento de Saúde Mental	1,75
Núcleo de Atenção à Saúde da Família	2,6
Escritório de Serviço Social	0,87
Procuradoria Geral de Justiça	0,87
Instituto Nacional de Seguridade Social	10,5
Centro de Saúde	0,87
Departamento de Políticas da Pessoa Deficiente e Direitos Humanos	0,87
Hospital Privado/SUS	0,87
Instituição de Longa Permanência de Idosos	3
PROGRAD UFJF	0,87
Ensino Social Profissionalizante (ESPRO)	0,87
Vigilância Epidemiológica	0,87
Total de Assistentes Sociais entrevistados	**100**

Fonte: Relatórios de Fiscalização rotineira – Seccional JF – CRESS 6ª Região.

As tabelas abaixo demonstram que apesar da ampliação do mercado de trabalho para as/os Assistentes Sociais, os novos espaços sócio-ocupacionais sofreram os impactos dos processos sociais em curso, no Brasil e no mundo, que serão demonstrados na tabela abaixo.

No que diz respeito aos vínculos empregatícios, prevalecem os estatutários (49,5%) e, na sequência, os contratados temporariamente (26,1%), pelo Regime da Consolidação das Leis – CLT (16,5%) e como autônomos (3,4%).

Tabela 8 – Vínculo empregatício das/dos Assistentes Sociais

(continua)

Vínculo empregatício	Frequência %
Estatutário	49,5
Celetista	16,5

(conclusão)

Vínculo empregatício	Frequência %
Contratado Temporário	26,1
Autônomo	3,4
Residente	0,87
Voluntário	0,87
Cargo comissionado	1,74
Não informou	0,87
Sem vínculo	0,87
Total	**100**

Fonte: Relatórios de Fiscalização rotineira – Seccional JF – CRESS 6ª Região.

Os dados demonstram parte dos impactos da restruturação produtiva no trabalho de Assistentes Sociais, onde há uma flexibilização das formas de contratação, mesmo nos órgãos públicos, sinalizando o crescimento dos contratos temporários e da atuação profissional como autônomo. Esta situação precária de contratação traz prejuízos tanto para o profissional, em sua condição de trabalhador assalariado, como para os usuários das políticas sociais, considerando a rotatividade de profissionais e a consequente descontinuidade do trabalho desenvolvido.

Em relação à carga horária de trabalho, a tabela abaixo demonstra que a maior parte das(dos) Assistentes Sociais, contempladas na pesquisa documental, possui jornadas compatíveis com a regulamentação da profissão (Lei 8.662/1993), predominando a carga horária de 30 horas semanais (52,6%), seguida da jornada de 40 horas (26,3%). As demais cargas horárias aparecem com índices menos expressivos, sendo a jornada de 20 horas correspondente a 8,8%, enquanto 6,2% trabalham mais de 40 horas. As jornadas inferiores a 20 horas (3,5%), de 24 horas (0,88%) e a condição de profissionais sem horário definido (1,7%), geralmente vinculadas à gestão, ao trabalho voluntário ou autônomo, constituem percentuais pouco expressivos.

Apesar da previsão legal da jornada de 30 horas semanais, muitos empregadores descumprem a lei (26,3%), inclusive a Prefeitura de Juiz de Fora, que reconheceu o direito da jornada semanal de 30 horas para o Assistente Social apenas

no ano de 2023, ou seja, treze anos após a inclusão do artigo 5º A na Lei 8662/1993 (CFSS, 1993).

Tabela 9 - Carga horária de trabalho das/dos Assistentes Sociais

Carga horária	Total (%)
40 horas	26,3
30 horas	**52,6**
20 horas	8,8
Menos de 20 h	3,5
24 horas	0,88
Mais de 40 horas	6,2
Não tem horário definido	1,7
Total	**100**

Fonte: Relatórios de Fiscalização rotineira – Seccional JF – CRESS 6ª Região.

A fonte documental não contempla dados sobre a faixa salarial das/dos Assistentes Sociais, pois não consta esta questão no instrumento “Relatório de Orientação e Fiscalização”.

No entanto, a forma mais aproximada de obter estes dados é através da pesquisa do perfil de Assistentes do Brasil (CFESS, 2022), que especifica os rendimentos nas diferentes regiões do país, demonstrando que, em Minas Gerais, a faixa salarial predominante é de R$ 2.001,00 a R$ 3.000,00 representando 30,7% dos respondentes e, na sequência, é a faixa de R$ 1.001,00 a R$ 2.000,00, referente a 24,31%. Somando estes dois percentuais, encontra-se um contingente de 55,1% de profissionais cuja remuneração varia de R$ 1.000,00 a R$ 3.000,00. Segundo o CFESS (2022) estes dados revelam:

> um processo de rebaixamento do nível salarial e de empobrecimento da categoria profissional, que se insere no processo mais amplo de precarização e degradação das condições de vida da classe trabalhadora, mesmo que Assistentes Sociais façam parte do segmento de profissionais qualificadas/os com nível de formação universitária (CFESS, 2022, p.119).

Neste cenário, praticamente ¼ das/dos Assistentes Sociais (23,7%) buscam um segundo emprego com a finalidade de complementação salarial, conforme a tabela abaixo:

Tabela 10 - Duplo emprego

Possui mais de um vínculo de trabalho como Assistente Social?	**Frequência (%)**
Sim	23,7%
Não	76,3%
Total	**100**

Fonte: Relatórios de Fiscalização rotineira – Seccional JF – CRESS 6ª Região.

Diante do rebaixamento salarial e da instabilidade contratual, o fenômeno do duplo emprego ou do acúmulo de múltiplos vínculos emerge não como uma escolha individual, mas como uma estratégia de sobrevivência material imposta pela precarização (Raichelis, 2011; 2018). Mesmo com a conquista legal da jornada de 30 horas semanais sem redução salarial, muitos profissionais veem-se compelidos a assumir dois ou mais empregos — frequentemente em municípios distintos ou em instituições com vínculos frágeis — para recompor o valor de sua força de trabalho e garantir sua reprodução social (Raichelis, 2011). Essa dinâmica resulta na extensão da jornada real de trabalho e na intensificação das demandas, exigindo do profissional polivalência, cumprimento de metas produtivistas e disponibilidade permanente, especialmente com o avanço do trabalho remoto e das tecnologias da informação (Raichelis; Arregui, 2021).

Como consequência direta dessa superexploração e da dupla ou tripla jornada, Raichelis aponta o profundo desgaste físico e mental da categoria, evidenciado pelo crescimento dos índices de adoecimento ocupacional, sofrimento psíquico e perda da autonomia relativa no exercício profissional (Raichelis, 2013; 2020). Ao transitar apressadamente entre diferentes espaços sócio-ocupacionais e lidar com demandas cada vez mais complexas sob condições precárias, o assistente social enfrenta severos limites para a realização de uma intervenção crítica, investigativa e articulada com o projeto ético-político da profissão, o que compromete tanto a saúde do

trabalhador quanto a qualidade dos serviços prestados à população usuária (Raichelis, 2018; Raichelis; Arregui, 2021).

Ainda como rebatimento da reestruturação produtiva, em relação aos processos de trabalho, nos diversos espaços ocupacionais da/do Assistente Social, é significativo que tais espaços tenham sido atravessados por inovações tecnológicas e organizacionais**,** que atribuíram novas feições ao mercado de trabalho profissional.

Uma destas feições se refere ao que foi denominado como tendência à desprofissionalização[17], que vem ocorrendo em modalidades diferenciadas e complementares no exercício profissional, a começar pela situação de Assistentes Sociais que não trabalham em setores específicos do Serviço Social e que ocupam "cargos genéricos", conforme demonstram as tabelas abaixo:

Tabela 11 – Atua em Setor específico do Serviço Social?

Atua em Setor específico do Serviço Social?	**Frequência**
Sim	85%
Não	15%
Total	**100**

Fonte: Relatórios de Fiscalização rotineira – Seccional JF – CRESS 6ª Região

Tabela 12 - Nomenclatura do Cargo que a/o Assistente Social ocupa

(continua)

Nomenclatura do Cargo	**Frequência**
Analista do Seguro Social	8,5
Técnico de Referência Nível Superior	8,7
Assistente Social	61,4
Supervisor multiprofissional	0,87
Coordenadora de CRAS AS/CREAS e afins	8,5
Técnica do PAIF	0,87

[17] Conforme artigo publicado, em 2021, com o título "A Tendência à Desprofissionalização no Exercício Profissional no(a) Assistente Social: competências e atribuições privativas em debate", elaborado com base nos dados da fonte documental desta tese, em co-autoria com ALVES, E. M. ; EIRAS, A. A. L. T. S, publicado na revista do CRESS 6ª Região - Conexão Geraes.

(conclusão)

Nomenclatura do Cargo	Frequência
Residente em Serviço Social	0,87
Analista Executivo de Defesa Social	0,87
Supervisor de Desenvolvimento e Acessibilidade	0,87
Analista do Ministério Público	0,87
Total	**100**

Fonte: Relatórios de Fiscalização rotineira – Seccional JF – CRESS 6ª Região - 2018 - 2019

Tais nomenclaturas têm sido utilizadas em diversos espaços sócio-ocupacionais gerando:

> em algumas situações a perda da identidade profissional, e qualquer movimento por parte dos (as) Assistentes Sociais, no sentido de assegurar as particularidades de sua ação profissional pode ser considerado, como retrógrado, ou então, contrário às prescrições da política pública, na qual o (a) Assistente Social está inserido (a). Em alguns casos existe a pressão para que o (a) Assistente Social realize atividades para as quais não está habilitado (a), a exemplo das "oficinas terapêuticas", na área de saúde mental.
> Ainda acontece frequentemente, de o (a) Assistente Social confundir o cargo ou função ocupada por ele (a) com a profissão, sendo que não é a função atribuída pelo empregador que irá definir a qualificação profissional**.** Soma-se a isso, o aumento na designação genérica dos cargos, sobressaindo a requisição institucional diante da particularidade das profissões demandadas (Eiras, A. A. L. T. S, et al., 2021, p. 23).

Outro dado da pesquisa documental, que contribui para o cenário de "desprofissionalização" é o fato de que a maioria dos/dos Assistentes Sociais não possui um plano de trabalho, conforme demonstra a tabela abaixo:

Tabela 13 - Plano de Trabalho

(continua)

Possui Plano de Trabalho?	Quantidade de Assistentes Sociais %
Sim	29,9
Não	**56,2**

(conclusão)

Possui Plano de Trabalho?	Quantidade de Assistentes Sociais %
Em elaboração	12,3
Não informaram	1,74
Total	**100**

Fonte: Relatórios de Fiscalização rotineira – Seccional JF – CRESS 6ª Região.

Pode-se inferir que, a maioria das/dos Assistentes Sociais não elabora um plano de atuação para o Serviço Social, pela questão da sobrecarga, mas também por considerar que a normativa da política/programa no qual está inserido é a referência para o exercício profissional. Dentre os 29,9% das/dos Assistentes Sociais que relatam ter elaborado o plano de trabalho, muitos mencionaram que trata- se de um plano elaborado pela equipe, que em parte, reflete uma tendência da atual configuração das políticas sociais em preconizar o trabalho "interdisciplinar", diluindo as particularidades entre as profissões, o que pode ser interpretado como uma "redução de custos", diminuindo os recursos humanos bem como na ótica da "polivalência" preconizada pela reestruturação produtiva. Segundo Iamamoto (2002), esta situação evidencia um equívoco, já que "as diferenças de especializações que permitem atribuir unidade à equipe, enriquecendo-a e, ao mesmo tempo, preservando aquelas diferenças" (Iamamoto, 2002, p. 41).

No que diz respeito às condições éticas e técnicas para o exercício profissional a tabela abaixo demonstra a existência de situações precárias de trabalho, que podem interferir na qualidade dos atendimentos prestados por Assistentes Sociais, que contrariam as prescrições da Resolução CFESS nº 493/06.[18]

[18] Em 2006, mediante a expansão do mercado de trabalho das/dos Assistentes Sociais e as insatisfações da categoria profissional frente às suas condições de trabalho, o CFESS emitiu uma Resolução estabelecendo as condições éticas e técnicas para o exercício profissional e os parâmetros, relacionados à garantia do sigilo profissional e outros, como iluminação e ventilação.

Tabela 14 - Condições Éticas e Técnicas para o exercício profissional da/do Assistente Sociai - Resolução CFESS 493/06.

Condições Éticas e Técnicas	Frequência
Arquivo privativo	80,7
Iluminação	96,1
Ventilação	83,6
Recursos que garantam a privacidade para o sigilo	71,1
Já comunicou por escrito à instituição empregadora a ausência de condições éticas e técnicas para o exercício da profissão?	10,6

Fonte: Relatórios de Fiscalização rotineira – Seccional JF – CRESS 6ª Região, 2018-2019 – Respostas múltiplas.

Os dados demonstram que a maioria das/dos Assistentes Sociais dispõem de arquivo privativo, iluminação e ventilação, mas quase um terço das/dos profissionais (28,9%) informaram que a instituição empregadora não disponibiliza recursos que garantam a privacidade para o sigilo profissional. No entanto, o que é mais expressivo na tabela acima é que 89,4% das/dos entrevistados, comunicou por escrito à instituição empregadora a ausência de condições éticas e técnicas para o exercício da profissão. Quando indagados sobre os motivos da ausência desta interlocução com os seus empregadores, os profissionais relatam o receio por sofrerem algum tipo de represália ou constrangimento, o que em situações específicas pode se configurar como “assédio moral”, que tem sido uma prática frequente no trabalho de Assistentes Sociais. O assédio moral é interpretado aqui, como um fenômeno que não decorre de conflitos interpessoais isolados, mas das formas de gestão e controle da força de trabalho impostas pelo capitalismo contemporâneo. “Ampliam-se as relações entre trabalho e adoecimento, repercutindo na saúde física e mental dos trabalhadores, nas formas de objetivação e subjetivação do trabalho*”* (Raichelis, 2011, p. 421), sendo que a fragilidade dos vínculos torna as/os Assistentes Sociais mais suscetíveis ao assédio moral.

Uma pesquisa documental realizada pelo CRESS 6ª Região – Seccional de Juiz de Fora, sobre os registros de atendimentos realizados pelas Agentes Fiscais do Serviço de Orientação e Fiscalização (SOFI), constatou que, no ano de 2016, 18,7% foram referentes às relações de trabalho, com indícios da prática do assédio moral frente às seguintes situações: desrespeito à autonomia profissional; violação do sigilo;

desqualificação permanente do trabalho realizado; humilhações públicas; gritos; agressões verbais; isolamento institucional; exclusão das decisões; ocultação de informações; cobrança de resultados sem condições materiais; pressão para realização de práticas ilegais; impedimento do exercício das atribuições privativas; perseguições pessoais; adoecimento físico e psicológico. É interessante notar que os alvos dos assédios, geralmente são profissionais que:

> resistem a padronizações; questionam regras, normas e que rechaçam julgamentos de valor; que têm posicionamentos teórico, metodológico e ético-político consistentes que ameaçam a segurança de quem tem o controle e poder institucional; profissionais que abominam a moralização, departamentalização e fragmentação da questão social e, por fim, que defendem, de forma intransigente, o Projeto Ético-Político e o Código de Ética Profissional. O propósito da destruição, via assédio moral, é, em última análise, neutralizar todos os meios, seja veladamente ou não, para fazer com que a ou o profissional, que representa perigo, se retire do ambiente, seja induzindo a erros que culminem em seu despedimento, pedido de demissão, aposentadoria precoce, ou ainda, licença médica para tratamento de saúde (Simões et al., 2025, p.11).

Os dados da pesquisa documental (2018/2019) revelam que 6,84% das/dos Assistentes Sociais relataram situações conflituosas nas relações de trabalho, com indícios de assédio moral, causando “sofrimento ético”, desconforto e insegurança no trabalho, reforçando os dados do levantamento realizado no ano de 2016.

No que diz respeito às atividades profissionais das/dos Assistentes Sociais, a tabela abaixo não revela, de fato, as novas configurações e o processamento do trabalho profissional, já que nos “Relatórios de Orientação e Fiscalização”, essa questão é de múltipla escolha e apresenta como alternativas a competências e atribuições previstas 4º e 5º da na Lei 8.662/93, como se pode verificar na tabela abaixo.

Tabela 15 – Competências e atribuições da/do Assistente Social

(continua)

Competência ou atribuição	**Frequência**
Planejamento	**9,67**
Pesquisa/levantamentos	5,84
Encaminhamento de providências e orientação social a indivíduos, grupos e à população	**10,98**
Participação em processos seletivos de matéria de Serviço Social	1,21

(conclusão)

Competência ou atribuição	Frequência
Visitas domiciliares	**9,57**
Visitas institucionais	**8,76**
Estudos socioeconômicos	**7,15**
Vistorias em matéria de Serviço Social	0,20
Perícias técnicas em matéria de Serviço Social	0,91
Laudos periciais em matéria de Serviço Social	1,81
Pareceres em matéria de Serviço Social	5,74
Coordenação/realização de evento e palestras	**8,06**
Direção técnica de unidade/setor/equipe de Serviço Social	0,91
Supervisão de Estágio	4,63
Preceptoria/supervisão profissional	0,91
Participação em conselhos de políticas e direitos	**5,24**
Gestão de políticas	0,91
Gestão de equipamentos públicos	**0,70**
Execução de programas e projetos sociais	**5,04**
Elaboração de programas e projetos sociais	3,52
Gestão de programas e projetos sociais	1,91
Administração de benefícios	3,52
Assessoria/consultoria a instituições	**1,61**
Assessoria e apoio a movimentos sociais e populares	1,21
Total	**100**

Fonte: Relatórios de Fiscalização rotineira – Seccional JF – CRESS 6ª Região – Respostas múltiplas

Os dados acima demonstram que, a competência profissional mais realizada por Assistentes Sociais são os *"*encaminhamentos de providências e orientação social a indivíduos, grupos e à população", respondidas por 109 Assistentes Sociais, dentre os 114 respondentes. Na sequência, aparecem as ações de planejamento, as visitas domiciliares, as visitas institucionais, a coordenação de eventos e palestras e os estudos socioeconômicos.

Pelo exposto, nota-se que ainda prevalecem no trabalho de Assistentes Sociais as atribuições, que sugerem a utilização dos instrumentos de trabalho tradicionais do Serviço Social, tais como os atendimentos individuais e as visitas domiciliares. No entanto, revelam as novas competências atribuídas aos Assistentes Sociais, de forma expressiva, que estão relacionadas às políticas sociais em nível de planejamento, elaboração, assessoria e de gestão de políticas e equipamentos públicos, que

totalizam 18,3% dos respondentes. A incorporação de tais competências e atribuições, por um lado, representa uma conquista para a profissão, colocando-a em um outro patamar de reconhecimento quanto às suas habilidades profissionais. Por outro lado, torna o Serviço Social ainda mais permeável ao ideário pós-moderno, já que *"*um dos núcleos duros que sintoniza o discurso pós-moderno com o exercício profissional" está na gestão de políticas*"* (Iamamoto, [s. d.], p. 41).

Merece destaque nas atribuições privativas da/do Assistente Social, a supervisão de estágio, cuja incidência nesta pesquisa é de 4,63% das respostas. Um dos itens do "Relatório da visita de Orientação e Fiscalização" aprofunda questões sobre as condições em que o estágio supervisionado se efetiva. As tabelas abaixo demonstram esta realidade e reforçam a fragilidade da formação profissional frente à mercantilização da política de educação no país ,como já sinalizado acima.

Dentre as/os Assistentes Sociais que receberam a visita do CRESS 6ª Região, 28,8% exercem a atribuição privativa de supervisão de estágio, sendo que a grande maioria ocorre em espaços socio- ocupacionais da política de Assistência Social: CRAS (33,3%); Departamento de Políticas da Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos (3,5%); Secretaria Municipal de Assistência Social (12%); CREAS (7%), totalizando 55,8% dos respondentes. Dentre os estagiários/as, 16,6% cursam o Serviço Social em instituições de ensino superior privadas, na modalidade do ensino à distância (EAD), conforme demonstram as tabelas abaixo.

Tabela 16 – Espaços sócio-ocupacionais em que os estagiários estão inseridos

(continua)

Espaços sócio-ocupacionais	Percentual de Assistentes Sociais
CRAS	**33,3**
CAPS	23,2
Hospital	7,0
ONG/Associação	7,0
Departamento de Políticas da Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos	3,5
SMAS	12
CASM	3,5

(conclusão)

Espaços sócio-ocupacionais	Percentual de Assistentes Sociais
PROGRAD/UFJF – Comissão de Análise de Documentos de Matrícula	3,5
CREAS	7,0
Total	**100**

Fonte: Relatórios de Fiscalização rotineira – Seccional JF – CRESS 6ª Região.

Tabela 17 – Modalidade de ensino dos estagiários

Modalidade de ensino	Percentual de Assistentes Sociais
Público presencial	83,3
EAD	16,6
Total	100
Total	**100**

Fonte: Relatórios de Fiscalização rotineira – Seccional JF – CRESS 6ª Região.

Ao serem indagados se *as condições para a realização da supervisão direta de estágio estavam asseguradas, de acordo com a Resolução CFESS 533/2008*, apenas 21% das/dos respondentes afirmaram haver a elaboração conjunta de plano de estágio e 18,4%, o acompanhamento de supervisão acadêmica, que são exigências contidas na referida resolução. É importante ressaltar, que tais respostas se referem à supervisão de estagiários/as das duas modalidades de ensino, sinalizando que os estágios nem sempre acontecem de acordo com as normativas da profissão, o que sinaliza um distanciamento do projeto de formação profissional, que consiste em um dos pilares do projeto ético político do Serviço Social.

Tabela 18 – Principais desafios e dificuldades no exercício profissional

(continua)

Desafios	Quantidade de Assistentes Sociais %
Ausência de recursos financeiros e materiais/estrutura física	13,7
Dificuldades para inscrever a instituição no CMAS	0,49
Mal funcionamento da rede de atendimento aos usuários na saúde	1,96
Articulação entre as políticas de trabalho e emprego e a política de Assistência Social	0,49
Relações com as empresas, no sentido de assegurar a não precarização do trabalho do aprendiz	0,49
Assegurar a autonomia profissional	**7,35**
Reafirmar as competências e atribuições profissionais/requisições indevidas	4,41
Tendência em diminuir a socialização das informações para os usuários do INSS	0,49
Tentativas de descaracterizar/descontruir o Serviço Social na instituição.	0,98
Ausência de coordenação para o Serviço Social	0,49
Adesão da população aos programas e projetos	1,47
Relação com os órgãos de sistema de justiça, devido à imposição de prazos para a realização de estudos sociais, solicitações abusivas, com desrespeito ao sigilo profissional.	2,45
Falta de compreensão da população e/ou de outros profissionais da rede, sobre o trabalho do Assistente Social.	**4,41**
Os baixos salários praticados no mercado de trabalho/isonomia salarial	**4,41**
Repercussão nos municípios da crise em que o país está atravessando	0,49
Escassez de recursos humanos: o número de Assistentes Sociais é insuficiente para atender à totalidade das demandas que chegam ao Serviço Social/ Sobrecarga de trabalho.	**11,27**
Interferência política no trabalho do Assistente Social (“politicagem”) /clientelismo/paternalismo.	3,43
Ausência de condições adequadas para a realização do trabalho (sala, ventilação, condições que assegurem o sigilo, condições para realizar serviços externos))	**13,2**
Ausência de capacitação para o exercício profissional	0,49
Falta de reconhecimento e valorização profissional, por parte da instituição empregadora.	1,47

(continuação)

Desafios	Quantidade de Assistentes Sociais %
Compreender a área da saúde mental e construir um conhecimento específico/inserção do Serviço Social na Saúde Mental.	2,45
Garantir a manutenção das políticas de saúde do trabalhador	O,49
Ampliar a atuação dos Assistentes Sociais para além das bolsas estudantis	0,49
Dificuldades de se trabalhar em equipe multiprofissional.	1,47
Elaboração de pareceres sociais para a concessão de medicamentos.	0,49
Dificuldade para assegurar integralmente os direitos dos usuários.	1,47
Retrocessos da política de saúde mental	0,49
Não soube informar as dificuldades/ Não entendeu a questão	0,49
Ter uma boa representatividade da categoria no município.	0,49
Questões culturais do município em que atua dificultam a abordagem e a intervenção profissional, por parte do Assistente Social.	0,49
As questões de violência e de redução dos direitos sociais em relação aos adolescentes atendidos e escassez das políticas públicas para adolescentes.	0,49
Dificuldades para ofertar um serviço de qualidade à população em decorrência da atual configuração da política de Assistência Social do município e/ou sobrecarga de trabalho.	0,98
Relações muito hierarquizadas na instituição.	0,49
O papel do Serviço Social na epidemiologia ainda não está consolidado.	0,49
Dificuldades de planejamento e execução da política de Assistência Social no município/práticas assistencialistas.	0,98
Características das pessoas em “situação de rua” de desmotivação e dependência química.	0,49
As expressões da questão social/ As mazelas que as famílias vivenciam.	1,47
Cumprimento, por parte do empregador, da lei que prevê a jornada de trabalho de 30 horas semanais para o Assistente Social.	0,98
Judicialização da questão social	0,49
Falta de resolutividade das situações acompanhadas pelo Serviço Social	0,98
Insegurança em relação à continuidade dos programas, devido à atual conjuntura política do país.	0,49

(conclusão)

Desafios	Quantidade de Assistentes Sociais %
Acúmulo de cargos (atua como Coordenadora e Assistente Social do NASF.	0,49
Falta de agilidade no atendimento ao usuário.	0,49
Dificuldades de relacionamento de trabalho com outros profissionais da rede de atendimento	0,98
Desafios relacionados à conjuntura nacional quanto à assistência estudantil.	0,49
Falta de capacitação para lidar com os sistemas de informática.	0,49
Exigência da instituição para que as visitas sejam realizadas em dupla.	0,49
Insuficiência de carga horária para que o trabalho se efetive satisfatoriamente	0,49
Ausência de uma equipe de trabalho	0,49
Considera que não tem desafios	0,49
Total	**100**

Fonte: Relatórios de Fiscalização rotineira – Seccional JF – CRESS 6ª Região – Respostas múltiplas

A análise da tabela acima, sintetiza os impactos dos processos sociais em curso no Brasil e no mundo, desencadeados a partir da crise do capital, na realidade das condições e relações de trabalho de Assistentes Sociais, no âmbito das políticas sociais. As maiores dificuldades enfrentadas pelos profissionais se referem à ausência de recursos financeiros e materiais/estrutura física (13,7%); ausência de condições adequadas para a realização do trabalho: sala, ventilação, condições que assegurem o sigilo, condições para realizar serviços externos (13,2%); escassez de recursos humanos: o número de Assistentes Sociais é insuficiente para atender à totalidade das demandas que chegam ao Serviço Social/ sobrecarga de trabalho (11,27); os baixos salários praticados no mercado de trabalho/isonomia salarial (4,41%); a falta de compreensão da população e/ou de outros profissionais da rede, sobre o trabalho do Assistente Social(4,41%); Interferência política no trabalho do Assistente Social (clientelismo/paternalismo (3,43%); relações de trabalho ruins/assédio moral (2,94%).

Após a constituição deste solo histórico, sobre o qual se efetiva o trabalho das/dos Assistentes Sociais, no próximo capítulo serão apresentados os resultados da pesquisa realizada com Assistentes Sociais, através do grupo focal.

O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro é pautado nos fundamentos da modernidade, sobretudo na tradição marxista. Entretanto, neste contexto histórico, favorável à difusão do ideário da pós-modernidade, onde o Estado se inspira no ideário neoliberal, de forma sutil e segmentada, a pós-modernidade se expressa no Serviço Social, disseminada predominantemente, no âmbito do exercício profissional.

As transformações societárias, que fragilizaram as condições e as relações de trabalho de Assistentes Sociais de assistentes sociais, tornaram a profissão ainda mais permeável ao ideário pós-moderno, entendido aqui com um dos ingredientes que compõe o movimento de busca pela valorização do capital.

Esta discussão será afunilada com dados do grupo focal, com a finalidade de buscar indícios da influência do ideário pós-moderno no Serviço Social, no trabalho e no discurso das/dos Assistentes Sociais.

4 PÓS MODERNIDADE E SERVIÇO SOCIAL

Este estudo tem por finalidade identificar no trabalho de Assistentes Sociais a influência do ideário pós-moderno e, para tanto, à luz do referencial teórico dos capítulos 2 e 3, será realizada uma análise dos dados obtidos através da realização de um grupo focal, com Assistentes Sociais que exercem a profissão em municípios da Zona da Mata Mineira, no âmbito da política de assistência social

O grupo focal é definido como uma técnica de pesquisa qualitativa, que se origina das entrevistas em grupo, sendo empregada para a coleta de informações por meio das interações entre os participantes. O principal objetivo dessa abordagem é reunir dados detalhados sobre um tema específico, que pode ser sugerido por um pesquisador, coordenador ou moderador do grupo, a partir de um conjunto de participantes cuidadosamente selecionados. Essa técnica visa captar informações que permitam compreender percepções, crenças e atitudes relacionadas a um determinado assunto, produto ou serviço (Bomfim, 2009).

No caso desta pesquisa, o objetivo do grupo focal foi o de identificar a influência do ideário pós-moderno no trabalho das/dos Assistentes Sociais, através de um roteiro (Apêndice 02) com 6 questões, elaborado pela pesquisadora. O grupo foi coordenado pela pesquisadora e participaram outros três Assistentes Sociais como observadores, sendo que a interlocução posterior foi possível somente com um dos observadores.

A reunião do grupo focal foi *on-line*, pela plataforma *Google-Meet* e contou com a participação de oito Assistentes Sociais que receberam a visita de fiscalização do CRESS 6ª Região, nos municípios da Zona da Mata Mineira, nos anos de 2018 ou 2019, estando, portanto, contempladas também na fonte documental, ou seja, estão entre as/os 114 Assistentes Sociais que passaram pela fiscalização rotineira nos anos acima mencionados e representam 7,01% dos profissionais.

A escolha das/dos profissionais teve dois critérios: estar incluído/a na pesquisa documental e exercer a profissão na política de Assistência Social.

O recorte com Assistentes Sociais que exercem a profissão, nos órgãos da política de Assistência Social, se deve ao fato de que nos últimos tempos, tendo como marco o reconhecimento da Assistência Social como uma política pública, através da Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, em 2004, pode se considerar esta política como estruturadora e

articuladora das demais políticas, já que se tornou a principal estratégia para o enfrentamento da pobreza. Ademais, a Assistência Social é a área que mais emprega os/as Assistentes Sociais da Zona da Mata Mineira (34,2% exercem a profissão em órgãos da política de Assistência Social e outros 11,4%, em entidades privadas, que estão inseridas na rede de atendimento desta política, conforme demonstrado no capítulo 3.

O perfil das Assistentes Sociais foi atualizado através de um questionário (Apêndice B), já que os “Relatórios de Visita de Orientação e Fiscalização” foram preenchidos nos anos de 2018 e 2019 e inclusive alguns profissionais não se encontram mais no espaço socio- ocupacional onde receberam a visita de fiscalização do CRESS 6ª Região. No entanto, as respostas das participantes se deram, considerando o espaço socio- ocupacional em que a profissional se encontrava anteriormente (2018 ou 2019).

A totalidade das Assistentes Sociais é do gênero feminino e 37,5% graduaram-se em instituições de ensino superior – IES - de natureza pública e, a maioria, 62,5%, em IES de natureza privada. Dentre estas, prevalece a modalidade presencial e apenas 12,5% graduaram-se na modalidade do ensino à distância. Estas profissionais, majoritariamente são contratadas como “Assistentes Sociais” e, apenas 12,5% ocupam o cargo de “coordenadora”. Quanto aos vínculos empregatícios, estão assim distribuídos: estatutário, 62,5%; contrato temporário, 25% e cargo comissionado, 12,5%.

O grupo focal foi realizado com a finalidade de identificar tendências no exercício da profissão, que sinalizam a influência do ideário pós-moderno no trabalho e no discurso de Assistentes Sociais, considerando que a pesquisa bibliográfica realizada não identificou produções teóricas que tratassem especificamente desta questão.

A dinâmica utilizada no grupo focal, para a discussão da temática, foi norteada pelo roteiro de questões que foram respondidas livremente pelas participantes.

Neste capítulo, serão apresentados os principais temas que permearam as discussões do grupo focal, conforme o roteiro, buscando-se destacar as

convergências e divergências entre os participantes, ilustrando de forma apenas pontual, com algumas falas das participantes[19].

As Assistentes Sociais que participaram do grupo focal, em sua totalidade, exercem a profissão na área da Assistência Social, sendo 37,5% nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS); 37,5% na Secretaria Municipal de Assistência Social e 25% nos Centros de Referência da Assistência Social (CREAS). Destarte, cabem algumas considerações sobre a atual configuração da política social de Assistência Social.

No cenário atual, existem projetos em disputa quando à concepção de política social, sendo que uma das antinomias se localiza na universalização versus focalização, conforme aponta Vianna (2008), havendo um empobrecimento das discussões sobre a questão social e sobre as formas de enfrentá-la.

No Brasil, atualmente, sob a égide do neoliberalismo, não há opções quanto à proposição de políticas, como se a controvérsia entre universalismo e focalização estivesse obsoleta, com a revelação da verdade de que "política social é política para os pobres" (Vianna, 2008, p.11), sendo mais preocupante ainda a ausência de um referencial teórico para subsidiar as discussões acadêmicas. Sendo assim, ainda segundo a mesma autora,

> a realidade parece ter tomado definitivamente a dianteira sobre a teoria. Com isso, a realidade torna-se hiper-real e parece teorizar-se a si mesma. Essa autoteorização da realidade é o outro lado da dificuldade das nossas teorias em darem conta do que se passa e, em última instância, da dificuldade em serem diferentes da realidade que supostamente teorizam [...] a teoria passa a ser a própria realidade, na medida em que esta se autoexplica (Vianna, 2008, p.12).

É notório que tanto nos trabalhos sobre política sociais, quanto sobre a questão social, ganham destaque as descrições empíricas e as metodologias utilizadas, em prejuízo da teoria. Embora tenha seus méritos, com utilização de sofisticadas técnicas diagnósticos, estatísticas, indicadores e modelos, esta abordagem empírica é insuficiente para se compreender a realidade. No entanto, as fundamentações teóricas e as discussões acadêmicas tornam-se dispensáveis, sinalizando, nas palavras de Vianna (2008), "o mito do "fim" – da história, da ideologia – se aplicaria

[19] As falas dos entrevistados apresentam-se em itálico, para diferenciar das citações diretas.

aos antagonismos na esfera da teoria econômica, social, política etc.” (Vianna, 2008, p.14).

A vertente hegemônica da política social atual apresenta duas características marcantes que a definem como inovadora e a posicionam alinhada às premissas do neoliberalismo contemporâneo. A primeira delas é o fomento ao protagonismo empresarial como ferramenta para promover a inserção social. A segunda reside no "moderno" assistencialismo, fundamentado em programas de transferência de renda voltados à população vulnerável, atrelados ao cumprimento de contrapartidas. Sob essa ótica, o empreendedorismo — sobretudo em sua vertente social — passou a ser visto como a solução definitiva para os impactos negativos da globalização econômica, sob a premissa de introduzir os indivíduos de baixa renda na dinâmica do livre mercado. No cenário brasileiro, essa abordagem para mitigar as desigualdades sociais serve de base para diversas iniciativas do governo federal — a exemplo do PROGER, PROGER-Jovem Empreendedor, Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) e Projovem —, além de múltiplos projetos desenvolvidos nas esferas estadual e municipal. (Vianna, 2008).

Outra questão, que merece destaque, a respeito do formato da política de assistência social é o debate sobre pobreza e a exclusão, que são desvinculadas dos determinantes da divisão capitalista do trabalho e por conseguinte das classes sociais. Sendo assim,

> as categorias específicas, que são alvo das políticas sociais públicas, são tratadas sob o signo da “exclusão”, das “vulnerabilidades”, das “fragilidades” dos “riscos sociais”, em que as contradições de classe são diluídas nas “diferenças”: *famílias, crianças e adolescentes, idosos, portadores de necessidades especiais,* etc. (Iamamoto, [s. d.], p. 40).

O trecho abaixo ilustra como a “exclusão social” aparece na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde – NOB/SUAS (2005):

> Além de privações e diferenciais de acesso a bens e serviços, a pobreza associada à desigualdade social e a perversa concentração de renda, revela-se numa dimensão mais complexa: a exclusão social. O termo exclusão social confunde-se, comumente, com desigualdade, miséria, indigência, pobreza (relativa ou absoluta), apartação social, dentre outras. Naturalmente existem diferenças e semelhanças entre alguns desses conceitos, embora não exista consenso entre os diversos autores que se dedicam ao tema. Entretanto, diferentemente

> de pobreza, miséria, desigualdade e indigência, que são situações, a exclusão social é um processo que pode levar ao acirramento da desigualdade e da pobreza e, enquanto tal, apresenta-se heterogênea no tempo e no espaço (NOB SUAS, 2005, p. 36).

Martins (2002) faz uma reflexão crítica sobre o "rudimentar recurso de classificar grupos e pessoas como excluídos e incluídos", [...] a novidade da chamada exclusão social é a sua velhice renovada" (Martins, 2002, p.11). Em outros termos, o autor está se referindo ao fato de que a exclusão foi própria das sociedades estamentais, que carregava rígidas diferenciações sociais. No caso do Brasil, durante todo o período colonial e o período imperial, que deixaram marcas no presente, seja nas diferenças raciais, mas também entre "*brancos e brancos, entre nobres e pobres, entre cavaleiros e peões*" (Martins, 2002, p.14). Para o autor, portanto, o grande desafio atual é compreender o renascimento das modalidades de diferenciação social que

> imputam a determinadas pessoas lugares sociais não participativos, excludentes, como se elas não pertencessem ao gênero humano das demais. Sobretudo, o desafio é o de compreender que os mecanismos de diferenciação social de classes, que seriam próprios da sociedade contemporânea, foram diversificados e complementados por formas excludentes de diferenciação. Deram lugar ao que, de modo geralmente impreciso, vem se chamando de exclusão social. Em nossa atualidade, para parafrasear Jorge Orwell, todos são iguais, mas alguns são mais iguais. Diferente de antes, em que as relações sociais, não estavam permeadas por uma ideologia de igualdade social: as pessoas eram desiguais porque nasciam desiguais, o que fazia com que só algumas tivessem direitos, isto é, privilégios (Martins, 2002, p.16).

Nesta ótica de análise, Martins (2002) denuncia uma "*consciência reacionária da pobreza"* que se refere aos pobres como "*desprivilegiados*" (Martins, 2002, p. 16). Em outros termos, a inclusão se daria, através de privilégios e não de direitos sociais e políticos, não havendo questionamentos críticos quanto aos fundamentos estamentais da desigualdade social e da exclusão. Martins (2002), portanto, denuncia as contradições e irracionalidades da sociedade contemporânea.

Para Martins (2002), a dualidade entre "*excluídos ou incluídos*" (p.11) é uma alternativa falaciosa, na medida em que a sociedade simultaneamente exclui, mas inclui e integra, gerando formas desumanas de participação, tornando-as condição de privilégios e não de direitos.

A classificação das desigualdades sociais como “exclusão social”, em parte, revela que a classe operária não tem mais centralidade na consciência social dos militantes dos movimentos populares e, portanto, das lutas sociais.

O autor acrescenta que “é inútil tentar encontrar uma identidade para o capitalismo e um diagnóstico para as suas irracionalidades na categoria de exclusão*”* (2002, p.19)*,* que, no seu entendimento, é imprecisa. Entretanto, o autor ressalta a importância da reflexão sobre o capitalismo atual, a partir da visão política e social, que, de forma intuitiva, o homem comum reconhece que está vivendo em uma “sociedade que visivelmente descarta e secundariza pessoas*”* (Martins, 2002, p.19).

Na verdade, a categoria exclusão expressa uma fragilidade teórica para a análise dos problemas sociais que se expressam na sociedade contemporânea, que de fato nada mais são do que resultantes do ordenamento capitalista.

Questionando o porquê de se utilizar a categoria “exclusão” em substituição a “pobre” ou “marginalizado”, Martins (2002) diz:

> no final das contas, os agentes de pastoral, os religiosos, os militantes das causas humanitárias, das causas partidárias oscilam, ao longo do tempo, nessa busca imprecisa de uma palavra que diga o que os pobres são ao invés de uma busca precisa que diga o que os pobres querem (Martins, 2002, p.19).

Segundo Martins (2022), “a vivência real da exclusão é constituída por uma multiplicidade de dolorosas experiências cotidianas de privações, de limitações, e também de inclusões enganadoras*” (*Martins, 2003, p.21*).*

Para Vianna (2008), quando discorre sobre a inclusão, tem-se que:

> uso frequente da terminologia da inclusão, substitutiva, por exemplo, da integração e, sobretudo, da exploração. Incluído não é – como postulariam teorias rivais – o cidadão portador de direitos civis, políticos e sociais; é o produtor/consumidor de mercadorias, ainda que a mercadoria circule somente na informalidade. A marca da “inclusão” deixa de ser o vínculo empregatício e passa a ser o CPF que habilita o indivíduo a transitar numa instituição bancária, ainda que seja um banco somente para pobres (Vianna, 2008, p.134).

Outra questão relevante sobre a regulamentação da política de Assistência Social, segundo Iamamoto [s. d.], é a centralidade que se dá à família:

> uma política pública de Assistência Social deve levar em conta três vertentes de proteção social: *às pessoas e suas circunstâncias* e

> dentre elas seu núcleo de apoio primeiro, isto é, *a* ***família*****.** A proteção social exige a capacidade de maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que *riscos, vulnerabilidades se constituem* (Política Nacional de Assistência Social, 2004, p. 7, apud Iamamoto, [s. d.], p. 40, grifo nosso).

Sobre a família, Martins (2002) considera que, com o desenvolvimento do capitalismo, ela se transformou em um "protótipo do trabalhador coletivo, o salário tende a ser o salário da família e não propriamente o salário do indivíduo" (Martins, 2002, p. 29). Isto implica em afirmar que as entradas e saídas cíclicas do mercado de trabalho, dos indivíduos, são atribuídas à família. Em outros termos, "o sistema transfere para o grupo familiar, parte de suas irracionalidades, isto é, o próprio custo social de transição para um modelo de capitalismo tecnicamente mais desenvolvido" (Martins, 2002, p. 30).

Na análise da autora, na citação acima, fica implícito, que Iamamoto denomina como,

> uma segmentação entre a política econômica, que é naturalizada e aceita resignadamente – e a política social. Essa sim passível de iniciativas distributivas e inovadoras, sob o comando do Estado, estimuladora da participação cidadã dos sujeitos nos canais abertos para a sua regulação e controle, segmentados da luta dos movimentos de classe, erigidos a condição de "parceiros" do Estado. Acresce-se a adesão aos "mínimos sociais" na definição das contrapartidas do Estado, passíveis de redistribuição para os segmentos "vulnerabilizados", reduzidos aos "mínimos biológicos" para os segmentos miseráveis, contrapartida da "naturalização das necessidades sociais", destituídas de seu caráter histórico e moral, fruto das lutas e conquistas dos trabalhadores *(*Iamamoto, [s. d.], p. 41).

Neste sentido, a autora [s. d.] identifica como um grande desafio para o Estado neoliberal, a criação de instrumento para o enfrentamento da pobreza, sendo este um terreno fértil para a:

> razão subjetiva, formalizada e instrumental". Para tanto há uma valorização dos "mecanismos formais de controle e avaliação de políticas, segundo critérios de eficiência e eficácia, mediante o apoio de sofisticados programas de informática para a quantificação e a distribuição territorial da pobreza (Iamamoto, [s. d.], p.41).

Cria-se, portanto, um ambiente profícuo para a difusão do pragmatismo, da burocratização e do tecnicismo, ainda que “embalado por discurso político com ingredientes messiânicos” (Iamamoto, [s. d.], p.41).As normas operacionais básicas das políticas sociais exemplificam esta forma de gerir a pobreza, por parte do Estado, onde o controle das informações e previsão dos resultados obtidos, entre outros elementos, adquirem uma importância fundamental. Essa lógica, portanto:

> conduz a um desterro da grande política, à despolitização das demandas democráticas e à razão miserável, que não é excludente com a definição de objetivos grandiosos no campo da subjetividade. Assim, o protesto subjetivo se metamorfoseia na reprodução mimética do instituído, em detrimento de suas contradições, que, ao serem reconhecidas, passam a ser objeto de regulação, alvo do controle governamental, mediante o apoio da “sociedade civil”, sinônimo das organizações não-governamentais, que partilham da implementação das políticas públicas. (Iamamoto, [s. d.], p.42, grifos nossos).

É neste cenário, que apresenta uma nova configuração para as políticas sociais, aos moldes do neoliberalismo e do ideário pós-moderno, que os/as Assistentes Sociais se situam no mercado de trabalho.

Feitas estas considerações sobre a política de assistência social se passará à análise das discussões do grupo focal.

A primeira questão apresentada ao grupo foi : “qual o referencial teórico e os autores que vocês utilizam para o exercício da profissão*?”*

A análise qualitativa dos dados relacionados à questão acima evidencia, inicialmente, a **prevalência do referencial normativo-legal sobre os fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social,** no qual o trabalho da/do Assistente Social passa a ser norteado majoritariamente por legislações, estatutos e resoluções institucionais — como a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) — em detrimento dos referenciais da formação do Assistente Social. Esse fenômeno é intensificado pela sobrecarga de trabalho e pelo imediatismo das demandas institucionais, caracterizados por rotinas exaustivas, que em certas situações extrapolam a jornada regulamentar de 30 horas, atingindo 40 horas semanais. O imediatismo das demandas atua como uma barreira à atualização teórica, relegando o estudo a

consultas fragmentadas e rápidas na internet, devido ao esgotamento físico das profissionais.

Ademais, emergem expressivas tensões institucionais e interferências políticas que comprometem a autonomia profissional, especialmente em municípios de pequeno porte. Nesses contextos, as dinâmicas locais de coronelismo e assistencialismo desafiam a aplicabilidade da Norma Operacional Básica (NOB) pelas chefias, gerando constantes dilemas éticos relacionados ao sigilo profissional e à emissão de pareceres para benefícios eventuais. Essa fragilidade é aprofundada pela precarização dos vínculos trabalhistas, na qual regimes de contratação temporária e a coexistência desigual entre servidores efetivos e prestadores de serviço tornam, na visão das profissionais, as diretrizes da NOB-RH, em certos casos inexequíveis,

Por fim, a fala das participantes revela posicionamentos diferenciados. Parte do grupo adota uma postura pragmática e adaptada ao cumprimento das normativas vigentes face à escassez de tempo, outras profissionais sustentam uma posição mais questionadora, defendendo a centralidade do Projeto Ético-Político do Serviço Social e da teoria crítico-dialética de matriz marxista para a decodificação das relações de classe e da questão social.

No entanto, as respostas individuais e as reflexões do grupo não demonstram a apreensão da perspectiva marxista para iluminar o trabalho profissional. Somente duas Assistentes Sociais mencionaram se pautar no referencial teórico metodológico marxista. Uma delas, se considere desatualizada teoricamente, das discussões no campo marxista, mas acredita ser impossível trabalhar na política de assistência social se:

> *não der conta de relação de classe, se você não der conta das questões sociais envolvidas naqueles vários momentos, em várias conjunturas [...] eu uso muito a Aldaíza Sposati, eu acho que é uma luz para mim, nas minhas dificuldades, principalmente, que são imensas, né, todos os dias [...].* (Assistente Social B, grupo focal, 24.06.2025).

Já a Assistente Social H, se refere ao materialismo histórico dialético, mas de uma forma abstrata e na mesma fala, reforça o uso da legislação como uma referência para o exercício profissional.

> *eu acho que eu sempre utilizei, principalmente na atuação do CRAS, o projeto ético-político de Serviço Social. Fundamentado também na perspectiva crítico-dialético, com base na teoria de Karl Marx, [...]. A atuação é muito voltada na legislação das normativas do SUAS, como no PNAS, na NOB-SUS, no RH (Assistente Social H, grupo focal, 24.06.2025).*

É importante registrar que a utilização das normativas das políticas sociais é imprescindível no exercício da profissão, em qualquer política social em que o Assistente Social esteja atuando e, que, a existência das mesmas representa conquistas de direitos sociais através das lutas históricas da classe trabalhadora.

No entanto, a preocupação em relação aos dados acima é a de que tais normatizações se tornem a referência exclusiva para o exercício da profissão e consideradas como "referencial teórico".

Reforça a preocupação acima, o fato de que, na fonte documental, que engloba profissionais de diversas áreas, as/os Assistentes Sociais não estejam se capacitando profissionalmente, de forma mais abrangente, a partir dos fundamentos teórico-metodológicos, éticos e políticos do Serviço Social, mas buscam aperfeiçoamento da técnica para atuarem na política em que estão exercendo a profissão, o que se justifica, também, pelo incentivo das instituições empregadoras. Em muitos depoimentos das/dos Assistentes Sociais fica subentendido que as leis, as normatizações e os procedimentos operacionais da política social são considerados por estes como a "*referência teórica"* para o Serviço Social.

Os dados da fonte documental foram majoritariamente trabalhados no capítulo três. No entanto, os que dizem respeito às legislações que referenciam o trabalho de Assistentes Sociais, serão apresentados aqui, no sentido de ampliar e qualificar a análise sobre a questão. Os dados da fonte documental confirmam a hipótese de que há uma tendência de supervalorização das normativas da política, não só da de assistência social. Neste sentido, as legislações sociais passam a ser a referência predominante no exercício profissional em substituição aos fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social.

Os dados da fonte documental incluem Assistentes Sociais inseridos nas três políticas da seguridade social (assistência social, saúde e previdência social), o campo sociojurídico, educação, entidades da sociedade civil). Quando estes profissionais foram indagados sobre as legislações que referenciam o seu trabalho,

chama a atenção a incidência de respostas referentes à legislação da política de assistência social, que somadas aparecem em 68,5% das respostas e que a Lei 8.662/1993, que regulamenta a profissão do Assistente Social, apareça em apenas 23,6% das respostas. A tabela abaixo revela estes dados:

Tabela 19 - Legislações que referenciam o Trabalho dos Assistentes Sociais

(continua)

Legislação	Quantidade de Assistentes Sociais %
Código de Ética Profissional do Assistente Social - Resolução CFESS nº 273/1993	**65,7**
Lei de Regulamentação da profissão da/do Assistente Social - Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993	23,6
Normatizações CFESS (Resoluções CFESS, Parâmetros para atuação da/do Assistente Social na política de Saúde, Parâmetros para atuação do Assistente Social na Assistência Social) - Resoluções do CFESS.	19,2
Legislações e Normativas da Política de Assistência – LOAS – Decretos sobre o BPC e outras NOB/SUAS	**69,4**
Estatutos por segmentos: Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 Estatuto da Pessoa Idosa - Lei nº 14.423/2022. Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015	**51,6**
Constituição Federal de 1988	9,6
Legislação municipal específica – leis, decretos, resoluções e portarias municipais relacionadas à política/serviço em que atua.	5,2
Lei Orgânica da Saúde – nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 – participação da comunidade e transferências intergovernamentais de recursos do SUS.	13,1
Coletânea de Leis elaborada pelo conjunto CFESS/CRESS	3,5
Portaria GM/MS nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011 – institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), incluindo os serviços relacionados à atenção psicossocial.	12,2
Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024 - Política Nacional de Assistência Estudantil – PNAES	2,6
Planos de Benefícios da Previdência Social; Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999 – Regulamento da Previdência Social - Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991	5,2

(continuação)

Legislação	Quantidade de Assistentes Sociais %
Concessão passe livre às pessoas com deficiência comprovadamente carentes no transporte coletivo interestadual - Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994	0,85
Auxílio doença - Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, especialmente arts. 59 a 63. Atualmente, a denominação previdenciária é benefício por incapacidade temporária. A lei também disciplina a reabilitação profissional.	0,85
Lei 8069/90	0,85
Lei da acessibilidade - nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 – complementarmente, Lei Brasileira de Inclusão - nº 13.146/2015 –	0,85
Orientações técnicas para acolhimento de Crianças e Adolescentes - Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 1, de 18 de junho de 2009.	0,85
Lei 10.741	0,85
Lei 12.435	0,85
Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha.	0,85
Lei de Cotas para educação superior: Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 –regulamentação pelo Decreto nº 7.824/2012 e normas do MEC.	0,85
Portaria 18 do MEC	0,85
Lei de adoção - nº 12.010, de 3 de agosto de 2009, que aperfeiçoa a sistemática de garantia do direito à convivência familiar; deve ser lida conjuntamente com o ECA – Lei nº 8.069/1990.	0,85
Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil.	0,85
Lei de Execução Penal - Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal – LEP.	0,85
Resoluções da SEAP	0,85
Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social da ABEPSS (1996); no âmbito da legislação educacional, Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social.	0,85
Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE - Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).	1,7
Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD - Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.	1,7
Lei do estágio - Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008	1,7

(conclusão)

Legislação	Quantidade de Assistentes Sociais %
Matriz Teórico metodológica do SS na previdência	5,2
Manual da reabilitação profissional	1,7
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 – Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União.	0,85
Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal - Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994	0,85
Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); Constituição Federal de 1988; Lei nº 13.445/2017, entre diversas normas específicas de direitos humanos.	0,85
Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC.	0,85
Portaria 2413 – regula o cuidado prolongado	0,85
Não se referência em nenhuma legislação específica.	0,85
Lei da Aprendizagem – nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000	0,85
Política Nacional para a População em Situação de Rua - Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009	0,85
Normatizações do Programa de Inclusão Produtiva - normativas do SUAS, programas de inclusão produtiva e qualificação profissional.	0,85
Não souberam informar	6,1

Fonte: Relatórios de Fiscalização rotineira – Seccional JF – CRESS 6ª Região.

Sintetizando as informações da tabela acima, observa-se que as Legislações e Normativas da Política de Assistência (LOAS, Decretos do BPC e NOB/SUAS) são as mais citadas pelos/as entrevistados/as, atingindo 69,4%**.**

Esse dado indica que a maioria expressiva das(os) profissionais tem o seu trabalho voltado para responder às demandas institucionais do Sistema Único de Assistência Social – SUAS – o que, pode levar o trabalho de assistentes sociais ao pragmatismo, uma vez que o SUAS é altamente normatizado por portarias, resoluções e fluxogramas operacionais.

Apesar das evidências acima, que sinalizam um distanciamento da lei que regulamenta a profissão, **o** Código de Ética Profissional (Resolução CFESS nº 273/1993) desponta com 65,7% **de prevalência, e as** normatizações do Conjunto

CFESS/CRESS (19,2%)**,** demonstrando que embora o cotidiano[20] seja engolido pela burocracia executiva, há um reconhecimento dos instrumentos que resguardam a identidade e a autonomia técnico-profissional da categoria. O Código de Ética funciona como uma salvaguarda jurídica e política fundamental para o enfrentamento das pressões institucionais.

Aparecem de forma expressiva, na tabela acima estatutos por segmentos (ECA, Estatuto da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência) que registra 51,6% das menções, evidenciando a segmentação e focalização das políticas e programas sociais e uma valorização das particularidades, tais como: crianças, idosos, pessoas com deficiência, mulheres, o que indubitavelmente representam conquistas para estes segmentos, no sentido de dar visibilidade às suas singularidades. Entretanto, este formato expressa a concepção neoliberal de Estado e o ideário pós-moderno se expressam**:**

> no debate sobre a pobreza e a exclusão, que são autonomizadas dos determinantes da divisão capitalista do trabalho, consequentemente das classes sociais. As categorias específicas, que são alvo das políticas sociais públicas, são tratadas sob o signo da "exclusão", das "vulnerabilidades", das "fragilidades" dos "riscos sociais", em que as contradições de classe são diluídas nas "diferenças": *famílias, crianças e adolescentes, idosos, portadores de necessidades especiais,* etc.. (Iamamoto, [s. d.], p. 41).

A tabela apresenta ainda, normativas com frequências que variam de 0,85% a 5,2%), englobando leis previdenciárias, normativas da saúde (SUS, RAPS), legislações educacionais (PNAES, Lei de Cotas) e instrumentos específicos (Passe Livre, Marco Regulatório do Terceiro Setor, Lei de Execução Penal), que repercutem em uma diversidade de leis locais, notas técnicas e portarias específicas e, por

[20] Art. 2º Constituem direitos do/a assistente social: a- garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados neste Código; b- livre exercício das atividades inerentes à Profissão; c- participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais; d- inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional; e- desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional; f- aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código; g- pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população; h- ampla autonomia no exercício da Profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções; i- liberdade na realização de seus estudos, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos. (grifos nossos).

conseguinte em uma heterogeneidade dos espaços socio- ocupacionais para os/as Assistentes Sociais.

As respostas à primeira questão do grupo focal, sobre o referencial teórico utilizado pelas profissionais, reforçadas pelos dados da fonte documental, sinalizam um distanciamento das Assistentes Sociais dos fundamentos da sua profissão. É importante ressaltar que isso não ocorre por uma opção consciente, mas pela incorporação das demandas do mercado de trabalho, em alguns casos sem criticidade, mas também pelas condições objetivas de trabalho.

A capacitação profissional exclusivamente em relação à área em que o Assistente Social exerce a profissão, que ocorre não só na política de assistência social, mas em todas as áreas, conforme demonstrado no capítulo três, seja ela por opção ou por ser a única forma de capacitação possível, dadas as condições objetivas de trabalho, é um dos aspectos que contribui para o referido distanciamento das profissionais dos fundamentos da sua profissão.

A segunda questão apresentada ao grupo focal foi relacionada aos processos de trabalho das/dos Assistentes Sociais.

No que diz respeito às atividades profissionais desenvolvidas, a quase totalidade dos relatos identifica a visita domiciliar e o trabalho em grupos (sejam temáticos, por faixa etária ou socioeducativos) como os instrumentos operacionais mais utilizados na política de assistência social.

Os discursos dos profissionais revelam uma homogeneidade evidenciando que, independentemente do município ou do equipamento (CRAS/CREAS/Secretaria de Assistência Sociais), os desafios são muito semelhantes, sendo que um dos maiores se refere à sobrecarga de demandas judiciais**.** A maioria das participantes converge ao relatar a transferência de responsabilidades do poder judiciário para a política de assistência social, sobrecarregando as/os profissionais e sem nenhuma remuneração adicional. Além de incorporar as demandas dos órgãos da justiça, os CRAS/CREAS acabam respondendo por demandas que não competem à política de assistência social, atendendo inclusive as demandas da política de saúde, quando não há profissionais contratados.

Outra dificuldade relatada pelas profissionais**,** sobretudo em municípios de pequeno porte, é que o trabalho profissional é atravessado pela cultura do assistencialismo, profundamente enraizada e difícil de romper.

Os depoimentos das/dos Assistentes Sociais revelam as frequentes tentativas de interferência na sua autonomia técnica, através de questionamentos sobre os seus pareceres sociais, quando o profissional se baseia no cumprimento das leis, que o próprio município criou, para a concessão dos benefícios eventuais. Tanto os empregadores, como parte da população, que requisitam os benefícios, sem preencherem os critérios para a sua concessão, pressionam a Assistente Social, para que ele seja coadjuvante de práticas “clientelistas” e que reforçam a “política do favor”.

Segundo Martins (1994) a “política do favor” é a base e fundamento do Estado brasileiro, onde inexiste a distinção entre o público e o privado. Segundo o autor:

> A dominação política patrimonial, no Brasil, desde a proclamação da República, pelo menos, depende de um revestimento moderno que lhe dá uma fachada burocrático-racional-legal. Isto é, a dominação patrimonial não se constitui, na tradição brasileira, em forma antagónica de poder político em relação à dominação racional-legal. Ao contrário, nutre-se dela e a contamina. As oligarquias políticas no Brasil colocaram a seu serviço as instituições da moderna dominação política, submetendo a seu controle todo o aparelho de Estado. Em consequência, nenhum grupo ou partido político tem hoje condições de governar o Brasil senão através de alianças com esses grupos tradicionais. E, portanto, sem amplas concessões às necessidades do clientelismo político (Martins, 1994, p. 20).

Um outro aspecto recorrente na fala das/dos Assistentes Sociais é um certo “desânimo”, relatando o adoecimento de colegas e vendo a mudança da realidade como algo "muito distante", embora uma das participantes traga uma perspectiva mais otimista, destacando avanços expressivos de gestão em seu município, como a realização de concurso público.

As participantes que não estão mais no mesmo espaço socio- ocupacional da época em que receberam a visita do CRESS**,** convergem ao avaliar que a realidade atual permanece muito parecida com a de 2018/2019, gerando adoecimento nos profissionais e a sensação de um esforço contínuo com poucos resultados significativos, trazendo à tona, as questões relacionadas ao assédio moral, abordadas no capítulo 3.

Algumas participantes relataram que sofrem uma pressão, por parte do Conselho Tutelar, para "fiscalizar e monitorar denúncias" sendo esta uma tensão que atravessa os processos de trabalho. Uma participante relata que quando iniciou o seu trabalho na política de assistência social, ela também interpretava o seu papel profissional, de forma equivocada, ou seja, adotava uma postura "investigativa", como por exemplo, fiscalizar se o usuário realmente precisava da cesta básica, mas que as capacitações, no âmbito da própria política de assistência social, permitiram romper com esta postura.

Este relato da profissional, parece carregar uma marca do conservadorismo na profissão que é confirmada em outro momento, quando ela se refere ao trabalho com as famílias, como se dependesse exclusivamente delas, melhorarem as suas condições de vida

> *em alguns casos [...] não me entendam mal, mas um certo comodismo dos usuários, e eu acho que é até um dos desafios nossos enquanto profissionais, de fazer eles enxergarem a capacidade deles, de ter uma qualidade de vida melhor, porque tem pessoas que às vezes acabam acomodando com o mínimo, recebem às vezes um benefício e está bom para eles comendo, como diz, estou comendo, estou dormindo, estou pagando a conta, às vezes consegue pagar o aluguel, a conta de água, a conta de luz, mas não consegue ter uma perspectiva de melhorar a condição de vida. Eu acho que é aí que entra o nosso trabalho e, às vezes, é uma sensação até frustrante, porque é muito difícil [...] a gente plantar essa sementinha ali nos nossos usuários que eles têm o direito, que eles podem ter uma qualidade de vida melhor"* (Assistente Social H, grupo focal, 24.06.2025).

O depoimento de outra Assistente Social reitera esta visão:

> *Na vulnerabilidade que ele se encontra, às vezes quer transferir essa responsabilidade para alguém [...]. Então, a gente tem que ter muito cuidado ao acolher a demanda, mas de ir pontuando com o usuário e responsabilizando ele também, às vezes das condições. A gente tem um sistema capitalista, mas a gente tem que ser realista também. Às vezes, as pessoas estão naquelas condições e ela acha que nunca vai poder sair dali. E aí, a gente está ali para auxiliar, para dar suporte, para orientar, para direcionar .E aí, você tem hoje um leque de opções, a gente tem tantos benefícios para auxiliar aquela pessoa a melhorar a condição dela, a superar aquela condição de vulnerabilidade. Então, é responsabilizar eles também, para conseguir sair daquela situação [...]. Porque senão ele acaba transferindo aquela responsabilidade.* (Assistente Social D, grupo focal, 24.06.2025).

Conforme analisado Boschetti (2015),o conservadorismo jamais esteve ausente dos processos de formação acadêmica e do exercício profissional do Assistente Social, manifestando-se de forma explícita ou velada e extrapolando, inclusive, os limites da profissão. Sob a perspectiva da autora, o conservadorismo não constitui um fenômeno inédito capaz de cindir a profissão entre uma base tradicionalista e uma suposta vanguarda progressista. Ao contrário, trata-se de um substrato indispensável à reprodução ampliada do capital, permanecendo continuamente disponível para assegurar a conservação da ordem burguesa.

É precisamente no embate histórico contra essa racionalidade — que intenta subsumir a profissão às exigências de valorização do capital — que o Projeto Ético-Político se edifica, articulando as dimensões teórica, política e ética. Tal trajetória é intrinsecamente marcada pela tensão entre a permanência do conservadorismo e a intenção de ruptura (Netto,1996). Desse modo, Boschetti (2015) sustenta que o recrudescimento contemporâneo do conservadorismo não deve ser apreendido como uma externalidade ao trabalho e à formação profissional, mas sim como um elemento constitutivo da própria historicidade do Serviço Social que se reatualiza e ganha densidade a partir de determinações societárias mais amplas.

Surgiram ainda nas discussões do grupo focal, questões relacionadas à interdisciplinaridade e à divisão do trabalho das equipes dos CRAS e dos CREAS. Alguns profissionais relataram que para otimizar o trabalho e contornar o excesso de demandas, foi criada uma divisão interna para o acompanhamento dos casos, ficando subentendido que a atuação dos profissionais da equipe é a mesma, independentemente da formação profissional. Em contrapartida, outra profissional, que relatou que, devido à ausência de uma equipe interprofissional, passou por momentos de extrema sobrecarga de trabalho, incluindo trabalhos aos domingos e em uma situação emergencial, chegou a realizar 200 visitas domiciliares em quinze dias.

No que diz respeito ao trabalho em equipe e à divisão de casos, além de causar prejuízos aos usuários das políticas sociais, já que estes ficam privados de receberem atendimentos das diversas especialidades, pode gerar tensões e conflitos na equipe e/ou uma fragmentação do trabalho, em detrimento da verdadeira interdisciplinaridade. Os depoimentos abaixo demonstram, a preocupação de algumas

profissionais em assegurarem as particularidades da sua intervenção profissional e estabelecer os limites com profissionais de outras áreas, sobretudo da psicologia e não se distanciar dos fundamentos teóricos do Serviço Social. A fala abaixo ilustra esta preocupação:

> *A nossa atuação, ela acaba sendo fragmentada, ou seja, eu, Assistente Social, fico por X casos, o psicólogo com Y casos e acaba que as profissões acabam se confundindo, né? O que que é o papel de cada uma desse processo? (*Assistente Social C, grupo focal, 24.06.2025).

Como já foi abordado no capítulo três, a questão acima remete à tendência à desprofissionalização, Eiras et al. (2021) chamam a atenção para o fato de,

> Em um contexto marcado por investidas recorrentes em favor da desregulamentação do trabalho e das profissões, evidenciando tendências à desprofissionalização, torna-se imprescindível uma análise atenta das requisições que intensificam a polivalência profissional. Tais exigências podem contribuir para a “eliminação dos conteúdos das formações disciplinares, como parte de um modelo em que se busca diluir as particulares inserções profissionais em um conjunto de atividades comuns e cada vez mais simplificadas” (RAICHELIS in CFESS, 2020, p. 36). Paralelamente, observa-se, por diferentes mecanismos, o esvaziamento dos fundamentos teórico-metodológicos e do conhecimento historicamente acumulado no âmbito do Serviço Social. Nesse cenário, a análise dos impactos da desprofissionalização sobre a autonomia profissional, bem como das possibilidades de resistência e posicionamento diante das investidas dos(as) empregadores(as), assume caráter central e inadiável para o fortalecimento da atuação e do posicionamento crítico do(a) assistente Social (Eiras et al., 2021, p.17).

As discussões relacionadas aos processos de trabalho, instigaram as profissionais a refletirem sobre situações que atravessam o exercício profissional. Os relatos não ficaram restritos às atividades desenvolvidas, mas tiveram uma maior dimensão, as discussões relacionadas aos desafios profissionais. Foram expressivas as discussões sobre o “clientelismo político” e a “política do favor”, como entraves à autonomia profissional, bem como as demandas abusivas do poder judiciário,

A próxima questão apresentada ao grupo foi sobre a relação entre a política de assistência social e o Serviço Social.

Alguns participantes convergem ao apontar que o assistente social é o profissional mais capacitado e "essencial" para atuar na política de assistência social,

creditando isso à sólida formação teórico-política recebida na graduação. tocam na questão de que profissionais de outras áreas (como Psicologia, Pedagogia e Direito) não recebem, em suas graduações tradicionais, o instrumental teórico necessário para compreender a política pública e a dinâmica das expressões da questão social. Por isso, consideram o conhecimento do Serviço Social um "privilégio" que gera a responsabilidade de qualificar o restante da equipe.

Neste sentido, há um consenso entre as participantes do grupo focal, de que a Política de Assistência Social e o Serviço Social compartilham um horizonte comum: a garantia de direitos, o acolhimento, a equidade, a justiça social e a transformação das condições de vida do usuário.

As falas das profissionais levaram a crer que elas têm a convicção de que o projeto ético-político profissional e o SUAS foram elaborados com base nos mesmos valores e na mesma concepção teórico-metodológica.

Entretanto, existe uma expressiva demarcação teórico-política entre a apreensão crítico-dialética das políticas sociais e o estatuto dos direitos sociais no interior da sociabilidade capitalista (Behring e Boschetti, 2011). Partindo da constatação histórica de que o Estado constitui o espaço sócio-ocupacional privilegiado para a inserção profissional das/dos assistentes sociais, as autoras evidenciam que o exercício profissional na formulação, gestão e execução das políticas públicas é atravessado por projetos societários antagônicos. Embora a categoria profissional não configure um bloco monolítico, o processo de renovação crítica do Serviço Social brasileiro consolidou uma direção social hegemônica — materializada no Código de Ética de 1993, na Lei de Regulamentação da Profissão e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS — que exige a superação das leituras institucionalistas, endógenas ou meramente operacionais sobre a proteção social.

Nesse sentido, torna-se imperativo distinguir a concepção de política social ancorada na perspectiva liberal-reformista do Estado Democrático de Direito daquela sustentada pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social. Na tradição jurídico-política burguesa, o Estado é concebido como uma instância neutra de regulação social, situada acima dos antagonismos de classe e vocacionada à promoção do bem comum e da justiça distributiva. Sob esse prisma, as políticas sociais assumem o caráter de instrumentos técnicos destinados a corrigir as disfunções do mercado, assegurar

mínimos sociais e promover a coesão e a integração dos indivíduos à ordem vigente. O horizonte histórico dessa matriz encerra-se na chamada emancipação política, isto é, na conquista e ampliação da cidadania jurídico-formal, tomada como o patamar máximo de realização da liberdade e da igualdade, naturalizando-se, por conseguinte, as relações sociais capitalistas de produção.

Em contrapartida, a perspectiva crítico-dialética que fundamenta o Projeto Ético-Político recusa a ilusão jurídica de que o Estado de Direito possa, por si só, suprimir as desigualdades estruturais inerentes ao modo de produção capitalista. Ancoradas na tradição marxista, Behring e Boschetti (2011), demonstram que o Estado expressa a condensação material de uma relação de forças entre classes sociais, mantendo-se estruturalmente comprometido com a reprodução ampliada do capital, ainda que permeável às pressões e demandas dos trabalhadores. Dessa forma, as políticas sociais não configuram concessões unilaterais do poder estatal nem mecanismos lineares de pacificação, mas resultam do movimento contraditório da luta de classes. Elas operam, simultaneamente, como dispositivos funcionalmente articulados à reprodução da força de trabalho e à legitimação política da ordem burguesa, e como conquistas históricas arrancadas pela classe trabalhadora que impõem limites à superexploração e disputam parcelas do fundo público.

A distinção entre ambas as concepções não conduz, todavia, a uma postura fatalista ou de recusa à luta institucional no interior do Estado capitalista.. A defesa intransigente dos direitos sociais, da seguridade social pública, da universalidade e do controle social democrático constitui uma mediação indispensável no enfrentamento às expressões da questão social e à ofensiva neoliberal — marcada pela contrarreforma do Estado, pela focalização extrema, pela mercantilização dos serviços e pela refilantropização (Yazbek) da assistência. Contudo, para o Serviço Social, na perspectiva do seu projeto ético-político do a garantia de direitos imediatos e a ampliação da cidadania não representam um fim em si mesmas, mas acumulação de forças políticas e elevação da consciência de classe na direção estratégica da construção de uma nova ordem societária, livre da exploração, da dominação e da opressão de classe, gênero, etnia e raça.

Dando continuidade às análises das respostas do grupo focal, respondendo se os objetivos da política de assistência social e do Serviço Social são os mesmos, uma

das participantes argumentou que são muito semelhantes, mas que a metodologia para alcança-los é diferenciada, já que o Serviço Social tem uma relação respeitosa e estabelece vínculos com os usuários, trabalhando na perspectiva da garantia de direitos.

Outra participante acrescenta à discussão que o Assistente Social é essencial na política de assistência social, pois atua como:

> "*agente transformador" também, de ter essa visão de transformação, que a política tem de fato [...], esse poder, vamos dizer assim, esse objetivo [...]. Ela consegue, se bem feita, realmente fazer uma transformação* (Assistente Social A, grupo focal, 24.06.2025).

O depoimento acima é bastante significativo, ao considerar que a política social tem um caráter transformador e que, o Assistente Social é um "*agente transformador*", quando está inserido nesta política. Tal afirmativa revela uma concepção que deixa escapar o caráter contraditório da profissão, de atender simultaneamente aos interesses do capital e do trabalho.

Segundo Iamamoto [s. d.], no Movimento de Reconceituação Latino-Americano (1965-1975), a segmentação entre conhecimento e valores (característica do Serviço Social tradicional) se atualiza, desta vez com o "*sinal trocado*", já que a aproximação do Serviço Social com o marxismo, se deu por duas vias. Uma delas foi através da prática política de estudantes e de alguns segmentos da categoria profissional e, a outra via, foi através de uma ação "*voluntarista*" no que se refere à ação dos sujeitos no processo social de mudanças, que se traduziu em: "sobrevalorização idealizada das possibilidades revolucionárias da profissão, confundindo-a com a militância política" (Iamamoto, [s. d.]). Em outros termos:

> à visão determinista e fatalista da transformação no campo da estrutura social, soma-se uma visão subjetivista no campo dos valores, que conduzem a uma ação político-profissional idealizada e messiânica. Recoloca-se, assim, sob novas bases, um velho e mesmo dilema: a segmentação entre estrutura e sujeito, determinismo e liberdade, conhecimento e valores. Os pontos comuns que viabilizam a reiteração desses dilemas, presentes no processo de desenvolvimento do Serviço Social e que reaparecem com sinal trocado nas primeiras aproximações do Serviço Social à tradição marxista são: a desconsideração da história e um esvaziamento da riqueza analítica do pensamento de Marx, travestido pela lógica positivista (Iamamoto, [s. d.], grifos nossos).

Da mesma forma, no depoimento acima, a política social é referida como transformadora e não como uma estratégia de controle, por parte do Estado, em atender às demandas da classe trabalhadora, contribuindo, para a continuidade do processo de acumulação capitalista.

No entanto, apesar da contradição acima, presente nas políticas sociais e que se reflete na profissão, nas discussões do grupo, a política de assistência social é interpretada com um certo "romantismo", perceptível quando as Assistentes Sociais afirmam, que assim como o Serviço Social, o objetivo da política é garantir direitos, discurso este que oculta, a estratégia de controle e reprodução da classe trabalhadora.

Quanto ao Serviço Social é preciso reafirmar que a sua institucionalização do Serviço Social, na sociedade capitalista, se explica mediante os processos sociais, políticos e econômicos que caracterizam as relações entre as classes sociais no contexto de consolidação do capitalismo monopolista (Netto, 2011). A organização monopólica emerge com a finalidade de preservar e acrescentar lucros capitalistas, contudo, neste processo, ela enfrenta constrangimentos inerentes à própria acumulação capitalista, que requer soluções por vias extraeconômicas, ou seja, através do Estado. Este com a finalidade de atender aos interesses da burguesia, passa por uma refuncionalização e um redimensionamento de suas funções (Netto, 2011). O Estado sempre atuou como "guardião" das condições externas da produção capitalista, garantindo a propriedade privada dos meios de produção burgueses. No entanto, na fase monopólica, o Estado se insere na dinâmica e organização econômica, o que, em períodos anteriores, ocorria de forma pontual, em situações emergenciais. Dito de outra forma, as funções políticas e econômicas do Estado imbricam-se organicamente, tendo como eixo de sua intervenção garantir os superlucros.

É neste contexto de consolidação do capitalismo monopolista, que de forma geral, nos países industrializados, está associada a progressiva intervenção do Estado nos processos de regulação social, a partir dos anos 1930 (Yazbek, 2009).

É nesta esteira que o Serviço Social se institucionaliza e se legitima profissionalmente, ou seja, como um dos recursos empregados pelo Estado e pelo empresariado, com o suporte da Igreja católica, para o enfrentamento e regulação da questão social.

É, portanto, a questão social, em suas variadas expressões, que se torna o objeto de intervenção do Serviço Social e a justificativa da constituição do seu espaço na divisão sociotécnica do trabalho.

Em síntese, é possível afirmar que o Serviço Social é partícipe tanto do processo de reprodução dos interesses de preservação do capital quanto das respostas às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora, o que não consiste em uma dicotomia, mas do fato inegável de que o Serviço Social não tem como eliminar esta polarização do seu trabalho, considerando que as classes sociais e seus interesses só existem em relação. Decorre daí o caráter contraditório da profissão de atender simultaneamente aos interesses do capital e do trabalho. O Serviço Social reproduz pela mesma atividade interesses contrapostos, que convivem em permanente tensão, participando tanto dos mecanismos de dominação e exploração como atendendo às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora (Iamamoto, 1982).

Uma outra questão que aparece nas falas é o fato as profissionais considerarem que compete ao Serviço Social convocar os profissionais das outras áreas, que atuam na política de Assistência Social, a partilharem os mesmos "*ideais*" e realmente efetivar a política. Destarte, transparece o pensamento de que a razão de ser do Serviço Social é o trabalho no âmbito da política de Assistência Social e a de que todos os profissionais têm os mesmos objetivos dentro da política de Assistência Social.

Aparece ainda no grupo, à expressão "*mediar conflitos"* como papel do Assistente Social, dentro da política de assistência social, o que de fato não condiz com a concepção do Serviço Social, na perspectiva do projeto ético-político do Serviço Social e nem consta das competências e atribuições privativas da /do Assistente Social. Embora a Assistente Social não tenha explicitado a quais conflitos estava se referindo, pode-se inferir que, por estar respondendo a uma questão sobre a relação entre o Serviço Social e a política de Assistência Social, esteja relacionada à "mediação de conflitos' entre os membros de determinada família ou entre estes com o Estado e outras instituições sociais, considerando que:

> O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. Neste

> sentido é responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias. Na proteção básica, o trabalho com famílias deve considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear, e partindo do suposto de que são funções básicas das famílias: prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser **mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado.** O grupo familiar pode ou não se mostrar capaz de desempenhar suas funções básicas.(Brasil, 2004, p.35).Grifos nossos.

Apresentadas estas singularidades das falas de algumas profissionais, a maioria considera que os objetivos da política de Assistência Social e do Serviço Social são os mesmos, reiterando a subsunção da profissão à política, sendo muito expressiva desta situação a declaração da Assistente Social: *"a política de Assistência Social é o que orienta a atuação do Assistente Social".* (Assistente Social H, grupo focal, 24.06.2025.)

Aparecem ainda nas falas duas afirmações: uma delas é a de que nem sempre os objetivos são os mesmos e outra é a de que os objetivos são diferenciados, mas os valores são os mesmos.

Pode-se inferir, além de todas as considerações acima, que o discurso das profissionais, em certa medida, termina reproduzindo o "politicismo", presente nas políticas sociais, que para Sartori (2023) está intimamente ligada ao irracionalismo. Segundo o autor, isso ocorre quando a política adota a racionalidade do próprio capital, sem questionamentos. Para Sartori (2023), "o politicismo aparece como uma contraface da incompreensão das contradições econômicas da sociedade capitalista" (Sartori, 2023,p.79).

A próxima questão apresentada aos Assistentes Sociais foi: como você define os usuários das políticas públicas e, especificamente, da política de Assistência Social?

Os depoimentos das Assistentes Sociais do grupo focal, em resposta à questão acima, demonstram como as nomenclaturas do ideário pós-moderno, que reveste as políticas sociais, como *"exclusão" e "vulnerabilidades"*, acabam sendo incorporadas pelas profissionais, onde: "as contradições de classe são diluídas nas "diferenças": famílias, crianças e adolescentes, idosos, portadores de necessidades especiais

(Iamamoto, [s. d.]). Os discursos revelam um consenso quanto ao termo “vulnerabilidade social”.

Nos relatos das Assistentes Sociais aparecem expressivamente as queixas quanto ao desconhecimento por parte dos próprios gestores, bem como da população/usuários, sobre a política de assistência social e a complexidade do SUAS, havendo um consenso de que a população ainda enxerga a assistência social através da lente do assistencialismo, do favor e do paternalismo, em vez de se perceberem como sujeitos de direitos.

Parte significativa dos relatos expressa o reconhecimento de que as condições de vida das/dos usuários são frutos da desigualdade social, marcadas pela violação de direitos, uso abusivo de substâncias e situações de extrema “vulnerabilidade”, a exemplo da população em situação de rua. As participantes demonstram indignação quanto a postura autoritária de alguns profissionais da política de assistência social, que buscam impor aos usuários a participação nos “serviços de convivência”[21]oferecidos pelos CRAS, desconsiderando que muitos residem na zona rural e têm expressivas limitações relacionadas ao transporte público. Neste sentido discutiram a possibilidade de se levar os serviços até aos usuários, através dos “CRAS itinerantes”

Um ponto de significativa convergência entre as participantes refere-se à crítica direcionada à atuação de determinados profissionais do Serviço Social, que estabelecem relações pautadas na informalidade e no senso comum durante os atendimentos. Em outros termos, as entrevistadas evidenciaram os desafios inerentes ao exercício profissional em municípios de pequeno porte. Nesses contextos, a proximidade territorial entre o assistente social e o usuário dificulta o estabelecimento de limites na relação profissional, exigindo o enfrentamento das práticas clientelistas historicamente enraizadas na cultura política local por meio de um posicionamento ético rigoroso.

[21] Os **Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)** são intervenções sociais coletivas da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ofertadas nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) ou em unidades a eles referenciadas. Eles possuem caráter preventivo e proativo, atuando de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

Na visão do grupo tal postura enfraquece o papel da assistência social, enquanto política pública, bem como pode gerar a falsa percepção de que "qualquer um pode ser assistente social".

As participantes relatam ainda que, nos municípios de pequeno porte, há uma severa dificuldade em estabelecer limites aos usuários, que frequentemente abordam o profissional em seus momentos de privacidade, em finais de semana, nos momentos de lazer ou enviando mensagens em telefones particulares (WhatsApp), o que contribui para o adoecimento mental das Assistentes Sociais.

Entretanto, algumas profissionais buscaram realçar que é possível estabelecer um vínculo com o usuário sem que isso extrapole o âmbito estritamente profissional.

Indagados sobre as causas da pobreza e das estratégias para o seu enfrentamento, a totalidade das participantes do grupo iniciaram ou fundamentaram as suas falas, reconhecendo a extrema dificuldade da pergunta. Há um consenso de que, se houvesse uma estratégia simples ou uma única resposta, o problema da assistência social e da pobreza já estariam resolvidos.

Há uma concordância explícita de que a pobreza se perpetua no tempo. Os profissionais relatam atender não apenas os pais, mas já os filhos e netos das mesmas famílias, demonstrando que os usuários estão presos a um ciclo histórico de repetição de papéis e vulnerabilidades.

Os profissionais concordam que a atuação profissional funciona apenas como um paliativo. Existe o consenso de que o acolhimento ou as ações isoladas do assistente social são "uma gotinha de água" e não possuem o poder de mudar a essência estrutural da vida dos usuários sem uma reformulação macro das políticas públicas.

Percebe-se nas discussões do grupo, mesmo que implicitamente , uma segmentação entre a política econômica e as políticas sociais, ou seja, uma naturalização das contradições do modo de produção capitalista e uma supervalorização da política social, ‘‘essa sim passível de iniciativas distributivas e inovadoras, sob o comando do Estado” (Iamamoto, [s. d.].p. 41).

Há uma convergência na crítica aos governantes e quanto à ausência de políticas públicas integradas em nível municipal e federal. Os participantes relataram

a frustração de tentar “emancipar” o cidadão em locais que não oferecem mercado de trabalho, transporte ou opções reais de geração de renda.

Outras respostas do grupo revelam diferentes perspectivas sobre as causas da pobreza, o perfil do público atendido e as barreiras no acesso às políticas públicas, variando entre visões individuais, recortes identitários, limitações geográficas e críticas à gestão.

Há profissionais que associam a pobreza à falta de educação, informação e conhecimento dos próprios direitos, o que geraria um "contentamento com o mínimo".

O perfil dos usuários é marcado pelas fragilidades, ausência de eixos familiares e de referências. No caso dos adolescentes, estes são descritos como "sobreviventes do sistema", que crescem sem rumo ou perspectivas, “*guiados pela rua e pelo celular”* Assistente Social B, grupo focal, 24.06.2025).

O perfil do usuário é aprofundado com recortes específicos de exclusão social e preconceito estrutural, destacando-se a vulnerabilidade de mães solo, mulheres pretas com dificuldades de inserção no mercado de trabalho e a população LGBTQIA+.

Fatores geográficos exercem forte impacto na perpetuação da pobreza. Destaca-se a dependência de economias sazonais (como a colheita do café) e o isolamento da zona rural. A falta de transporte público eficiente funciona como uma barreira ativa, impedindo que os cidadãos acessem serviços de qualificação profissional localizados na zona urbana.

Em oposição à ideia de que os usuários carecem de "entendimento" ou interesse, argumenta-se que as populações rurais ativamente buscam o acesso e a informação, mas são excluídas pela falta de infraestrutura física e falhas de gestão governamental.

Surge também uma crítica pontual e divergente, das demais, sobre a execução das políticas de enfrentamento à pobreza. É apontada a existência de corrupção e injustiça na distribuição dos benefícios, onde a falta de idoneidade (cidadãos que mentem para obter o benefício) desviam os recursos de quem realmente mais precisa, deslocando o foco das falhas estruturais do desenho da política para a ética do acesso.

Enfim, são várias questões pontuais, sendo que nenhum participante se refere ao modo de produção capitalista e à questão social, mas a avaliação crítica é toda direcionada para a operacionalização da política de assistência social. No entanto, um índice menos expressivo das participantes demonstra um maior aprofundamento nas respostas, fazendo referência aos processos que constituíram a formação sócio-histórica brasileira, tais como a colonização e a escravidão. Uma das participantes faz um relato, que se aproxima da perspectiva do projeto ético político, que implicitamente pode sugerir a construção de uma nova ordem social:

> *É muito complicado apontar uma metodologia ou uma resolutividade assertiva nisso tudo. A gente bate cabeça até hoje. Então, a gente vem construindo, historicamente, uma série de normas, de legislações que possam estar minimizando e que possam estar contribuindo, de alguma forma, para a melhoria da qualidade de vida e para a conscientização de cada um. Eu, infelizmente, não sou otimista. Eu não tenho comigo uma ideia de que a gente, sozinho, ou sem uma mudança de padrão, de conjuntura, de política, de visão de mundo, que a gente vai simplesmente... vocês vão me desculpar, mas eu vou falar: a gente não vai mudar a vida de ninguém com o acolhimento. A gente contribui minimamente, mas a essência, nós vamos continuar reproduzindo ciclos [...]. Às vezes eu fico tentando ser menos radical, mas eu não consigo ver outro caminho senão reconstruir tudo de novo, infelizmente* (Assistente Social B, grupo focal, 24 .06.2025).

A última questão apresentada ao grupo focal foi sobre a importância dos instrumentos e técnicas para o trabalho profissional.

As respostas do grupo revelam um alinhamento entre os profissionais, que compreendem os instrumentos e técnicas como pilares da identidade profissional.

Há um consenso de que o domínio e a aplicação dos instrumentos e técnicas é o que diferencia o assistente social de um leigo. Sem essas ferramentas, a profissão corre o risco de retroceder ao "senso comum" e ao assistencialismo (caridade), onde "qualquer pessoa pode fazer".

O instrumental técnico é definido unanimemente como o que direciona o exercício profissional. As participantes concordam que essas ferramentas garantem a estruturação do planejamento, dão mais segurança na atuação diária e evitam que o profissional se perca no imediatismo das demandas. As visitas domiciliares, entrevistas, relatórios, pareceres sociais, técnicas de grupo são fundamentais para desvelar a realidade do usuário e garantir o acesso a políticas públicas.

Nas discussões do grupo surge também a temática referente à autonomia do assistente social, enfatizando que cabe estritamente ao Assistente Social, decidir *se* e *quando* utilizar determinado instrumento (como a visita domiciliar), rejeitando imposições externas, que são muito frequentes, por parte de coordenadores, gestores, bem como as requisições de outros órgãos, como o Conselho Tutelar e o Ministério Público. Além disso, uma participante falou da importância do agendamento das visitas domiciliares, em respeito à privacidade das/dos usuários.

O grupo critica a visão distorcida que os órgãos, acima mencionados, têm da assistência social, como sendo um serviço "investigativo", tentando impor ao assistente social da proteção básica/especial a realização de perícias e visitas que deveriam competir ao assistente social do Judiciário.

As questões acima remetem à discussão sobre a autonomia profissional, sendo que os dados da fonte documental desta pesquisa, trazem elementos importantes para a discussão desta temática e contemplam as/os Assistentes Sociais de diversos campos de atuação profissional, conforme demonstra a tabela abaixo.

Tabela 20 - Autonomia Profissional

Considera que tem autonomia profissional	**Frequência (%)**
Na relação com os usuários	25
Na relação com a instituição	15,5
Na relação com Assistentes Sociais e outros profissionais	22
Na relação com a justiça	12
Na escolha do instrumental técnico	**21,5**
Em nenhum dos itens acima	3
Resposta Prejudicada	0,25
Não respondeu	0,75
Total	**100**

Fonte: Relatórios de Fiscalização rotineira – Seccional JF – CRESS 6ª Região. 2018-2019. Respostas Múltiplas.

Os dados sinalizam a restrição da autonomia profissional, em diversos aspectos, como na relação com a instituição empregadora, onde somente 15,5% considera que tem autonomia. Embora seja um percentual expressivo, é justificável, dada a condição de assalariamento da/do Assistente Social. Em relação à escolha do instrumental técnico, apenas 21,5% considera que tem autonomia, o que é instigante, já que se refere à dimensão técnico-operativa da profissão. Os dados,

portanto, sinalizam que existe uma imposição dos empregadores, para que as/os Assistentes Sociais utilizem os procedimentos e instrumentais já padronizados pelas instituições empregadoras, no âmbito das políticas públicas e que, geralmente, não são de uso exclusivo do/da Assistente Social, sinalizando uma faceta do caráter tecnocrático da política e que acaba resvalando no Serviço Social.

O Assistente Social, é um profissional liberal, considerando que o seu exercício profissional está regulamentado por Lei e por um Código de Ética Profissional que lhe asseguram legalmente, portanto, uma autonomia técnica no exercício de suas atribuições profissionais. No entanto, historicamente, o Assistente Social não exerce a sua profissão como autônomo[22], sendo que desde a sua profissionalização ingressou no mercado de trabalho como assalariado, diferentemente de outros profissionais liberais. Entretanto, legalmente, sendo o Serviço Social uma profissão liberal, o seu trabalho, guarda alguns traços inerentes a esta condição, tais como:

> existência de uma relação singular no contato direto com os usuários – "os clientes" – o que reforça um certo espaço para a atuação técnica, abrindo a possibilidade de se reorientar a forma de intervenção, conforme a maneira de se interpretar o papel profissional. A isso se acresce outro traço peculiar ao Serviço Social: a indefinição ou fluidez do "que é" ou do "que faz" o Serviço Social, abrindo ao Assistente Social a possibilidade de apresentar propostas de trabalho que ultrapassem meramente a demanda institucional (Iamamoto, 1983, p. 81).

Apesar de ter a sua autonomia técnico-profissional resguardada, legalmente, nem por isso ela está assegurada, já que pela sua condição de trabalhador assalariado, a autonomia do Assistente Social será sempre relativa e tensionada pela compra e venda da força de trabalho aos seus diferentes empregadores: Estado,

[22] No âmbito das profissões, a autonomia está relacionada à condição de profissional liberal cuja definição, de acordo com a Confederação Nacional de Profissionais Liberais – CNPL3, é: aquele legalmente habilitado a prestação de serviços de natureza técnico-científica de cunho profissional com a liberdade de execução que lhe é assegurada pelos princípios normativos de sua profissão, independentemente de vínculo de prestação de serviços. O significado do termo "profissional liberal" gera equívocos, pois muitos o confundem com profissionais autônomos, isto é, aqueles que não têm vínculo empregatício e trabalham por conta própria. No entanto: os profissionais liberais podem ser autônomos, empregados ou empresários. O exercício de suas atribuições corresponde à aplicação prática do conhecimento técnico em favor de alguém e pode ser dado com ou sem vínculo empregatício, mas sempre regulamentado por órgãos fiscalizadores.

empresariado, organizações de trabalhadores e de outros segmentos organizados da sociedade civil.

Segundo Iamamoto (2007), o processamento do trabalho do Assistente Social e o seu significado social, nos distintos espaços sócio-ocupacionais, ocorre de forma diferenciada, considerando as particularidades de cada um deles, ou seja, as condições em que ele se realiza, as relações que Assistentes Sociais mantém com os sujeitos que o contratam, mesmo que seja preservada a natureza qualitativa dessa especialização do trabalho. Destarte:

> os empregadores determinam as necessidades sociais que o trabalho do Assistente Social deve responder; delimitam a matéria sobre a qual incide esse trabalho; interferem nas condições em que se operam os atendimentos assim como os seus efeitos na reprodução das relações sociais. Eles impõem, ainda, exigências trabalhistas e ocupacionais aos seus empregados especializados e mediam as relações com o trabalho coletivo por eles articulado. É nesta condição de trabalhador assalariado que o Assistente Social se integra na organização do conjunto de trabalhadores afins, por meio de suas entidades representativas, e com a coletividade da classe trabalhadora (Iamamoto, 2007, p. 215).

Fundamentando-se nos dizeres de Simões (2009), Eiras et al. (2021) trazem reflexões importantes sobre a autonomia profissional, ressaltando que,

> ela se configura-se, nesse sentido, como um direito profissional na medida em que compete ao(à) Assistente Social exercer discernimento técnico e ético acerca do objeto de sua intervenção, em conformidade com os requisitos próprios de sua formação e competência profissional. Assim, o empregador poderá, por exemplo, determinar a elaboração de um laudo social e estabelecer o prazo para sua apresentação; entretanto, não lhe compete, sob nenhuma circunstância, determinar os juízos de valor que deverão fundamentar a análise profissional, uma vez que estes se vinculam a uma dimensão axiológica e dependem do discernimento técnico, ético e profissional do(a) Assistente Social (Eiras et al., 2021, p.17).

Sob essa perspectiva emerge como questão central, a importância de a categoria profissional realizar uma análise crítica diante das emergentes requisições socioinstitucionais. Desse modo, cumpre responder às demandas do mercado de trabalho de forma concomitante à preservação do projeto ético-político e dos fundamentos teórico-metodológicos da profissão

Embora preservando as particularidades da sua atividade profissional, a condição de trabalhador assalariado dos Assistentes Sociais, sujeitos a um contrato de trabalho, faz com que enfrentem no exercício da profissão:

> os mesmos dilemas da alienação e determinações sociais que afetam a coletividade dos trabalhadores [...]. A força de trabalho do Assistente Social contém as contradições típicas de toda mercadoria entre trabalho concreto e trabalho abstrato, que preside a sociabilidade capitalista (Iamamoto, 2007, p. 215).

O que importa destacar, portanto é que, as/os Assistentes Sociais fazem parte do coletivo de trabalhadores, que nesta conjuntura complexa e desafiadora tiveram uma restrição dos seus direitos e uma intensificação das precárias condições de trabalho.

Apesar de os assistentes sociais terem asseguradas no Código de Ética Profissional/1993, os seus direitos profissionais[23], as transformações ocorridas na esfera do trabalho e as novas e variadas expressões da "questão social", no atual estágio do capitalismo mundializado e financeirizado, reconfiguraram o trabalho desses profissionais. Deve-se considerar, ainda, "a particularidade da inserção periférica e dependente do Brasil, no contexto do desenvolvimento capitalista desigual e combinado" (Raichelis, 2020, p.13).

Dando continuidade à análise da última questão apresentada ao grupo focal, sobre a importância dos instrumentos e técnicas no exercício da profissão, foi destacada a importância dos relatórios, registros e pareceres para mensurarem os impactos do trabalho e para o planejamento, já que estes instrumentos servem para gerar dados, avaliar a qualidade técnica da intervenção e guiar futuras estratégias e

[23] Art. 2º Constituem direitos do/a assistente social: a- garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados neste Código; b- livre exercício das atividades inerentes à Profissão; c- participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais; d- inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional; e- desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional; f- aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código; g- pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população; h- ampla autonomia no exercício da Profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções; i- liberdade na realização de seus estudos, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos. (grifos nossos).

metodologias de trabalho. Os registros são também fundamentais para a continuidade dos atendimentos

A articulação com a rede (intersetorialidade) é tida como um instrumento técnico de trabalho fundamental, mas de difícil operacionalização, já que não depende apenas do profissional isoladamente, a exemplo das tentativas de se criar “grupos de estudo” que acabam não se realizando.

Em síntese, o grupo converge ao defender que os instrumentos e técnicas afastam a profissão da mera engrenagem burocrática ou da caridade/assistencialismo.

Comparando esta última questão apresentada ao grupo focal com a primeira, que se refere à dimensão teórica da profissão, os discursos das profissionais revelam que a dimensão técnico-operativa da profissão se sobrepõe a dimensão teórica.

Os instrumentos e técnicas não detêm uma capacidade intrínseca de produzir resultados por si sós, visto que são acionados pela ação teleológica dos indivíduos, que estabelecem finalidades conforme as demandas da realidade social a ser modificada. Desse modo, a aplicação técnica possui um caráter e uma intencionalidade social específicos, o que refuta qualquer tese de neutralidade por parte do sujeito que utiliza os recursos.

Ademais, o universo profissional do Serviço Social é marcado pela heterogeneidade, evidenciando historicamente embates, contradições e distintas alternativas de condução da intervenção. A categoria profissional reúne múltiplas finalidades, posicionamentos ético-políticos e competências técnico-instrumentais que refletem visões teórico-políticas e ideológicas divergentes acerca da profissão e da estrutura social, fundamentando a coexistência de variados projetos profissionais (NETTO, 1999). Dentro dessa pluralidade de projetos, observam-se distintas interpretações sobre o significado da profissão, abrangendo desde a delimitação do objeto e dos objetivos até a concepção do próprio instrumental técnico-operativo. O acúmulo teórico sobre o trabalho profissional revela formulações e ações vinculadas a diferentes projetos, os quais conferem sentidos particulares ao conjunto de técnicas e instrumentos mobilizados pelos assistentes sociais, afastando-os de uma perspectiva homogênea. Essas distinções decorrem de diferentes leituras da realidade e do trabalho profissional, influenciando diretamente o manejo do

instrumental na efetivação do trabalho. Consequentemente, torna-se inviável atribuir autonomia ao aparato técnico, uma vez que ele integra o projeto profissional como componente indispensável para a materialização da intervenção, constituindo-se como parte indissociável da direção teórico-política da ação profissional (TRINDADE, 2001).

Recapitulando brevemente, o trato que foi dado a dimensão técnico operativa, na trajetória profissional, sabe-se que o tecnicismo foi preponderante no Serviço Social, sob a influência do positivismo e seus desdobramentos funcionalistas, pautados na racionalidade formal abstrata, sendo a técnica utilizada como um fim em si mesma, com uma pretensa neutralidade, por parte da/do Assistente Social.

Entretanto, a partir do processo de renovação do Serviço Social brasileiro (Netto, 2009), quando a profissão recorre à razão crítico-dialética, foi possível captar a instrumentalidade, de uma forma diferenciada, como uma mediação, um conduto, para se alcançar determinados fins, sendo os instrumentos perpassados pela teoria, pelos valores e princípios que balizam o projeto ético-político do Serviço Social.

A escolha de determinado instrumento, portanto, deverá passar por uma análise prévia por parte do Assistente Social, buscando aquele que melhor irá favorecer o alcance dos objetivos propostos para a ação. Os instrumentos, por natureza, são não carregam em si, uma direção conservadora ou progressista. Neste caso, a intencionalidade do profissional é que direciona a ação, de acordo com a sua bagagem teórico-metodológica e ético-política, fortalecendo determinado projeto de profissão.

Frente ao exposto, acredita-se que a fragilidade do referencial teórico-metodológico, que se expressou nas discussões do grupo focal, na primeira questão respondida, pode não estar contribuindo para fortalecer o projeto ético político do Serviço Social.

Finalizada a exposição sobre o grupo focal é preciso responder a questão: de que forma o ideário pós-moderno se expressa no trabalho de Assistentes Sociais?

Os dados da pesquisa realizada indicam ser pelo veio do Estado neoliberal, via políticas sociais, se expressando através do “mimetismo” do trabalho profissional com a política de assistência social, que se desdobra no pragmatismo e na tecnificação.

Feita esta afirmação mais abrangente torna-se imperativo delinear os seus desdobramentos, sendo que há um encadeamento entre eles:

1 – Distanciamento dos fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social e da razão dialética.

A legislação e as normatizações das políticas sociais, sobretudo da política de Assistência Social, tornaram-se o “referencial teórico” prioritário para Assistentes Sociais, conforme demonstram os dados no início do capítulo. Neste sentido, o Serviço Social, reproduz, no exercício da profissão, as prescrições das políticas públicas, especialmente da política de Assistência Social, adotando inclusive as terminologias que constam das normativas da PNAS. Através deste distanciamento, a perspectiva teórica do materialismo histórico dialético, que fundamenta o projeto ético político do Serviço Social, pautada nos princípios e valores da modernidade, pouco se expressam no trabalho profissional.

As profissionais, mesmo que não seja de forma consciente, reproduzem em suas falas a perspectiva da política social.

Pode se afirmar, portanto, que há uma "relação mimética entre Serviço Social e política social" (Iamamoto, 2007, p.252), sobretudo na política de assistência social e, inferir que está relacionada à fragilidade da formação profissional, que não capacita, de forma suficiente, os discentes, na direção teórico-metodológica presente no projeto de formação profissional hegemônico.

Especificamente em relação a Assistentes Sociais graduados/as na modalidade do EaD, as visitas de fiscalização rotineiras propiciaram o contato com profissionais que não tiveram, em sua formação profissional, conteúdos dos fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social e que têm como horizonte para o exercício profissional exclusivamente as prescrições da política social. Entretanto, o mimetismo envolve também profissionais que graduaram- se em universidades públicas já que estes representam 53,5%.

2 – Pragmatismo/tecnicismo

O empobrecimento da razão manifesta-se através do positivismo e seus desdobramentos, a exemplo do pragmatismo e da burocratização, fenômenos que rebaixam a práxis humana a um mero exercício técnico de manipulação. Essa dinâmica separa a razão da ética e remove o ser humano — entendido como um sujeito histórico que se constrói e transforma a sociedade por meio de suas ações — do campo do conhecimento científico. A ciência, consequentemente, deixa de refletir, no plano do pensamento, as leis tendenciais e as contratendências geradas pela própria ação humana na dinâmica social. Com isso, os conceitos teóricos utilizados na análise perdem a conexão com a realidade concreta. Em vez de operarem como abstrações que traduzem as relações sociais e que possuem validade limitada a contextos históricos específicos — por representarem, como apontou Marx (1974), "as formas e determinações da própria existência" —, os conceitos passam a ser vistos como meras construções arbitrárias do pensamento ou como reflexos literais e imediatos dos fatos sociais (Iamamoto, s/d) p. 18.).

Exercendo a profissão no âmbito da política social, o tecnicismo e o pragmatismo, tornam-se preponderantes

> O *pragmatismo* (J. Dewey) reduz o significado de qualquer ideia a um plano, um esquema de ação, sendo o critério de verdade o sucesso de uma ideia, sua efetividade e eficácia, ou a satisfação do sujeito, do "cliente" em termos atuais. O pragmatismo tende a resolver qualquer compreensão na simples conduta, em uma atividade prática, distinta da compreensão teórica. O papel da razão é reduzido ao de uma "agência executiva', mais preocupada com o *como fazer* que com o *porquê das ações*. A lógica da verdade é substituída pela lógica da probabilidade, do cálculo, que permita a previsão dos efeitos práticos que possam ser derivados das ações ou as possíveis ações esperadas. Para essa concepção, "as ações não são bem sucedidas porque as ideias são verdadeiras, mas as ideias são verdadeiras porque as ações são bem sucedidas", como lembra Horkheimer (Iamamoto, [s. d.], p. 20).

Este cenário estaria sendo a concretização do que Netto (1996), há 30 anos, apontou quanto à tendência de se desenvolver na profissão uma nova vertente? Segundo o autor:

> Registrar-se-á um novo alento de uma vertente de cariz tecnocrático, herdeira daquela que foi a "*perspectiva modernizadora*" dos anos sessenta e setenta (Netto, 1994, p.164), mas renovada pela ofensiva

> neoliberal e reciclada por outras teorias sistêmico-organizacionais, que lhes oferecem novas cauções para a sua inserção nas instituições diretamente controladas pelo capital; para a sua inserção nas instituições governamentais, as novas chancelas deverão vir da proposta da gestão de crise do Estado de Bem-Estar, por meio das "parcerias", mote que poderá substituir a antiga ideologia da "participação"(Netto, 1996, p.126).

Os resultados da pesquisa sinalizam para a preponderância de uma "prática irrefletida" (Guerra, 2012, p. 147), ou seja, que não supera o imediatismo. Em outros termos, o trabalho da/do Assistente Social, no âmbito das políticas sociais, adquire um viés predominantemente tecnocrático, pautado nos procedimentos e normatizações da política social em que está inserido. Neste sentido, a profissão praticamente fica restrita à sua dimensão técnico-operativa.

3 – O Anti-humanismo

Como já foi dito, tendo como "referencial teórico" para a profissão, as normativas da política de Assistência Social, e sendo esta restrita, focalizada e fragmentada, aos moldes do neoliberalismo e do ideário pós-moderno, as/os Assistentes Sociais são acometidas por um profundo pessimismo frente à insolubilidade das situações, o que se verifica em expressões como: "a gente não vai mudar a vida de ninguém com acolhimento"; "*a gente bate a cabeça até hoje"; "essa pergunta não tem resposta", a gente enxuga gelo*".

Subjaz a esta mistura de indignação com péssimo, o "anti-humanismo", que se traduz em um conformismo quanto ao papel do sujeito na história.

Para Coutinho (1999), a modernidade caracteriza-se fundamentalmente por um movimento dinâmico, contraditório e marcado por avanços e refluxos, mas tendencialmente contínuo, de aprofundamento e universalização da cidadania — o que implica uma crescente democratização das relações sociais. Embora a implantação, consolidação e expansão do modo de produção capitalista constituam traços determinantes dessa época histórica, estabelece-se um antagonismo estrutural entre a lógica reprodutiva do capital e a plena efetivação dos direitos dos cidadãos. Sob essa perspectiva, a modernidade não pode ser reduzida à dinâmica capitalista; antes, deve ser compreendida pela ótica da promessa histórica de emancipação

humana frente às múltiplas formas de opressão e alienação, em grande medida engendradas pelo próprio capitalismo. Portanto,

> longe de se ter esgotado (como afirmam os "pós-modernos"), ou de se identificar com o capitalismo (como dizem os neoliberais), a modernidade continua a ser para nós uma tarefa: de prosseguir no processo de universalização efetiva da cidadania e, em consequência, na luta pela construção de uma sociedade radicalmente democrática e socialista, na qual - como disseram Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista - "*o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos*". (Coutinho, 1999, p. 58).

De fato, a concepção do trabalho profissional, que tem como horizonte a política social, restringe qualquer possibilidade de mudança, sobretudo pelo seu caráter focalizado e fragmentado. No entanto, o que as Assistentes Sociais consideram como solução, seria que a política, de fato, efetivasse os seus princípios e normas, demonstrando um distanciamento ou uma inobservância quanto às diferenças entre os valores e princípios que embasam o projeto ético-político e os que fundamentam a política social.

À guisa de finalização é pertinente recuperar uma das ideias centrais desta tese, que consiste no fato de que o ideário pós-moderno está pautado no irracionalismo e que este está relacionado à estratégia encontrada pela *burguesia decadente* para evitar questionamentos filosóficos, metodológicos e ideológicos, quanto ao desenvolvimento e afirmação do capitalismo, no sentido de ocultar as suas mazelas.

Destarte, há um desvio das questões que exigem uma profunda apreensão da realidade, sendo uma característica do irracionalismo a “transformação artificiosa da suposta insolubilidade em solução e a pretensão de que nessa recusa do problema, nesse desviar-se dele, nessa fuga diante de uma resposta positiva, esteja contida a verdadeira apreensão da realidade” (Lukács, 2020, p. 93*)*.

Frente ao exposto, a tabela 18, apresentada no capítulo três, traz elementos fundamentais para se pensar a influência do ideário pós-moderno na profissão.

A realidade concreta do trabalho profissional é permeada por desafios, que inclusive se expressam no trabalho das/dos Assistentes Sociais como um profundo desânimo e pessimismo, mas que, ao mesmo tempo, enaltecem a política de Assistência Social e a sua “capacidade transformadora” e concebem o Assistente

Social como “agente transformador”. Em outros termos, as/os Assistentes Sociais não fazem a mediação entre os processos sociais em curso e os rebatimentos nas suas condições de trabalho, bem como nas atuais configurações das políticas sociais. Se referem à política de Assistência Social de forma idealizada e a consideram uma referência para o trabalho profissional.

Os dados da tabela 18, portanto, demonstram que, assim como todos os trabalhadores/as assalariados/as, os/as Assistentes Sociais sofreram os impactos das transformações societárias no seu trabalho, mas em momento algum se localiza, no discurso das/ dos Assistentes Sociais, falas sobre a nova configuração do Estado e das políticas sociais no capitalismo contemporâneo.

As/os Assistentes Sociais reafirmam a todo momento a perspectiva da garantia dos direitos sociais, como se a concepção de direitos e de cidadania, que orienta o projeto ético político do Serviço Social, estivesse expressa na PNAS.

O fato de as Assistentes Sociais não realizarem a distinção entre os objetivos profissionais do Serviço Social e os da política de assistência social, sinaliza uma lacuna na incorporação reflexiva da nova lógica das relações e contradições do e no trabalho. A tabela 18, portanto, é muito expressiva e faz uma síntese dos principais desafios ao exercício profissional, sendo as relações sociais capitalistas o ponto central das dificuldades enfrentadas e que reafirmam o Assistente Social como um trabalhador assalariado, inserido na divisão social e técnica do trabalho.

Não se pode perder de vista o significado social da profissão, ou seja, responder às necessidades da classe trabalhadora na execução de políticas sociais públicas desenvolvidas pelo Estado, frente ao acirramento da questão social, no capitalismo dos monopólios. Neste sentido, as políticas sociais, foram criadas para o controle da classe trabalhadora e, na particularidade brasileira, na perspectiva do neoliberalismo e do ideário pós-moderno, o exercício profissional indubitavelmente, terá condições precárias de trabalho e baixo orçamento público, para que tais políticas sociais, efetivamente, mantenham-se com o propósito para o qual foram criadas, ou seja, controle da classe trabalhadora. A apreensão por parte das/dos Assistentes Sociais da concepção teórico-metodológica e ético-política que fundamenta o projeto ético político, poderá contribuir para a superação da imediaticidade das relações sociais e romper com as amarras irracionalistas contemporâneas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo em tela partiu de indagações, por parte da pesquisadora, formuladas a partir do seu próprio processo de trabalho enquanto Assistente Social e Agente Fiscal do CRESS/6ª Região, a fim de compreender a essência de fenômenos presentes no trabalho das/dos Assistentes Sociais que aparentavam, através do seu discurso e das ações profissionais, um distanciamento dos fundamentos teórico-metodológicos da profissão. A literatura do Serviço Social fornecia algumas pistas, mas indicava uma lacuna epistemológica, já que não trazia elementos concretos sobre o trabalho profissional, de forma suficiente, para elucidar as indagações.

A pesquisa bibliográfica inicial sobre a profissão favoreceu a construção da hipótese de que haveria na profissão a influência do ideário moderno e, portanto, um distanciamento das avaliações totalizantes e um empobrecimento da crítica, fazendo emergir um novo perfil de profissional que, em linhas gerais, apresentava um distanciamento dos fundamentos teórico-metodológicos da sua profissão. A partir desta problematização, o objetivo geral foi o de compreender os traços do ideário pós-moderno no discurso e no trabalho das/dos Assistentes Sociais.

A construção da tese teve como ponto de partida buscar as raízes, a gênese do pensamento pós-moderno, que foram encontradas na obra de Lukács: “A Destruição da Razão” (2020), através de um estudo individual realizado com o Prof. Ronaldo Vielmi Fortes, que foi contemplado no capítulo dois desta tese. O estudo foi profundamente rico e necessário para compreender que o fundamento principal do ideário pós-moderno está calcado no irracionalismo, enquanto estratégia encontrada pela burguesia, em sua fase decadente, para evitar questionamentos filosóficos, metodológico-ideológicos, diante de questões que exigem uma verdadeira apreensão da realidade, ocultando as contradições do capitalismo. Na sequência, a construção do capítulo dois foi complementada com uma análise sobre a “modernidade’, necessária para elucidar os elementos do ideário pós-moderno, naquilo que difere das suas prospectivas teórico-científicas.

A qualificação do projeto de tese foi decisivo para encontrar a precisão categorial sobre a pós-modernidade e adotar a concepção que passou a nortear a tese, qual seja, não se trata de uma etapa posterior à modernidade, mas sim de um

pensamento que se contrapõe à ideologia da modernidade e que, na pesquisa em tela, deveria ser tratada como “ideário pós-moderno”.

Além dessa contribuição essencial, a banca de qualificação demonstrou a relevância dos dados da fonte documental — fato que não fora evidenciado pela pesquisadora no projeto original, uma vez que, por si sós, tais dados não revelam o ideário pós-moderno no trabalho de Assistentes Sociais.

Os examinadores enfatizaram a importância de desenhar o solo histórico, mapeando as condições objetivas de trabalho frente aos processos sociais em curso. São esses processos que contribuem para a precarização das condições e das relações trabalho, bem como da formação profissional, aumentando a permeabilidade do Serviço Social ao ideário pós-moderno.

Neste sentido, no capítulo três foram abordados os processos sociais desencadeados pela crise do capital, e os seus rebatimentos no Serviço Social, com base na análise dos dados da fonte documental.

No capítulo 4, a finalidade foi analisar de que forma o ideário pós-moderno se expressa no discurso e no trabalho das/dos Assistentes Sociais, sendo realizada prioritariamente a análise do grupo focal, relacionando-a com alguns dados da fonte documental. Os depoimentos das/dos Assistentes Sociais foram muito ricos e confirmaram a hipótese de que o ideário pós-moderno se expressa no trabalho de Assistentes Sociais, pelo veio do Estado neoliberal, via políticas sociais.

É nesse cenário que emerge um dos principais nós críticos da profissão na atualidade: o "mimetismo do Serviço Social com a política social", manifestado pela subsunção do Serviço Social às prescrições e normativas operacionais da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

A conclusão geral da investigação aponta que esse processo de mimetização afeta profundamente a identidade e a direção estratégica da profissão, sendo que a maior evidência disso reside no fato de que a legislação e as normatizações das políticas sociais, sobretudo da política de Assistência Social, tornaram-se o 'referencial teórico' para Assistentes Sociais. Ao operar sob a lógica de que "a política de Assistência Social é o que orienta a atuação do Assistente Social", a categoria promove a substituição dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos do Serviço Social por procedimentos técnico-operacionais e legislações nacionais. Esse

esvaziamento teórico faz com que Assistentes Sociais "reproduzam, no exercício profissional, as prescrições das políticas públicas", as quais, sob o molde neoliberal, possuem caráter fragmentado, seletivo, tecnicista e voltado, exclusivamente, para a extrema pobreza.

Sob a influência do ideário pós-moderno, que reveste a PNAS, categorias específicas da questão social passam a ser tratadas isoladamente, sob o signo da "exclusão", das "vulnerabilidades", das "fragilidades" e dos "riscos sociais". Como resultado, "as contradições de classe são diluídas nas 'diferenças'" de segmentos como famílias, idosos e crianças, promovendo uma autonomização da pobreza em relação aos determinantes da divisão capitalista do trabalho (Iamamoto, [s. d.]).

As implicações desse cenário culminam no que a pesquisadora tipifica como "tendência à desprofissionalização" e no avanço do irracionalismo no exercício profissional, que se manifesta através do positivismo e seus desdobramentos, a exemplo do pragmatismo e da burocratização, fenômenos que rebaixam a práxis humana a um mero exercício técnico de manipulação**.**

Constrangido por condições precárias, baixos salários, sobrecarga de trabalho e pela ausência de planos de atuação próprios, o Serviço Social "praticamente fica restrito à sua dimensão técnico-operativa". A técnica e os instrumentais passam a ser superpostos à dimensão teórica e ética,

Desconectados da razão crítico-dialética e da tradição marxista, os profissionais são acometidos por um profundo desânimo e pessimismo frente à insolubilidade das situações cotidianas, o que se traduz no recorrente desabafo de que estão apenas a "enxugar gelo". Subjaz a esta mistura de indignação com péssimo, o “anti-humanismo”, que se traduz em um conformismo quanto ao papel do sujeito na história.

Por último, deve se acrescentar que o assédio moral, adotado como uma estratégia de controle sobre a classe trabalhadora, aparece como sendo um desafio no exercício profissão, sendo que as/os mais atingidos são profissionais que resistem a padronizações e ao tecnicismo e defendem os posicionamentos teórico-metodológicos e ético-políticos do Serviço Social, cuja atuação, supostamente ameaça a segurança de quem detém o controle e o poder institucional. (Simões et al., 2025).

Existem outras possibilidades para se ampliar a temática sobre a influência do ideário pós-moderno no Serviço Social, o que não foi possível nos limites desta tese. Dentre elas, destaco a influência do ideário pós-moderno nos âmbitos da formação e da organização profissional, bem como nas linhas de pesquisa, que valorizam as pautas identitárias, conforme apontamentos de Iamamoto ([s. d.]). A segunda, através do aprofundamento de uma outra face do trabalho profissional, que se funda na subjetividade dos indivíduos, evidenciado traços conservadores, que nunca deixaram de existir na profissão, mas que se reinventam no presente, seja no âmbito das políticas sociais, ou em trabalhos da/o Assistente Social como autônomo, a exemplo do Serviço Social Clínico.

Finalizando é importante destacar que a apreensão por parte das/dos Assistentes Sociais da concepção teórico-metodológica e ético-política que fundamenta o projeto ético político, poderá contribuir para a superação da imediaticidade das relações sociais e romper com as amarras irracionalistas contemporâneas.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Formação Profissional: trajetória e desafios. **Cadernos ABESS**, edição especial, n. 07, São Paulo: Cortez, nov. 1997.

AQUINO, Isaura Gomes de Carvalho. **Serviço social e trabalho**: os fundamentos teórico, metodológico e histórico da análise. 2010. 153 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

AQUINO, I. G. C.; CEDROLA, P. L. V.; SIMÕES, N. L. H. Assédio moral no trabalho de assistentes sociais. In: 18º CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, **Anais** [...] Salvador, 2025.

ANDERSON, P. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

ANTUNES, R. (org.). **A dialética do trabalho:** escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ANTUNES, P. **Os Sentidos do Trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

ÁRBIA, A. A. Elementos sintéticos para uma compreensão da crise estrutural do capital. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 2, n. 2, p. 139-154, dez. 2015.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. **Gráfico do Orçamento Federal Executado (2025)**. Brasília, 28 jan. 2026. Disponível em: https://auditoriacidada.org.br/conteudo/grafico-do-orcamento-federal-executado-2025/. Acesso em: 1 fev. 2026.

BARROCO, M. L. S. **Relatório do Seminário sobre Sigilo Profissional**. Cuiabá: CFESS, 2016.

BARROCO, Lúcia. Não Passarão. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 124, 2015.

BARROCO, M. L. S. Eles não vão passar! Ofensiva Neoconservadora e Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 107, 2011.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social:** fundamentos ontológicos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004**; Norma Operacional Básica - NOB/SUAS. Brasília, DF: MDS, 2005. Disponível em: www.gov.br. Acesso em: 29 ago. 2026. [1]

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS**. Brasília, DF: MDS, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer CNE/CES nº 492/2001**, de 3 de abril de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Secretariado Executivo, Letras, ... **Portal MEC**, Brasília, DF, 2001. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/normas-classificadas-por-assunto/diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao/ces0492.pdf. Acesso em: 1 fev. 2026.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2007.

BEHRING, E. R. **Brasil em Contrarreforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOSCHETTI, Ivonete. Expressões do Conservadorismo na Formação Profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 124, p. 637-651, 2015.

CHESNAIS. **As raízes da crise econômica mundial**. (Texto-base de conferência pronunciada na UFBA, 13 de junho de 2012. Tradução de Rosa Maria Marques). Disponível em: <www.centrovictormeyer.org.br>. Acesso em: 20 dez 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil:** formação, condições de trabalho e exercício profissional. Brasília: CFESS, 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social**. 2. ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2011

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução nº 512, de 29 de setembro de 2007**. Reformula as normas gerais para o exercício da Fiscalização Profisssional e atualiza a Política Nacional de Fiscalização. Brasília, DF: CFESS, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Lei 8662/93 de Regulamentação da Profissão do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 6ª Região. **Relatório de Fiscalização**. Juiz de Fora: CRESS, 2012.

COUTINHO, C. N. **Marxismos e Política** - A dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 2008.

COUTINHO, C. N. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

COUTINHO, Carlos Nelson**. Cidadania e modernidade. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais,** São Paulo, v. 22, p. 41-59, 1999**.**

CRESS – 7ª Região / Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da UERJ. **Em foco:** Atribuições privativas do Assistente Social e o "Serviço Social Clínico". Rio de Janeiro, maio 2004.

CRESS – 7ª Região / Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da UERJ. **Em foco:** O Serviço Social Clínico e o Projeto Técnico-Político do Serviço Social. Rio de Janeiro, maio 2003.

DOSSE, F. **A História do Estruturalismo**, v. 1: O Campo do Signo. São Paulo: Ensaio, 1993.

EVANGELISTA, J. E. **Teoria Social Pós-Moderna** – Introdução Crítica. Porto Alegre: Sulina, 2007.

EVANGELISTA, J. E. **Crise do Marxismo e o Irracionalismo Pós-Moderno**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

FERRY, Luc; RENAUT, Alain. **Pensamento 68**. São Paulo: Editora Ensaio, 1988.

FONSECA, C. C. O Projeto de Formação do Serviço Social e as Inflexões do Pensamento Pós-Moderno. **Revista Temporalis**, n. 31, Brasília, ano 16, p. 189-205, jan./jun. 2016.

FORTES, Ronaldo Vielmi; VAISMAN, Ester. Apresentação. In: LUKÁCS, G. **A Destruição da Razão**, 2020, São Paulo: Instituto Lukács.

FORTES, Ronaldo Vielmi. Trabalho e Gênese do Ser Social na "Ontologia" de György Lukács. Florianópolis: **Em Debate/UFSC**, 2016.

FOSTER, John Bellamy. O novo irracionalismo. Tradução por Lara Nora Portugal Penna. **Verinotio**, Rio das Ostras, v. 28, n. 2, p. 383-413, 2023.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GUERRA, Yolanda (org.). **Serviço Social e seus Fundamentos:** Conhecimento e Crítica. Campinas: Papel Social, 2018.

GUERRA, Yolanda. O Serviço Social e a Análise Crítica dos seus Fundamentos. In: **3º Encontro Internacional de Política Social / 10º Encontro Nacional de Política Social**. Vitória, 2015.

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e à distância. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 104, ano XXX. São Paulo: Cortez, nov. 2010.

GUERRA, Yolanda; PEREIRA, L. D. Formação em Serviço Social em Contexto de Mercantilização da Educação Superior Brasileira e Sua Relação com o Neoconservadorismo. In: FORTI, V. et al. (orgs.). **Neoconservadorismo e Serviço Social:** reflexões, polêmicas e questões atuais. Fortaleza, CE: Editora da UECE, 2024.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

IAMAMOTO, M. V. A Questão da Modernidade e Pós-Modernidade e suas derivações teóricas e Políticas para o Serviço Social. [s. d.]. Artigo não publicado.

IAMAMOTO, M. V. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: **Serviço Social:** direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) assistente social. In: COFI/CFESS. **Atribuições privativas em questão**. Brasília: CFESS, 2002, p. 13-50.

IAMAMOTO, M. V. A Questão Social no Capitalismo. **Revista Temporalis**, n. 3, ano III, p. 09-32, jan./jun. 2001.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social** – ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 2. ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: Celats, 1983.

IANNI, O. A Questão Social. In: **A ideia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 87-109.

JAMESON, F. **Pós-modernismo:** a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1991.

JUNIOR, A. A. S. A Cultura Pós-Moderna no Serviço Social em Tempos de Crise. **Revista Temporalis**, n. 31, ano 16, p. 167-182, jan./jun. 2016.

KOSÍK, K. **A dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LUKÁCS, G. **Estética:** a peculiaridade do Estético. Volume 1. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2023.

LUKÁCS, G. **A Destruição da Razão**. Tradução de Bernard Herman Hess, Rainer Patriota e Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

LUKÁCS, G. **Marx e Engels como Historiadores da Literatura**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2016.

LUKÁCS, G. **Para uma Ontologia do Ser Social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, G. **As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1978.

LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988
.
MARTINELLI, M. L. **Serviço Social:** Identidade e Alienação. São Paulo: Cortez, 2018.

MARTINS, C. E. **Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARX, K. **O Capital:** crítica da economia burguesa. Livro I: o processo de produção do capital. [Tradução de Rubens Enderle]. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Tradução de Ana Carvalhaes, Katarina Peixoto, Francisco Raul Cornejo, João Alexandre Peschanski, Luciana Pudenzi, Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G. S.; Ramos (Orgs.). **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

MONTAÑO, C.; GUERRA, Y. **Serviço Social Crítico**: teoria e prática: uma análise dos fundamentos do Serviço Social para a construção/consolidação de uma perspectiva crítica na profissão. Campinas: Papel Social, 2024.

MOTA, A. E. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTTA, A. E.; AMARAL, A. Reestruturação do Capital, Fragmentação do Trabalho e Serviço Social. In: **A Nova Fábrica de Consensos** (org.). São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, J. P. Introdução ao método na teoria social. In: **Serviço Social:** direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós 1964. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, J. P. Transformações Societárias e Serviço Social no Brasil – Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 50, p. 87-132, 1996.

NETTO, J. P.; CARVALHO, M. C. B. **Cotidiano, Conhecimento e Crítica**. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, Edson Marques. **23 teses pela reforma do Serviço Social brasileiro**: pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante. Paraná: [s. n.], 2017. Acesso em: 29 ago. 2026.

PEREIRA, L. D. FERREIRA, Andreza T. S.; AZEVEDO, I. C. ,O. **Cursos de Serviço Social no período 2006-2022: expansão e fragilização da formação. Temporalis,** Vitória, v. 25, n. 49, p. 343-360, 30 jun. 2025. DOI: 10.22422/temporalis.2025v25n49p343-360.

QUIROGA, C. **Invasão Positivista do Marxismo:** manifestações no ensino da Metodologia no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1999.

RAICHELIS, R. Polêmicas teóricas na análise marxiana do trabalho no Serviço Social. **Revista Em Pauta**, v. 16, p. 154-170, 2018.

RAICHELIS, R. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: **A Nova Morfologia do trabalho do Assistente social**. São Paulo: Cortez, 2018, p. 25–65.

RAICHELIS, R. O assédio moral nas relações de trabalho do(a) assistente Social: uma questão emergente. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 123, p. 582-603, 2015.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 107, p. 420-437, 2011.

RAICHELIS, R. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 104, p. 750-772, 2010.

RAICHELIS, R. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 609-635, out./dez. 2013.

RAICHELIS, R. Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. v. 2. Brasília: CFESS, 2020. p. 11-42.

RAICHELIS, R. ARREGUI, Carola Carbajal. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 140, p. 134-152, jan./abr. 2021.

ROUANET, S. P. **Mal-Estar na Modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SALVADOR, E.; BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I.; GRANEMANN, S. (Orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, C. M. As Dimensões da prática profissional do Serviço. **Libertas** (Juiz de Fora), Juiz de Fora, v.3, n. 1, p. 23-42, 2002.

SARTORI, Vitor Bartoletti. O futuro ausente no presente: o pastiche do politicismo e a unilateralidade no tratamento da política. **Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas**, Rio das Ostras, v. 28, n. 1, p. 3-85, 2. sem. 2022/1. sem. 2023. DOI: https://doi.org/10.36638/1981-061X.2023.v28.672. Disponível em: https://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/672. Acesso em: 30 ago. 2026.

SIMIONATTO, Ivete. As Abordagens Marxistas no Estudo dos Fundamentos no Serviço Social. In: GUERRA, Y. et al. (orgs.). **Serviço Social e seus fundamentos**: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018, p. 85–113.

SIMIONATTO, Ivete. Expressões ideoculturais da crisis capitalista na atualidade e sua influência teórico-prática. In: **Serviço Social:** Direitos e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 88–102.

SIMÕES, N. L. H.; ÁRBIA, A. A. **O Ideário Pós-Moderno e Serviço Social: revisitando uma problemática relação**. In: 18º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 2024, Fortaleza.

SIMÕES, N. L. H.; EIRAS, A. A. L. S.; MARTINS, E. A. A Tendência à Desprofissionalização: competências e atribuições privativas do Assistente Social em debate. **Revista Conexão Geraes**, 13ª ed., Belo Horizonte, dez. 2021.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prédes. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. **Revista Temporalis**, Brasília, DF, ano 2, n. 4, p. 1-24, jul./dez. 2001.

VIANNA, M. L. T. W. **A nova política social no Brasil:** uma prática acima de qualquer suspeita teórica? Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 115-144, 2008.

YAZBEK, M. C. Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos e as Tendências Contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, Y. et al. (orgs.). **Serviço Social e seus fundamentos:** conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018.

YAZBEK, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS; ABEPSS (org.). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 125-142

YAZBEK, M. C.; IAMAMOTO, M. V. (orgs.). **Serviço Social na História – América Latina, África e Europa**. São Paulo: Cortez, 2019.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa. Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que o (a) senhor (a) não consiga entender, converse com o pesquisador responsável pelo estudo ou com um membro da equipe desta pesquisa para esclarecê-los.

A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo.

O objetivo desta pesquisa é identificar no exercício profissional do Assistente Social, a influência do ideário pós-moderno, considerando que a produção teórica existente na profissão, não evidencia, no real trato do trabalho profissional, a fragilidade ou inconsistência da razão.

Neste sentido, a pesquisa que se pretende realizar, objetiva trazer novos elementos para a discussão do Serviço Social na cena contemporânea, com base em dados concretos sobre o exercício profissional, que apontam a necessidade premente de refletir sobre a essência dos fenômenos, que atravessam o cotidiano de trabalho dos Assistentes Sociais.

Se o(a) Sr.(a) aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação dizem respeito apenas à participação em uma reunião on-line, com um grupo de aproximadamente 15 (quinze) Assistentes Sociais, que exercem a profissão em equipamentos da política de Assistência Social de Juiz de Fora e outros municípios da Zona da Mata Mineira,

Toda pesquisa com seres humanos envolve algum tipo de risco. No nosso estudo, os possíveis riscos ou desconfortos decorrentes da participação na pesquisa são praticamente inexistentes, sendo que os/as participantes não terão os seus nomes divulgados e os dados obtidos serão sistematizados e analisados, preservando o sigilo profissional, conforme o previsto no Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993.

Considera-se que esta pesquisa poderá trazer benefícios, para a discussão do Serviço Social na contemporaneidade e individualmente para os seus participantes, que terão a oportunidade de refletir sobre o seu trabalho e qualificar os atendimentos aos usuários do Serviço Social.

Solicitamos também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo na tese de doutorado, cujo título é A Influência do Ideários Pós-Moderno no Serviço Social; em eventos do Serviço Social, bem como publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto, bem como em todas fases da pesquisa.

Caso o(a) Sr.(a) tenha dúvidas, poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, Nanci Lagioto Hespanhol Simões, devidamente cadastrada na Plataforma Brasil, pelo telefone (32) 99996-2007, endereço Rua Professor Francisco Faria, 320/401 – Bairu – Juiz de Fora – MG – CEP: 36.050-140 e/ou pelo e-mail: nancilagioto@hotmail.com.

Esse Termo é assinado em duas vias, sendo uma do(a) Sr.(a) e a outra para a pesquisadora.

Declaração de Consentimento

Concordo em participar do estudo intitulado: “a Influência do Ideário Pós Moderno no

Rubrica do pesquisador

Rubrica do participante/responsável

~~Nome do participante ou responsável~~ ~~Assinatura do participante ou responsável~~	Data: ____/____/_____

Eu, Nanci Lagioto Hespanhol Simões, declaro cumprir as exigências contidas nos itens IV.3 e IV.4, da Resolução nº 466/2012 MS.

_____ Assinatura e carimbo do Pesquisador	Data: / /

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO

1 - Identificação
• Nome:
_____

• Data de Nascimento: ___/___/___

• Instituição de ensino em que realizou a graduação em Serviço Social:

_____

• Modalidade da graduação: ( ) presencial ( ) semipresencial ( ) Ensino à distância.

• Ano da graduação:
_____

• Formação intelectual: ( ) graduado
( ) especialista
( ) mestre
( ) doutor

2 – Exercício profissional
• Cargo:
_____

• Espaço sócio-ocupacional em que exerce a profissão: _____

• Carga horária de trabalho:
( ) inferior a 20 horas semanais
( ) 20 horas semanais
( ) 30 horas semanais
( ) 40 horas semanais
( ) Outra

• Faixa salarial:

( ) entre 1 e 2 salários mínimos
( ) entre 2 e 3 salários mínimos
( ) entre 3 e 4 salários mínimos
( ) entre 4 e 5 salários mínimos
( ) entre 5 e 6 salários mínimos
( ) Outra: _____

• Vínculo empregatício:
( ) contratado temporariamente
( ) celetista
( ) estatutário
( ) autônomo
( ) outro

_____

Assinatura do Assistente Social

APÊNDICE C – ROTEIRO DE QUESTÕES PARA O GRUPO FOCAL

1. Qual o referencial teórico e autores/as que você utiliza para o exercício da profissão?
2. Como ocorre o seu processo de trabalho?
3. Qual a importância dos instrumentos e técnicas no seu trabalho?
4. No seu entendimento, qual a relação existente entre o Serviço Social e a política de Assistência Social?
5. Como você define os usuários das políticas públicas e da política de Assistência Social especificamente?
6. No seu entendimento quais são as causas da pobreza no Brasil contemporâneo? E quais são as melhores estratégias para o seu enfrentamento

ANEXO A – RELATÓRIO DE VISITA DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

I - IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL
Assistente Social:.....
Nome social:.....
Possui deficiência? ( ) Sim ( ) Não
Qual: .....
Data da fiscalização:.....
Nº do CRESS/Região: ..... ( ) Insc. Principal ( ) Insc. Secundária

II - FORMAÇÃO PROFISSIONAL E CAPACITAÇÃO CONTINUADA
1. Unidade de ensino em que se formou: .....
2. Ano de formação: .....
3. A instituição empregadora viabiliza ações que permitam a capacitação continuada?
( ) Sim. De que forma? .....
( ) Não
4. Tem buscado a capacitação continuada com recursos próprios?
( ) Sim. De que forma? .....
( ) Não. Por quê? .....

III – RELAÇÕES DE TRABALHO
1. Cargo exercido na instituição: .....
2. Atua em setor específico de Serviço Social? ( ) Sim ( ) Não
Em caso negativo, especificar**:.....**
3. Data de admissão na instituição: ...../...../.....
4. Carga horária de trabalho:
( ) Menos de 20 horas semanais ( ) 20 horas semanais ( ) 24 horas semanais
( ) 30 horas semanais ( ) 40 horas semanais ( ) Mais de 40 horas semanais
( ) Outra
5. Como é distribuída a carga horária durante a semana?
.....
6. Houve alteração de carga horária após a aprovação do artigo 5º A da lei 8.662/1993?
( ) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica
7. Vínculo de trabalho:
( ) Contrato temporário ( ) CLT ( ) Estatutário ( ) Trabalho Voluntário
( ) Prestação de Serviço/Autônomo ( ) Prestação de Serviço/Pessoa Jurídica
( ) Sem contrato ( ) Terceirizado ( ) Emprego público
( ) Outro .....
8. Possui outro vínculo de trabalho como assistente social?
( ) Sim.
Instituição: .....
( ) Não.

IV – EXERCÍCIO PROFISSIONAL
1. Quais as ações desempenhadas nesta instituição? (Podem ser marcadas mais de uma alternativa)
( ) Planejamento
( ) Pesquisa/levantamentos
( ) Encaminhamento de providências e orientação social a indivíduos, grupos e população
( ) Participação em processos seletivos em matéria de Serviço Social
( ) Visitas domiciliares

( ) Visitas Institucionais
( ) Realização de estudos socioeconômicos
( ) Realização de vistorias em matéria de Serviço Social
( ) Realização de perícias técnicas em matéria de Serviço Social
( ) Realização de laudos periciais em matéria de Serviço Social
( ) Realização de pareceres em matéria de Serviço Social
( ) Coordenação/realização de eventos/palestras
( ) Direção técnica de unidade/setor/equipe de Serviço Social
( ) Supervisão de estágio
( ) Preceptoria/supervisão profissional
( ) Participação em Conselhos de Políticas e Direitos
( ) Gestão de políticas
( ) Gestão de equipamentos públicos
( ) Execução de programas e projetos sociais
( ) Elaboração de programas e projetos sociais
( ) Gestão de programas e projetos sociais
( ) Administração de benefícios
( ) Assessoria/Consultoria a instituições
( ) Assessoria e apoio aos movimentos sociais e populares
( ) Docência em Serviço Social
( ) Outras .....

2. Recebe requisições institucionais incompatíveis com as competências e atribuições previstas na lei 8.662/93?

( ) Sim. Quais?.....

3. Você já se manifestou a esse respeito perante a instituição?

( ) Sim ( ) Não

4. Realiza registros específicos da atuação profissional?

Sim. Quais?.....

Não. Justificar: .....

5. Possui plano de trabalho do Serviço Social:

( ) Sim
( ) Em processo de elaboração
( ) Não. Por quê? .....

6. Realiza avaliação do exercício profissional?

( ) Sim. De que forma?.....
( ) Não. Justifique:.....

7. O atendimento aos/às usuários/as acontece de que forma? (podem ser marcadas mais de uma alternativa)

( ) Individual ( ) Coletiva
( ) Não se aplica. Justificar: .....

8. Compõe equipe multidisciplinar ( ) Sim ( ) Não

Se sim, qual a sua participação na equipe multiprofissional? (podem ser marcadas mais de uma alternativa)

( ) Participação em reunião de equipe
( ) Planejamento de ações institucionais
( ) Atendimento ao/à usuário/a em conjunto com profissionais de outras categorias
( ) Discussão conjunta das situações dos/as usuários/as com profissionais de outras categorias
( ) Registro em documentos compartilhados com outras categorias profissionais (prontuários, entre outros)

( ) Emissão de opiniões técnicas conjuntas com profissionais de outras categorias
( ) Outros:.....
9. Quais as legislações que considera como referência para o seu exercício profissional?
.....
.....
.....
10. Considera que tem autonomia profissional?
( ) Na relação com os/as usuários/as
( ) Na relação com a instituição empregadora
( ) Na relação com assistentes sociais e outros/as profissionais
( ) Na relação com a justiça
( ) Na escolha do instrumental técnico
Comentários:
.....
.....
.....
.....
11. Quais os principais desafios/entraves para o exercício profissional? (infraestruturais, materiais, humanos, técnicos, etc.).
.....
.....
.....
.....
.....
V – SUPERVISÃO DIRETA DE ESTÁGIO
1. Possui estagiários/as sob sua supervisão?
( )Sim ( ) Não
2. Número de estagiários/as:.....
3. Modalidade do curso de graduação em Serviço Social:
( ) Presencial ( ) À distância
4. O estágio é: ( ) Obrigatório ( ) Não obrigatório
5. As condições para a realização da supervisão direta estão asseguradas? (Resolução CFESS n. 533/2008).(podem ser marcadas mais de uma alternativa).
( ) Disponibilidade para acompanhamento presencial da atividade de aprendizagem
( ) Elaboração conjunta de plano de estágio

( ) Espaço físico adequado
( ) Condições para resguardar sigilo
( ) Equipamentos necessários
( ) Autonomia para receber ou não estagiários/as
( ) Cumprimento da quantidade de estagiários/as em relação à carga horária
( ) Acompanhamento sistemático de supervisão acadêmica
( ) Desempenho de atribuições e competências profissionais
6. Identificar nominalmente o/a supervisor/a acadêmico/a e a unidade de formação à qual está vinculado/a:
.....
.....
VI - CONDIÇÕES ÉTICAS E TÉCNICAS
1. Possui: (Resolução CFESS n. 493/2006)
Arquivo privativo ( ) Sim ( ) Não

Iluminação adequada ( ) Sim ( ) Não
Ventilação adequada ( ) Sim ( ) Não
Recursos que garantam privacidade/sigilo ( ) Sim ( ) Não

2. Já comunicou por escrito à instituição a falta de condições éticas e técnicas de trabalho?
   ( )Sim ( ) Não
3. Acionou o CRESS no caso do não acatamento institucional?

( ) Sim ( ) Não

4. Tem conhecimento de ter havido solicitação do Serviço Social desta instituição ao CRESS, para lacração do material técnico sigiloso? (Resolução CFESS n.556/2009)
   ( ) Sim ( ) Não

VII – DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome: .....
Endereço:.....
Bairro.....Cidade/ Estado.....CEP:.....
Telefone: ..... Fax: .....
E-mail: .....
Nome do/a responsável pela instituição e cargo:
.....
.....

VIII - CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. Já solicitou intervenção do CRESS?

( ) Não
( ) Sim. A respeito de que tema? (podem ser marcadas mais de uma alternativa)
( ) Para lacração de material técnico sigiloso
( ) Para desagravo público
( ) Para orientação, esclarecimento
( ) Outros _____

Comentários/avaliação sobre a intervenção solicitada:
.....
.....
.....
.....

2 - Orientações realizadas e questões adicionais.
.....
.....
.....
.....

....
Assinatura do/a Entrevistado/a Assinatura do/a Agente Fiscal

ANEXO B – AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAR OS DADOS DO CRESS

CRESS MG CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DE MINAS GERAIS

EXTRATO DE ATA DA 15ª REUNIÃO DE DIRETORIA DO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS 6ª REGIÃO 27 DE AGOSTO DE 2020

Pelo presente extrato, reproduzimos fielmente parte integrante da ata lavrada, em decorrência da realização aos vinte e sete dias do mês de agosto de dois mil e vinte (realizou-se, considerando a Portaria Nº47/2020 de 13 de abril de 2020 que estabelece medidas de caráter emergencial e temporário, a fim de reduzir os riscos decorrentes da doença causada pelo Novo Coronavírus (COVID-19), no âmbito do CRESS 6ª Região, por meio virtual do aplicativo "Zoom" a 15ª (décima quinta) reunião de diretoria do Conselho Regional de Serviço Social CRESS 6ª Região. Estiveram presentes os (as) conselheiros (as): **Sede: Sede:** Julia Maria Muniz Restori, José Ribeiro Gomes, Cláudio Henrique Miranda Horst, Leonardo Koury Martins, Daniella Lopes Coelho, Angelita Rangel Ferreira, Débora Nunes Abreu, Fábio Cândido Borges, Gláucia de Fátima Batista, Thaise Seixas Peixoto Carvalho, Luciana Barroso Rosmaninho, Paulo César Lourenço da Silva e Marcelo Armando Rodrigues. A reprodução foi feita, tão somente, em relação ao item **2.Solicitação da trabalhadora** Nanci Lagioto Hespanhol Simões que solicitou autorização para utilizar os dados obtidos através do trabalho de fiscalização, que incluem: “Relatórios de Fiscalização Rotineira”, “Termos de Visitas de Fiscalização”, “Caderno de Anotações de Atendimentos”, “Relatórios de Reuniões da Comissão de Orientação e Fiscalização” e processos administrativos que encontram-se nos arquivos digitais e físicos dos Setores de Orientação e Fiscalização do CRESS 6ª Região. Tal solicitação se justificou para elaboração da tese de doutorado, que será elaborada pela mesma, com o título provisório: “O Serviço Social em Tempos Pós Modernos”, sob a orientação da Prof. Dra. Alexandra Aparecida Tofanetto Seabra Eiras, do Programa de Pós Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Ressaltou que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo e que serão utilizados somente para a realização da tese e de outros artigos que possam contribuir para produzir conhecimentos na área do Serviço Social e para o fortalecimento do Projeto Ético Político desta profissão**. Encaminhamento:** A diretoria presente autorizou a utilização dos dados, garantindo o processo de sigilo das informações.



Francielly Ferreira Caetano 1ª Secretária CRESS 6ª Região
CRESS MG nº 18.265

ANEXO C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A Influência do Ideário Pós-Moderno no Serviço Social. **Pesquisador:** NANCI LAGIOTO HESPANHOL SIMOES

Área Temática: Versão: 3

CAAE: 86598625.9.0000.5147

Instituição Proponente: Faculdade de Serviço Social **Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.595.145

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios " foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa e/ou do Projeto Detalhado.

De acordo com as Informações Básicas e/ou Projeto Detalhado, o Resumo da pesquisa está assim descrito:

" a pesquisa que se pretende realizar, objetiva trazer novos elementos para a discussão no Serviço Social na cena contemporânea, com base em dados concretos sobre o exercício profissional, que apontam a necessidade premente de refletir sobre a essência dos fenômenos, que atravessam o cotidiano de trabalho dos Assistentes Sociais, sob a influência da pós-modernidade."

Objetivo da Pesquisa:

De acordo com as Informações Básicas e/ou Projeto Detalhado, os objetivos são:

" Objetivo primário

Compreender a influência do ideário pós moderno no Serviço Social.

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
Bairro: SAO PEDRO **CEP:** 36.036-900
UF: MG **Município:** JUIZ DE FORA
Telefone: (32)2102-3788 **E-mail:** cep.propp@ufjf.br

Objetivo secundário

¿ compreender os elementos do ideário pós-moderno naquilo que difere das prospectivas teórico-científicas da modernidade.

¿ Situar o debate existente sobre a influência da pós-modernidade no Serviço Social

¿ Identificar de que forma os elementos do ideário pós-moderno se manifestam no Serviço Social "

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios estão assim especificados:

" Riscos:

Os riscos avaliados para o Grupo focal dizem respeito apenas à violação do sigilo profissional e a algum possível desconforto e constrangimento.

Em relação ao sigilo o risco de violação seria somente em relação aos próprios participantes, repassarem informações referentes às discussões realizadas no grupo.

Neste sentido, os participantes serão orientados, sobre os deveres ético-profissionais, constantes no capítulo V do Código de Ética Profissional do Assistente Social/1993. No entanto, este risco é muito pequeno, já que as perguntas, têm um conteúdo generalista e referentes ao trabalho do Assistente Social e a coordenação, que ficará a cargo da pesquisadora, ficará atenta para que as discussões não ultrapassem os temas propostos.

Em relação aos possíveis desconfortos e constrangimentos, será esclarecido aos participantes, desde o início da reunião, que embora estejam alí para contribuir com a pesquisa, ninguém será obrigado a se expressar, sobre todas as questões apresentadas, assim como poderá se retirar da reunião a qualquer tempo.

Benefícios:

A dimensão ético-política do trabalho do Assistente Social, tem como horizonte um compromisso com os usuários das políticas públicas, buscando favorecer o acesso dos mesmos aos seus direitos. Os assistentes sociais exercem a profissão majoritariamente no âmbito da política de Assistência Social e acredita-se que a participação no grupo focal, poderá se constituir, mesmo que de forma indireta, em um momento de capacitação profissional. Ademais, será um espaço para reflexão crítica sobre o trabalho realizado, onde existe a possibilidade de ultrapassagem do cotidiano profissional, o que em muito, poderá qualificar os atendimentos dos Assistentes Sociais aos seus usuários. "

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto está bem estruturado, delineado e fundamentado, sustenta os objetivos do estudo em sua metodologia de forma clara e objetiva, e se apresenta em consonância com os princípios éticos norteadores da ética na pesquisa científica envolvendo seres humanos previstos na resolução 466/12 do CNS e com a Norma Operacional Nº 001/2013 CNS.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O protocolo de pesquisa está em configuração adequada, apresenta FOLHA DE ROSTO devidamente preenchida, com o título em português, identifica o patrocinador pela pesquisa, estando de acordo com as disposições definidas na Norma Operacional CNS 001 de 2013 item 3.3 letra a; e 3.4.1 item 16. Apresenta o TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO em linguagem clara para compreensão dos participantes, apresenta justificativa e objetivo, campo para identificação do participante, descreve de forma suficiente os procedimentos, informa que uma das vias do TCLE será entregue aos participantes, assegura a liberdade do participante recusar ou retirar o consentimento sem penalidades, garante sigilo e anonimato, explicita riscos e desconfortos esperados, indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, contato do pesquisador e do CEP e informa que os dados da pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador pelo período de cinco anos, de acordo com as normas definidas na Resolução CNS 466 de 2012, itens: IV letra b; IV.3 letras a, b, d, e, f, g e h; IV. 5 letra d e XI.2 letra f. Apresenta o INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS de forma pertinente aos objetivos delineados e preserva os participantes da pesquisa. O Pesquisador apresenta titulação e experiência compatível com o projeto de pesquisa, estando de acordo com o que prevê o Manual Operacional para CEPs. Apresenta DECLARAÇÃO de infraestrutura e de concordância com a realização da pesquisa de acordo com a regulamentação definida na Norma Operacional CNS 001 de 2013 item 3.3 letra h. No entanto, ainda há pendências que precisam ser sandas para que o projeto seja aprovado.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, o projeto está aprovado, pois está de acordo com os princípios éticos norteadores da ética em pesquisa estabelecidos na Res. 466/12 CNS e Norma Operacional Nº 001/2013 CNS. Data prevista para o término da pesquisa: 31/10/2025.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa CEP/UFJF, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12 e com a Norma Operacional Nº001/2013 CNS, manifesta-se pela APROVAÇÃO do protocolo de pesquisa proposto. Vale lembrar ao pesquisador responsável pelo

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
Bairro: SAO PEDRO **CEP:** 36.036-900
UF: MG **Município:** JUIZ DE FORA
Telefone: (32)2102-3788 **E-mail:** cep.propp@ufjf.br

projeto, o compromisso de envio ao CEP de relatórios parciais e/ou total de sua pesquisa informando o andamento da mesma, comunicando também eventos adversos e eventuais modificações no protocolo.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_2455385.pdf	21/05/2025 11:21:52		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETODETALHADOMODIFICADO0 6docx.docx	19/05/2025 16:59:24	NANCI LAGIOTO HESPANHOL SIMOES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termoconsentimentorevisto5.pdf	24/02/2025 11:16:06	NANCI LAGIOTO HESPANHOL SIMOES	Aceito
Outros	Termodesigiloassinado6.pdf	24/02/2025 11:15:25	NANCI LAGIOTO HESPANHOL SIMOES	Aceito
Outros	curriculo_lattes.pdf	20/02/2025 13:08:07	NANCI LAGIOTO HESPANHOL SIMOES	Aceito
Outros	Autorizacao_para_utilizar_os_dados_do _CRESS.pdf	20/02/2025 13:03:50	NANCI LAGIOTO HESPANHOL SIMOES	Aceito
Outros	relatorio_de_visita_de_fiscalizacao.pdf	20/02/2025 13:02:12	NANCI LAGIOTO HESPANHOL SIMOES	Aceito
Outros	ROTEIRO_DE_QUESToES_PARA_OG RUPO_FOCAL.pdf	18/02/2025 15:58:32	NANCI LAGIOTO HESPANHOL SIMOES	Aceito
Outros	QUESTIONarIO.pdf	18/02/2025 15:58:01	NANCI LAGIOTO HESPANHOL SIMOES	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	18/02/2025 15:53:57	NANCI LAGIOTO HESPANHOL SIMOES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
Bairro: SAO PEDRO **CEP:** 36.036-900
UF: MG **Município:** JUIZ DE FORA
Telefone: (32)2102-3788 **E-mail:** cep.propp@ufjf.br

Não

JUIZ DE FORA, 26 de Maio de 2025

Assinado por:
Patrícia Aparecida Baumgratz de Paula
(Coordenador(a))